

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-40-3

O PIB DA BAHIA 1975-2000

**metodologia
unificada e
análises
setoriais**



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-40-3



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Salvador
2002



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Otto Alencar

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
José Francisco de Carvalho Neto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Diretoria Geral

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Diretoria de Estatística e Indicadores

Edmundo Sá Barreto Figueirôa

Gerência de Estudos Econômicos - GEÇO

Gustavo Casseb Pessoti

Equipe Técnica

Contas Regionais

Carlos Alberto de Brito, Edvaldo Almeida d'Ávila, Gustavo Casseb Pessoti,
Ítalo Guanais Aguiar Pereira, Margarida Maria de Andrade,
Marília Jane Dourado Campos

Análise Setorial

Ana Georgina Rocha, Ana Margaret Silva Simões, Arno Paulo Schmitz,
Carla Janira Souza do Nascimento, Carmen Lúcia Castro Lima,
Gustavo Casseb Pessoti, Ítalo Guanais Aguiar Pereira, Joseanie Mendonça,
Luiz Mário Ribeiro Vieira, Maria de Lourdes Caires dos Santos,
Patrícia da Silva Cerqueira, Roberta Lourenço de Souza, Zélia Maria Abreu Góis

Estagiário

Marcus Vinícius A. Nascimento

Normalização

Gerência de Documentação e Biblioteca – GEBI

Coordenação Gráfica

Dadá Marques

Revisão de Linguagem

Regina Martins da Matta

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
O PIB da Bahia 1975-2000: metodologia unificada e análises
setoriais/ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da
Bahia. — Salvador: SEI, 2002.

151 p. il. tab. (Série estudos e pesquisas, 58)

ISBN 85-85976-40-3

1. Produto interno bruto - Bahia. I. Título. II. Série.

DDU 330.55 (813.8)

Av. Luis Viana Filho, 4ª Avenida, 435 2º andar
CEP 41750-300 Salvador BA Tel: (71) 370 4787 fax: (71) 371 1853
Home Page: www.sei.ba.gov.br
E-mail: sei.info@bahia.ba.gov.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CONTAS REGIONAIS	
INTRODUÇÃO	11
PROJETO DE CONTAS REGIONAIS DO BRASIL	15
Antecedentes	15
Contas Regionais do Brasil	16
METODOLOGIA	17
Conceituação e Variáveis Macroeconômicas	17
<i>Produtor Residente</i>	17
<i>Indústria</i>	18
<i>Produtores de Serviços da Administração Pública</i>	18
<i>Serviços Domésticos</i>	18
<i>Produtores de Serviços Privados Sem Fins de Lucro</i>	18
<i>Limite de Produção</i>	18
<i>Produção Bruta</i>	19
<i>Produto Interno Bruto (PIB)</i>	19
<i>Valor Bruto da Produção (VBP)</i>	19
<i>Consumo Intermediário (CI)</i>	19
<i>Valor Agregado Bruto (VAB)</i>	20
<i>Ano - base das Contas Regionais do Brasil: 1985</i>	20
<i>Anos correntes</i>	21
INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO	22
Fontes e tratamento dos dados	25
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	26
Indústria extrativa mineral	30
Indústria de transformação	30
Eletricidade, gás e água	34
Construção	35
Comércio varejista e atacadista e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos	36
Alojamento e alimentação	39

Transportes, armazenagem e comunicações	40
Instituições financeiras	43
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	47
Administração pública, defesa e seguridade social	50
Educação e Saúde Mercantis	50
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	51
Serviços domésticos	52
Estimativa da renda anual dos trabalhadores autônomos, segundo as atividades econômicas e por estado	52

TABELAS DE RESULTADOS

Gráficos

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto - Bahia e Brasil 1976-2000	59
Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto - Grandes Setores de Atividade - Bahia 1976-2000	59

Tabelas

Tabela 1 – Produto Interno Bruto Total e Per Capita, Índices e Taxas de Crescimento – Bahia: 1975-2000	60
Tabela 2 – Produto Interno Bruto Total, Per Capita, População Residente e Deflator Implícito - Bahia: 1990-2000	61
Tabela 3 – PIB Brasil, Total e Per Capita e Relação PIB Bahia/PIB Brasil - Bahia/Brasil: 1990-2000	62
Tabela 4 – Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto - Por Período – Bahia: 1975-2000	63
Tabela 5 – Taxa de Crescimento Acumulado do Produto Interno Bruto - Por Período - Bahia: 1975-2000	64
Tabela 6 – Taxa Média de Crescimento do PIB Per Capita - Por Período - Bahia: 1975-2000	65
Tabela 7 – Taxa de Crescimento Acumulado do PIB Per Capita - Por Período - Bahia: 1975-2000	66
Tabela 8 – Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste e Relação NE/BR - Nordeste/Brasil - 1985-1999	67
Tabela 9 – Produto Interno Bruto Segundo Atividades - Bahia: 1975-2000	68
Tabela 10 – Estrutura do Produto Interno Bruto - Bahia: 1975-2000	70
Tabela 11 – Deflatores Implícitos do Produto Interno Bruto - Bahia: 1975-2000	71
Tabela 12 – Índices do Produto Interno Bruto Segundo Atividades - Bahia: 1975-2000	72
Tabela 13 – Produto Interno Bruto - Grandes Setores - Bahia: 1975-2000	73

Tabela 14 – Estrutura Setorial do PIB-Bahia 1975, 1985, 1995 e 2000	73
Tabela 15 – Taxa Média de Crescimento do Setor Primário - Por Período - Bahia: 1975-2000	74
Tabela 16 – Taxa de Crescimento Acumulado do Setor Primário - Por Período - Bahia: 1975-2000	75
Tabela 17 – Taxa Média de Crescimento do Setor Secundário - Por Período - Bahia: 1975-2000	76
Tabela 18 – Taxa de Crescimento Acumulado do Setor Secundário - Por Período - Bahia: 1975-2000	77
Tabela 19 – Taxa Média de Crescimento do Setor Terciário - Por Período - Bahia: 1975-2000	78
Tabela 20 – Taxa de Crescimento Acumulado do Setor Terciário - Por Período - Bahia: 1975-2000	79
Tabela 21 – Valor Agregado Bruto do Setor Agropecuário - Bahia: 1985-2000	80
Tabela 22 – Estrutura do Setor Agropecuário - Bahia: 1985-2000	80
Tabela 23 – Taxa Média de Crescimento da Agropecuária - Por Período - Bahia: 1975-2000	81
Tabela 24 – Taxa de Crescimento Acumulado da Agropecuária - Por Período - Bahia: 1975-2000	82
Tabela 25 – Valor Agregado Bruto da Indústria de Transformação (Exclusive Autônomos) - Bahia: 1985-2000	83
Tabela 26 – Estrutura da Indústria de Transformação (Exclusive Autônomos) - Bahia: 1985-2000	84
Tabela 27 – Taxa Média de Crescimento da Indústria de Transformação - Por Período - Bahia: 1975-2000	85
Tabela 28 – Taxa de Crescimento Acumulado da Indústria de Transformação - Por Período - Bahia: 1975-2000	86
Tabela 29 – Taxa Média de Crescimento do Segmento de Construção - Por Período - Bahia: 1975-2000	87
Tabela 30 – Taxa de Crescimento Acumulado do Segmento de Construção - Por Período - Bahia: 1975-2000	88
Tabela 31 – Taxa Média de Crescimento dos Serviços Industriais de Utilidade Pública - Por Período - Bahia: 1975-2000	89
Tabela 32 – Taxa de Crescimento Acumulado dos Serviços Industriais de Utilidade Pública - Por Período - Bahia: 1975-2000	90
Tabela 33 – Taxa Média de Crescimento da Indústria Extrativa Mineral - Por Período - Bahia: 1975-2000	91
Tabela 34 – Taxa de Crescimento Acumulado da Indústria Extrativa Mineral - Por Período - Bahia: 1975-2000	92
Tabela 35 – Taxa Média de Crescimento do Comércio - Por Período - Bahia: 1975-2000	93
Tabela 36 – Taxa de Crescimento Acumulado do Comércio - Por Período - Bahia: 1975-2000	94
Tabela 37 – Taxa Média de Crescimento do Segmento de Alojamento e Alimentação - Por Período - Bahia: 1975-2000	95

Tabela 38 – Taxa de Crescimento Acumulado do Segmento de Alojamento e Alimentação - Por Período - Bahia: 1975-2000	96
Tabela 39 – Taxa Média de Crescimento do Segmento de Comunicação - Por Período - Bahia: 1975-2000	97
Tabela 40 – Taxa de Crescimento Acumulado do Segmento de Comunicação - Por Período - Bahia: 1975-2000	98
Tabela 41 – Taxa Média de Crescimento do Segmento de Transportes - Por Período - Bahia: 1975-2000	99
Tabela 42 – Taxa de Crescimento Acumulado do Segmento de Transportes - Por Período - Bahia: 1975-2000	100

ANÁLISES SETORIAIS

PIB BAIANO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1975/2000	103
<i>Luiz Mário Ribeiro Vieira/Roberta Lourenço de Souza</i>	
A AGROPECUÁRIA BAIANA: PRINCIPAIS FATOS DO PERÍODO 1975-2000	111
<i>Ana Georgina Rocha/Arno Paulo Schmitz/Joseanie Mendonça/Margarida Maria de Andrade/Patrícia da Silva Cerqueira</i>	
O SETOR INDUSTRIAL BAIANO SOB A ÓTICA DO PIB	117
<i>Carla Janira Souza do Nascimento</i>	
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NA BAHIA	125
<i>Gustavo Casseb Pessoti/Ítalo Guanais Aguiar Pereira</i>	
DESEMPENHO DO COMÉRCIO BAIANO	129
<i>Maria de Lourdes Caires dos Santos/Zélia Maria de C. Abreu Góis</i>	
ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTES NA BAHIA	135
<i>Ana Margaret Silva Simões</i>	
EVOLUÇÃO DO VALOR AGREGADO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA ENTRE 1976 E 2000: FATOS RELEVANTES.	143
<i>Carmen Lúcia Castro Lima</i>	

CONVENÇÕES

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
 - .. Não se aplica dado numérico;
 - ... Dado numérico não disponível;
 - x Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
- 0; 0,0; 0,00; etc. Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

A disponibilidade de indicadores atualizados sobre a realidade socioeconômica regional vem-se constituindo numa necessidade cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Esta necessidade reflete a mudança que vem ocorrendo no padrão de relacionamento entre o Governo Federal, estados e municípios, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual procurou dar aos poderes locais maior responsabilidade e autonomia para decidirem sobre a forma de gestão dos recursos tributários necessários para a execução das políticas de desenvolvimento do espaço regional.

A efetiva transformação das esferas municipais e estaduais em instâncias de planejamento eficaz depende, por sua vez, da capacidade financeira dos respectivos governos. Todavia, esses mesmos governos enfrentam permanentemente o dilema representado pela necessidade de conciliar políticas de desenvolvimento regional com a administração de orçamentos desequilibrados. No que diz respeito às ações voltadas para a elevação das receitas, os governos locais reivindicam a ampliação da sua participação nas receitas fiscais para assumirem as responsabilidades definidas na Constituição de 1988. Já em relação às despesas, observa-se, como recurso dos governos locais, práticas de coordenação macroeconômica regional que incentivam a criação de externalidades regionais para atrair novos investidores para seus respectivos estados e municípios, as quais podem resultar na elevação dos gastos públicos ou na perda de receita por intermédio da renúncia fiscal.

Esse dilema das administrações públicas estaduais e municipais manifesta-se de diversas formas: em primeiro lugar, nos debates acerca do perigo de uma guerra fiscal entre as unidades federativas para a atração de novas empresas, nacionais ou estrangeiras. Em segundo lugar, na pressão dos estados sobre os sistemas de informações regionalizadas, tendo em vista a preocupação dos respectivos governos com os indicadores de desempenho das suas economias, que podem revelar a eficácia das políticas públicas. Finalmente, na busca permanente de novos recursos junto ao Governo Federal, ao Poder Legislativo e Judiciário, com repercussão sobre os sistemas de informações regionalizadas referentes à população e à renda per capita gerada em cada Unidade da Federação, uma vez que a legislação brasileira determina que parte dos tributos federais sejam distribuídos para os estados e municípios, com base em critérios definidos de acordo com a população e renda per capita.

Todos esses aspectos relacionados com a gestão de políticas e finanças públicas tendem a exercer forte pressão sobre o sistema estatístico nacional, pois a coordenação de políticas macroeconômicas exige informações estatísticas atualizadas, coerentes, compreensivas e acessíveis aos gestores públicos. Por outro lado, o contexto atual de crescente globalização das economias, que contribuiu para as transformações verificadas no âmbito das

atividades produtivas e das estratégias competitivas das empresas, também exerce pressões sobre o sistema estatístico em busca de informações regionalizadas. A globalização da produção constitui um processo segundo o qual a produção de bens finais e matérias-primas pode ocorrer em vários países simultaneamente e de acordo com estratégias empresariais de venda e de comércio intrafirma em escala mundial.

Para acompanhar a tendência atual de globalização da produção, que repercute sobre as estratégias de localização das plantas industriais e de formação de blocos econômicos de países, com reflexos sobre a especialização produtiva de cada estado ou região, as empresas precisam conhecer de perto as informações referentes à performance e à capacidade competitiva das economias de cada estado, para poderem definir, com segurança, suas estratégias de expansão, localização e vendas. Assim como governos e empresas, também os estudiosos dos problemas relacionados com a questão federativa brasileira precisam de informações regionalizadas para analisar a dinâmica dos desequilíbrios regionais que caracterizam a economia brasileira. A fim de atender a essas demandas, o IBGE desenvolveu um programa de trabalho em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, visando à construção de um conjunto de indicadores coerentes e comparáveis no tempo e no espaço. Para isso, a metodologia proposta para a construção de Contas Regionais deveria ser compatível com a metodologia desenvolvida pelo IBGE na área de Contas Nacionais. A especificidade das economias regionais requer, no entanto, o desenvolvimento de uma metodologia adequada à realidade econômica das Unidades da Federação e compatível com a disponibilidade dos dados estatísticos necessários à construção de modelos de Contas Regionais. Em virtude dessa particularidade, o IBGE optou pela construção de um Sistema de Contas Regionais voltado para a elaboração da Conta de Produção das principais atividades econômicas de cada estado, a qual fornece as informações referentes ao processo de geração da renda regional, cujo valor síntese é expresso pela medida do Produto Interno Bruto (PIB).

Por outro lado, a análise da disponibilidade dos dados no âmbito de cada Unidade da Federação sugere que é mais factível calcular o PIB regional de acordo com a ótica do produto, a qual determina que o valor agregado bruto resulta da diferença entre o valor bruto da produção e o respectivo consumo intermediário. Todavia, aspectos de natureza conceitual e metodológica impedem que o cálculo do Produto Interno Bruto regional seja realizado da mesma forma que nas Contas Nacionais. As soluções para esses problemas foram encontradas ao longo dos trabalhos de montagem da série do PIB a partir do ano de 1985 e avaliadas durante os cursos e encontros de Contas Regionais promovidos pelo IBGE. Os procedimentos metodológicos alternativos foram definidos de acordo com a experiência, neste campo, de outros países (EUROSTAT, 1997; INSEE, 1996) e adaptados à realidade do sistema estatístico brasileiro. As dificuldades para a regionalização do cálculo do PIB compreenderam a falta de dados consistentes com o conceito de produção regional de algumas atividades (comércio, transportes, construção e ins-

tuições financeiras), assim como a falta de indicadores apropriados para a estimativa da evolução da produção física e dos preços dos produtos em alguns estados.

O cálculo do PIB da economia nacional consiste na avaliação da produção, em um determinado ano, do conjunto de unidades produtivas localizadas no interior do território nacional. Neste caso, portanto, o critério fundamental que norteia o conceito (âmbito) de produção nacional apoia-se na noção de residência do produtor. Assim, toda unidade (empresa privada ou pública, administração pública ou unidade familiar) produtora de bens ou serviços (mercantis e não-mercantis) residente no território nacional é contemplada no cálculo do Produto Interno Bruto das Contas Nacionais. Já a estimativa do PIB regional consiste na definição da metodologia que transfira para a esfera estadual o conceito de residência da unidade produtiva. Ou seja, a metodologia das Contas Regionais precisa explicitar a noção de residência e o conceito de unidade produtiva estadual. Para adequar a metodologia de cálculo do PIB das Contas Regionais à das Contas Nacionais, em algumas atividades econômicas foi necessário precisar ou adequar os seguintes conceitos:

- residência do produtor – para regionalização da produção de usinas hidrelétricas situadas em rios que dividem a fronteira de dois estados; e cálculo da produção de empresas de transporte interestadual; e,
- unidade estatística regional – para regionalização da produção das empresas financeiras e de construção, e cálculo da produção regional dos estabelecimentos ou unidades locais pertencentes a empresas de comunicações que operam com telefonia local e de longa distância.

Também foi preciso adequar o método de cálculo dos agregados econômicos (produção, consumo intermediário e valor adicionado) regionais à especificidade das atividades e à disponibilidade dos dados. Por isso, recorreu-se aos seguintes métodos de cálculo:

- método ascendente – consiste na coleta de informações econômicas, contábeis e fiscais diretamente nas unidades estatísticas locais (regionais) para estimar o total do valor adicionado de algumas atividades econômicas, a partir da soma dos respectivos valores regionais. Neste caso, enquadraram-se, principalmente, as atividades agropecuárias e industriais;
- método descendente – consiste na regionalização do valor adicionado de determinadas atividades, a partir da definição de critérios de repartição do agregado nacional pelos respectivos estados. Neste caso, incluem-se as atividades de construção, intermediação financeira e transporte ferroviário;
- método misto – consiste na combinação dos dois métodos anteriores. Este método foi adotado em situações diversas:

- a) para preenchimento de lacunas de informações necessárias para adequar o âmbito de algumas atividades das Contas Regionais ao das Contas Nacionais. Neste caso, enquadram-se principalmente as estimativas da produção do setor informal do comércio e transporte rodoviário;
- b) para estimativa das Contas Regionais de estados que não puderam participar da etapa de cálculo das Contas Regionais;
- c) para regionalização da produção da atividade de pesca (artesanal e empresarial); e,
- d) para atendimento da necessidade de assegurar a convergência dos resultados das Contas Regionais de todos os estados com os das Contas Nacionais.

Para que as Contas Regionais retratem a evolução da economia de cada Unidade da Federação ao longo do tempo é necessário que se construa uma série histórica da Conta de Produção, tanto a preços correntes, quanto a preços constantes. Para tanto, é preciso que haja informações regionalizadas sobre a evolução do volume e dos preços dos bens e serviços produzidos pelas unidades econômicas, assim como também é preciso definir o ano-base que serve de referência para a construção da série histórica. Em geral, a escolha do ano-base recai sobre o ano para o qual há dados suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção de todos os estados, pois esse ano serve de base para a definição de coeficientes técnicos e ponderadores.

Tendo em vista as características do sistema estatístico brasileiro, a eleição do ano-base das Contas Regionais recaiu sobre o ano de 1985, para o qual foi realizado o último Recenseamento Econômico do Brasil. Tal escolha deveu-se à maior riqueza de informações estruturais que os Censos fornecem. Para os demais anos da série das Contas Regionais do Brasil, utilizaram-se indicadores que expressam a evolução anual (em volume e em valor nominal) das atividades econômicas e que são extraídos de informações estatísticas relativas à evolução das receitas de venda de produtos (bens e serviços); à evolução da produção física e à variação dos preços dos bens e serviços produzidos. A partir desses indicadores pode-se, então, construir índices de valor, de volume e de preços, os quais proporcionam os elementos necessários ao estabelecimento das *séries históricas a preços correntes e a preços constantes*.

A ausência de dados anuais sobre valor, volume ou preços impõe a necessidade de se recorrer a indicadores de avaliação da performance de algumas atividades econômicas, os quais, se escolhidos de maneira inadequada ou de maneira distinta em cada Unidade da Federação, podem levar a distorções na análise das Contas Regionais. Logo, é nesse sentido que se deve entender a atuação do IBGE como órgão coordenador do Sistema de Contas Regio-

nais, isto é, como órgão que procurou orientar os técnicos dos Órgãos Estaduais de Estatística a adotarem uma metodologia compatível com a dos demais, de forma a garantir a comparabilidade regional e temporal dos dados. Portanto, um importante papel desempenhado pelo IBGE no projeto de Contas Regionais foi, também, o de identificar, junto com os Órgãos Estaduais de Estatística, os indicadores mais adequados para a construção da série histórica das Contas Regionais, a preços correntes e constantes. A seguir, serão apresentadas as principais etapas do projeto de elaboração das Contas Regionais do Brasil.

PROJETO DE CONTAS REGIONAIS DO BRASIL

Antecedentes

A realização conjunta, pelo IBGE/DECNA e Órgãos Estaduais de Estatística, do cálculo do Produto Interno Bruto por Unidade da Federação, atende à solicitação feita pelo Tribunal de Contas da União, por força da legislação que define os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A legislação referente aos Fundos de Participação de Estados e Municípios data de 25 de outubro de 1966, quando a Lei n.º 5.172 estabeleceu, nos artigos 86 e 88, os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal. Para efeito desse cálculo deveriam ser levados em consideração a superfície territorial, a população estimada de cada estado e município e a renda per capita dos estados. Coube, inicialmente, à Fundação Getúlio Vargas a responsabilidade pela estimativa da renda por estado e, ao IBGE, a estimativa da população. Quando o IBGE assumiu a responsabilidade pela elaboração das Contas Nacionais do Brasil (1986), passou a ter a atribuição de calcular a “renda per capita” dos estados. A metodologia adotada para o cálculo da “renda per capita” apoiava-se nas informações extraídas dos Censos Econômicos do IBGE, os quais eram realizados a cada cinco anos. Dessa forma, foram divulgadas informações regionais para os anos de 1970, 1975, 1980 e 1985. A opção pela vinculação das estimativas da renda dos estados aos dados censitários deveu-se à necessidade de fornecer, para todas as Unidades da Federação, o mesmo conjunto de informações, procurando-se assim assegurar a homogeneidade do método e a comparabilidade dos dados.

A reformulação das estatísticas econômicas pelo IBGE, abandonando a execução de censos quinquenais, implicou o desenvolvimento de novas metodologias de levantamento e de tratamento dos dados estatísticos. No âmbito das Contas Regionais, que servem para o cálculo da “renda per capita” dos estados, o DECNA elaborou, em 1996, uma nova proposta metodológica para a construção das Contas Regionais do Brasil. Essa proposta foi apresen-

tada aos estados em outubro de 1996 e pode ser utilizada para a elaboração das novas estimativas da “renda per capita” anual, por Unidade da Federação, superando, assim, a ausência de informações censitárias.

Contas Regionais do Brasil

A presente metodologia é resultado das decisões tomadas pelo IBGE-DECNA e Órgãos Estaduais de Estatística durante a IV Conferência Nacional de Estatística (IV CONFEST), promovida por essa instituição, em maio de 1996, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião foi solicitado ao IBGE que preparasse uma metodologia de elaboração das Contas Regionais, compatível com as Contas Nacionais do Brasil.

A atual proposta metodológica visa principalmente adequar a metodologia das Contas Regionais à nova metodologia das Contas Nacionais do Brasil, implementada pelo IBGE a partir das recomendações feitas pelas Nações Unidas em 1993. Com esta metodologia, pretende-se estimar a contribuição de cada estado para a formação do Produto Interno Bruto do país, a partir das informações anuais sobre produção e consumo de matérias-primas. Dessa forma, as Contas Regionais do Brasil compreendem uma desagregação, por Unidade da Federação, da Conta de Produção das Contas Nacionais do Brasil, construídas pela ótica do produto. O documento contendo a metodologia de construção das Contas Regionais foi apresentado aos Órgãos Estaduais de Estatística durante o I Encontro Nacional de Contas Regionais, realizado em novembro de 1996 no Rio de Janeiro. Desde então, o IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística realizam, periodicamente, Encontros Nacionais e Regionais, Reuniões Técnicas, Cursos Nacionais e Regionais, visando à disseminação da metodologia, capacitação dos técnicos estaduais e avaliação dos resultados das Contas Regionais construídas pelos Órgãos Estaduais de Estatística.

Além de com os Órgãos Estaduais de Estatística, o Departamento de Contas Nacionais contou com o apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – (SUFRAMA) e do BID para realizar a estimativa das Contas Regionais de alguns estados que ainda não dispõem de recursos técnicos suficientes para a execução do programa de Contas Regionais. Quanto à participação do IBGE na estimativa da “renda per capita” dos estados, cabe ainda ressaltar que ao DECNA competiu coordenar o programa de cálculo das Contas Regionais. A responsabilidade pelo levantamento dos dados e cálculo do PIB estadual coube às equipes regionais. Uma vez concluída a etapa de cálculo do PIB de cada estado, o DECNA realizou uma reunião técnica para avaliar os resultados, identificar lacunas de informações e definir procedimentos para conciliar as Contas Regionais com as Contas Nacionais. Em seguida, o DECNA definiu o critério de rateio da diferença entre o PIB nacional e o regional, para assegurar a convergência entre os dois métodos de cálculo do PIB do Brasil. O Departamento de Contas Nacionais do IBGE pôde então cancelar os valores do Produto Interno Bruto dos estados estimados pelos Órgãos Estaduais de Estatística.

A metodologia das Contas Regionais do Brasil compreende a estimativa do PIB de cada Unidade da Federação, a preço corrente e Valor Adicionado, a preço básico e preço constante do ano anterior, elaborada a partir do ano-base de 1985. Também compreende a análise da classificação das atividades e sua abrangência; a proposta para a construção do ano-base de 1985 e as sugestões para a construção das contas regionais anuais. A implementação, em cada estado, dessa metodologia, passou por uma fase de avaliação da sua exequibilidade, o que se deu durante os Encontros Nacionais de Contas Regionais, incorporando-se as sugestões das equipes locais, conhecedoras da realidade socioeconômica regional. Além disso, o conhecimento de fontes estatísticas locais contribuiu para a obtenção de estimativas regionais mais apropriadas. No entanto, a opção pelo uso de fontes locais em detrimento de fontes de abrangência nacional somente ocorreu em casos excepcionais, uma vez que o objetivo principal da metodologia era o de assegurar a comparabilidade das estimativas de um estado com os demais.

A metodologia de construção da Conta de Produção de cada setor levou em consideração a disponibilidade de dados relativos ao ano-base e aos anos correntes. Para o ano-base, a principal fonte de informações foi o Censo Econômico de 1985, que, em geral, fornece as mesmas informações para cada estado, contribuindo para a obtenção de estimativas regionais compatíveis. Já as contas anuais foram construídas a preços correntes e a preços constantes do ano anterior.

Conceituação e Variáveis Macroeconômicas

Produtor Residente

Esse conceito abrange toda a produção que se processa no interior das fronteiras da Bahia, de maneira a registrar, na Conta de Produção, o total da renda gerada no estado e não as retribuições percebidas pelos fatores de produção residentes. As atividades executadas por agentes econômicos que operam, simultaneamente, em vários espaços geográficos, envolvem dificuldades para sua mensuração e, conseqüentemente, para a de seu produto. Nesses casos, o SCN recomenda alocar a produção, assim como a renda que a mesma origina, na região na qual esta se realiza. Em geral, as dificuldades estão associadas à ausência de dados regionalizados sobre atividades que, quase por definição, são executadas inter-regionalmente, tais como: eletricidade, transporte e comunicações. Assim, nesses casos, foram definidas como residentes todas as unidades produtoras registradas no estado. Utiliza-se, portanto, o conceito de produção interior descrito no SCN, no qual os produtores são agrupados da forma a seguir descrita.

Indústria

São genericamente assim denominados, sem distinção do setor em que operam, os estabelecimentos que produzem bens e serviços para o mercado por um preço que pretenda cobrir seus custos de produção. Estão classificados nesse conceito os estabelecimentos sem fins de lucro – inclusive nos casos em que não destinem sua produção ao mercado – mas que produzam bens e serviços similares e empreguem insumos e processos produtivos análogos.

Produtores de Serviços da Administração Pública

Engloba as entidades que proporcionam serviços típicos da atividade governamental. Estão incluídos nesse conjunto os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e da Previdência Social, quando controlados pelo Governo. Tais entidades estarão aqui consideradas desde que não vendam sua produção no mercado e se financiem através de dotações orçamentárias e extra-orçamentárias do governo, razão pela qual sua produção é mensurada como equivalente a seus custos explícitos.

Serviços Domésticos

Incluem os serviços prestados por uma família a outra sob alguma forma de remuneração, como, por exemplo, as atividades de babá, cozinheira, etc. Pelas dificuldades inerentes à sua quantificação, convencionalmente os serviços domésticos não-remunerados não são considerados nestes cálculos.¹

Produtores de Serviços Privados Sem Fins de Lucro

São associações voluntárias de indivíduos que se reúnem para realizar atividades específicas no sentido de prestar às famílias serviços pessoais e coletivos que, em alguns casos, o Poder Público não desenvolve; são as associações profissionais, os partidos políticos, os sindicatos e os clubes sociais.

Limite da Produção

A delimitação da produção bruta de cada atividade e a caracterização do produtor residente determinam os limites da produção de bens e serviços em uma economia. Esse pressuposto básico cria a necessidade de uma defi-

¹ Ver, a esse respeito, STONE (1974, p.31-32): "... as atividades domésticas não remuneradas e as atividades amadorísticas que, muitas vezes, tomam a forma de produção, como a de preparar uma refeição ou construir um aeromodelo. Em tais casos, porém, as atividades não têm um valor de mercado, porquanto os membros da família e os amadores prestam seus serviços gratuitamente; tais atividades são extremamente numerosas e na verdade passam sem registro; na grande maioria dos casos, nem sequer se acham bem definidas e fundem-se imperceptivelmente nas atividades da vida, que dificilmente se podem reduzir a um número de operações produtivas mensuráveis. Assim sendo, há concordância geral em que as atividades familiares e amadorísticas, com pequeno número de exceções específicas, devam permanecer fora da fronteira da produção e que não se faça tentativa alguma de registrá-las".

nição precisa de produtor residente, especialmente quando os cálculos são efetuados visando ao regional.

As múltiplas atividades medidas no esquema contábil possuem formas distintas de manifestação produtiva que muitas vezes não são captadas facilmente nos levantamentos estatísticos. Na montagem das metodologias setoriais procurou-se definir o alcance de cada atividade e, a partir daí, os procedimentos de cálculo a serem adotados.

Produção Bruta

É considerada de forma a permitir a inclusão de todos os bens e serviços produzidos pelos produtores residentes, independentemente do seu destino, venda consumo ou estoque. O conceito de indústria foi ampliado objetivando incluir outras atividades cuja produção normalmente não se realiza no mercado. Foram incluídas, entre outras, a produção própria do pessoal residente nos estabelecimentos agropecuários e a transformação de produtos primários realizada nesses estabelecimentos para a obtenção de itens como farinha, polvilho, rapadura, aguardente, etc. Os serviços de habitação também foram incluídos, independentemente da existência de uma transação no mercado. Para a avaliação do aluguel dos domicílios ocupados pelos seus proprietários, foi-lhe imputado um preço de mercado. Por último, cabe salientar os momentos de registro da produção bruta. Na fabricação de bens, acontece quando do término do processo produtivo; na atividade comercial, no momento da venda, ou seja, quando ocorre a transferência da propriedade. No caso dos serviços, a produção é registrada no momento da sua prestação.

Produto Interno Bruto (PIB)

Constitui-se no indicador do resultado final da atividade produtiva e expressa a produção, sem duplicações, de todos os produtores residentes. Em outras palavras, o PIB representa a produção que se destina a suprir usos finais através do consumo, acumulação e exportações.

Valor Bruto da Produção (VBP)

Exprime o valor de todos os bens produzidos e serviços prestados, avaliados pelos preços recebidos por seus respectivos produtores em seus estabelecimentos, o que significa dizer, portanto, que não estão considerados os gastos de comercialização e transporte, e quaisquer outros que possam incidir sobre as mercadorias quando estas saem dos estabelecimentos de origem, exceto quando os mesmos forem proporcionados pelo produtor como parte regular de seus serviços.

Consumo Intermediário (CI)

Inclui todos os bens não-duráveis e os serviços inteiramente consumidos no processo produtivo, durante cada período contábil. Por convenção, os bens

não-duráveis são aqueles cuja vida útil provável não ultrapassa um ano. Seus preços incluem os custos de comercialização e transporte que lhes são imputados até sua entrega nas unidades produtoras. Os gastos efetuados em reparações e manutenção do ativo são incluídos sempre e quando não prolonguem sua vida útil nem aumentem sensivelmente sua produtividade. O reembolso de gastos em alojamento, alimentação e transportes realizados pelos empregados relacionados aos negócios de seus empregadores estão também incluídos.

Valor Agregado Bruto (VAB)

Representa a contribuição de cada unidade produtora ao Produto Interno Bruto. Pelo método adotado, surge de forma residual, como a diferença entre o Valor Bruto da Produção (VBP) e o Consumo Intermediário (CI). Os critérios de valoração adotados – preços de produtor no VBP e preço de consumidor no CI – garantem que sejam medidas as efetivas contribuições de cada produtor.

Compõem o VAB:

- a) Remuneração dos Assalariados – constitui-se dos valores pagos pelos empregadores aos seus empregados, a título de salários, assim como outras remunerações, inclusive encargos sociais, indenizações por dispensa ou qualquer outro tipo de pagamento que se enquadre nesse conceito;
- b) Impostos Indiretos – foram considerados os pagamentos compulsórios que realizam os produtores aos órgãos da Administração Pública com relação à produção, venda, compra e utilização de bens e serviços;
- c) Subsídios – constituem todas as doações em conta corrente recebidas pelos produtores e concedidas pela Administração Pública;
- d) Excedente Bruto de Exploração – obtido de forma residual, pela diferença entre o total do VAB e os itens acima citados.

Ano-base das Contas Regionais do Brasil: 1985

A especificidade das economias regionais e do sistema estatístico brasileiro sugere que a construção do Sistema de Contas Regionais para o Brasil deve começar pela elaboração de uma *Conta de Produção* das principais atividades econômicas de cada estado. Esta Conta fornece informações sobre o processo de geração da renda regional, cujo valor síntese é expresso pela medida do Produto Interno Bruto (PIB).

A escolha do ano-base das Contas Regionais do Brasil recaiu sobre o ano de 1985 por ser esse o último ano para o qual havia informações suficientes para a construção, a partir de uma metodologia homogênea, da Conta de Produção de todos os estados, e para a definição dos coeficientes técnicos e ponderadores usados na construção da série histórica.

A metodologia adotada para o cálculo das Contas Regionais dos anos correntes combinou uma série de procedimentos sistematicamente discutidos entre o IBGE e os Órgãos Estaduais de Estatística. Essas discussões consistiam na definição de procedimentos e seleção das fontes estatísticas utilizadas nas Contas Regionais. As fontes dos dados regionais eram selecionadas de acordo com os seguintes critérios: comparabilidade com as Contas Nacionais, cobertura regional e coerência temporal.

Em alguns casos, os critérios definidos acima implicavam a escolha de uma fonte ou indicador nacional em detrimento de um similar regional, de forma a obter-se maior coerência entre as metodologias das Contas Regionais e Nacionais. Ao exercer o papel de coordenador do Sistema de Contas Regionais, o IBGE justificava a preferência por um dado de abrangência nacional, com base na noção prevalecente de que *a melhor informação a ser utilizada na construção das Contas Regionais deveria ser aquela que assegurasse a comparação das economias dos estados, pois, assim, eventuais diferenças regionais poderiam ser atribuídas tão-somente aos resultados das políticas regionais ou às especificidades de cada região, e não às diferenças metodológicas.*

A construção da série compreendeu a seleção das fontes estatísticas necessárias ao cálculo do valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado dos 15 principais grupos de atividades econômicas de cada estado. Esta série deveria fornecer informações suficientes para a avaliação da evolução do volume e do valor nominal do PIB de cada estado. Para tanto, foram utilizados os dados em valores provenientes de pesquisas estatísticas, balanços contábeis das empresas e registros administrativos.

Além dos três critérios definidos anteriormente (comparação com as Contas Nacionais, abrangência regional e temporal), a metodologia privilegiava a seleção de dados contábeis em valor ou, na sua ausência, de indicadores regionais da evolução da produção e do consumo intermediário das atividades, para estimar o valor adicionado. O uso de informações sobre a evolução do valor, volume e preço permitiu construir a série das Contas Regionais do Brasil, avaliadas a preços correntes e constantes do ano anterior.

No intuito de assegurar a consistência da metodologia das Contas Regionais e Nacionais, o sistema de valoração dos agregados macroeconômicos contidos na série foi preparado de acordo com as recomendações do SNA de 1993 (UNITED NATIONS, 1993). Assim, as Contas Regionais do Brasil apresentam os dados sobre produção, consumo intermediário e valor adicionado por estado, medidos a preços correntes e também medidos a preços constantes, construídos a partir de uma estrutura de ponderação móvel (isto é, preços constantes do ano imediatamente anterior). De posse desses dados, pôde-se então estimar o índice de volume e o deflator implícito do

valor adicionado de cada atividade. Finalmente, após somar o valor adicionado de todas as atividades e deduzir os impostos sobre produtos e sobre a produção, líquidos de subsídios, calculou-se o Produto Interno Bruto de cada estado.

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO

Tendo em vista a preocupação com a padronização de fontes, conceitos e procedimentos, e com a capacitação das equipes técnicas dos Órgãos Estaduais de Estatísticas, o trabalho de coordenação técnica do IBGE envolveu também a definição dos instrumentos de registro dos dados coletados e processados em cada estado, para:

- a) avaliar a consistência metodológica dos resultados;
- b) facilitar a comparação regional dos dados; e,
- c) viabilizar o programa de capacitação e treinamento a distância dos aproximadamente 85 técnicos responsáveis pelos trabalhos de cálculo do PIB das Unidades da Federação.

Em alguns casos, a falta de informações anuais sobre a evolução da produção e consumo de vários produtos pesquisados pelos Censos Econômicos do ano-base de 1985 levou à adoção de procedimentos metodológicos alternativos. Assim, para estimar a produção das atividades para as quais só há informações para o ano-base, foi necessário recorrer aos índices de volume e de preço obtidos para os produtos ou segmentos de uma determinada atividade, para os quais há estatísticas anuais. Contudo, a heterogeneidade dos produtos de cada atividade impede que se obtenha um índice de volume (e de preço) de produtos agregados, com base na soma de índices de produtos individuais. Por isso, em todos os casos em que foi necessário calcular índices de volume e índices de preço de produtos heterogêneos ou agregados adotou-se o seguinte procedimento para a preparação de planilhas:

- em primeiro lugar, foram construídas planilhas referentes aos produtos individuais, ou seja, produtos para os quais há informações anuais que permitem calcular os respectivos índices de volume e de preço;
- em seguida, foram elaboradas planilhas de produtos agregados, correspondentes à soma dos valores registrados nas planilhas dos produtos individuais. Nesta etapa, as planilhas compreendiam apenas o registro dos dados referentes aos valores do ano anterior, valor constante medido a preço do ano anterior e valor corrente, já que se pode somar valores de variáveis heterogêneas;

- depois, foram estimados os índices de volume e índices de preço implícitos das planilhas de produtos agregados. O índice de volume foi então calculado pela divisão do valor constante do ano n+1 pelo valor do ano anterior. E o índice de preço foi estimado pela divisão do valor corrente do ano n+1 pelo valor constante do ano n+1;
- finalmente, esses mesmos índices implícitos de volume e de preço foram utilizados na construção da planilha dos produtos heterogêneos para encontrar os respectivos valores constantes – medidos ao preço do ano anterior – e os valores correntes.

Dessa forma, a metodologia das Contas Regionais baseou-se na utilização de índices de volume e de preço de produtos individuais para construir a série histórica dos principais produtos e apoiou-se na obtenção de índices implícitos para estimar a evolução dos demais produtos. Esse procedimento foi adotado tanto para a construção da série histórica da produção, quanto para a do consumo intermediário das atividades econômicas. A série histórica do valor adicionado, por sua vez, foi construída a partir da diferença entre os valores (do ano anterior, constantes e correntes) da produção e do consumo intermediário.

Quadro 1

Planilha do Valor da Produção das Contas Regionais da Bahia						
Valor da Produção						
Unidade da Federação: Bahia						
Atividade: Indústria de Transformação						
Ano	Moeda	Valor do Ano Anterior	Índice de Volume	Valor da Produção Preço do Ano Anterior	Índice de Preço	Valor da Produção Preço Corrente
1990	Cr\$ Milhão	36.752	0,98	36.095	24,73	892.682
1991	Cr\$ Milhão	892.682	0,91	815.184	5,12	4.171.645
1992	Cr\$ Milhão	4.171.645	1,05	4.368.755	11,95	52.221.659
1993	CR\$ Milhão	52.222	1,07	55.667	21,35	1.188.223
1994	R\$ Milhão	432	1,04	450	19,16	8.629
1995	R\$ Milhão	8.629	1,01	8.674	1,50	13.006
1996	R\$ Milhão	13.006	1,05	13.680	1,20	16.399
1997	R\$ Milhão	16.399	1,03	16.829	1,08	18.206
1998	R\$ Milhão	18.206	1,06	19.373	1,04	20.066
1999	R\$ Milhão	20.066	1,02	20.511	1,22	25.096

Quadro 2

Planilha do Consumo Intermediário das Contas Regionais da Bahia						
Consumo Intermediário						
Unidade da Federação: Bahia						
Atividade: Indústria de Transformação						
Ano	Moeda	Valor do Ano Anterior	Índice de Volume	Consumo Intermediário Preço do Ano Anterior	Índice de Preço	Consumo Intermediário Preço Corrente
1990	Cr\$ Milhão	22.944	0,98	22.504	24,98	562.068
1991	Cr\$ Milhão	562.068	0,91	514.276	5,11	2.630.258
1992	Cr\$ Milhão	2.630.258	1,05	2.762.844	12,00	33.148.716
1993	CR\$ Milhão	33.149	1,07	35.378	21,45	758.931
1994	R\$ Milhão	276	1,04	287	18,92	5.435
1995	R\$ Milhão	5.435	1,00	5.449	1,49	8.093
1996	R\$ Milhão	8.093	1,05	8.474	1,20	10.143
1997	R\$ Milhão	10.143	1,03	10.466	1,09	11.367
1998	R\$ Milhão	11.367	1,06	12.101	1,04	12.546
1999	R\$ Milhão	12.546	1,03	12.893	1,23	15.874

Quadro 3

Planilha do Valor Adicionado das Contas Regionais da Bahia						
Valor Adicionado						
Unidade da Federação: Bahia						
Atividade: Indústria de Transformação						
Ano	Moeda	Valor do Ano Anterior	Índice de Volume	Valor Adicionado Preço do Ano Anterior	Índice de Preço	Valor Adicionado Preço Corrente
1990	Cr\$ Milhão	13.808	0,98	13.591	24,33	330.614
1991	Cr\$ Milhão	330.614	0,91	300.909	5,12	1.541.387
1992	Cr\$ Milhão	1.541.387	1,04	1.605.911	11,88	19.072.943
1993	CR\$ Milhão	19.073	1,06	20.290	21,16	429.292
1994	R\$ Milhão	156	1,05	163	19,57	3.194
1995	R\$ Milhão	3.194	1,01	3.225	1,52	4.913
1996	R\$ Milhão	4.913	1,06	5.206	1,20	6.255
1997	R\$ Milhão	6.255	1,02	6.363	1,07	6.839
1998	R\$ Milhão	6.839	1,06	7.272	1,03	7.520
1999	R\$ Milhão	7.520	1,01	7.618	1,21	9.222

Após a conclusão das estimativas da produção, do consumo intermediário e do valor adicionado de cada Unidade da Federação, procedeu-se ao confronto do resultado obtido nas Contas Regionais, para a soma dos estados, com o obtido nas Contas Nacionais, para o total do Brasil. Como

é necessário promover adaptações metodológicas no cálculo do PIB estadual, é compreensível encontrar discrepâncias entre o PIB estimado pelos OEE nas Contas Regionais e o estimado pelo IBGE nas Contas Nacionais.

Conforme já foi dito anteriormente, ao Departamento de Contas Nacionais compete assegurar a consistência metodológica e compatibilizar os resultados finais. A consistência metodológica é alcançada através dos cursos, encontros e reuniões técnicas realizadas periodicamente com os OEE. A compatibilização dos resultados finais é obtida pelo DECNA mediante ajuste dos resultados regionais ao total do PIB estimado nas Contas Nacionais do Brasil. Para o ano de 1999, por exemplo, a diferença entre o PIB regional e o nacional foi de apenas 1,8%. Dentre os fatores que contribuíram para a obtenção de estimativas convergentes entre as Contas Nacionais e Contas Regionais, podem-se destacar os seguintes:

- assimilação pelas equipes regionais da metodologia de elaboração das Contas Nacionais e Contas Regionais;
- revisão dos valores relativos ao ano de 1998, após a publicação dos resultados definitivos das Contas Nacionais desse ano;
- multiplicação dos índices de volume e de preço estimados para o ano de 1998 pelos valores corrigidos para 1998.

Finalmente, convém ressaltar que os fatores de ajuste encontrados para compatibilizar as Contas Regionais e Contas Nacionais são aplicados de maneira uniforme para todos os estados, visando diluir igualmente a diferença entre os valores encontrados nos dois sistemas de contas.

A seguir, serão apresentados os principais procedimentos metodológicos adotados na construção da série histórica das Contas Regionais do Brasil.

Fontes e tratamento dos dados

A definição das fontes das informações estatísticas e dos procedimentos metodológicos para o tratamento dos dados foi realizada de acordo com as Seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Para cada capítulo da Seção da CNAE, o Departamento de Contas Nacionais analisou o âmbito da atividade que seria contemplada nas Contas Regionais; definiu o conceito de produção das atividades; identificou as principais fontes de informações regionais compatíveis com as utilizadas nas Contas Nacionais; e sugeriu a metodologia de tratamento das informações estatísticas para a construção da série histórica da produção, consumo intermediário e valor adicionado das atividades econômicas.

A seguir, é feita a descrição da metodologia de tratamento dos dados, de acordo com as Seções da CNAE.

Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca

A Conta de Produção da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca compreende as atividades realizadas pelas unidades produtivas (empresas rurais e seus estabelecimentos e trabalhadores por conta própria) que estão classificadas nas Seções A e B da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

Tendo em vista a particularidade dos estabelecimentos rurais, que se caracterizam pela realização de múltiplas atividades simultaneamente (agrícolas, pecuárias, extrativas, etc.), optou-se pela construção de uma única Conta de Produção do setor. Para o conjunto da atividade, foram calculados o Valor Bruto da Produção, o Consumo Intermediário e o Valor Adicionado Bruto. A produção do estabelecimento rural compreende todos os bens e serviços produzidos, independentemente de terem sido vendidos, trocados ou consumidos no próprio estabelecimento rural. Assim, o conceito de produção do setor compreende, além da sua produção mercantil, a produção particular do pessoal residente nos estabelecimentos e a transformação de produtos primários (indústria rural), no interior dos estabelecimentos rurais, para obtenção de produtos derivados, tais como farinha, queijo, manteiga, aguardente, banha, toucinho, etc. Também compreende o valor do investimento realizado na formação de culturas permanentes e de matas plantadas.

As principais fontes consultadas foram as Pesquisas Anuais² do IBGE, que fornecem informações sobre volume e valor da produção dos principais produtos de cada estado. Com base nesses dados, foram estimados os índices de valor, volume e preço, usados na construção da série histórica a preços correntes e constantes. O Valor Bruto da Produção da agricultura, no ano-base de 1985, foi calculado a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1985 de cada estado. Esse valor é obtido diretamente, multiplicando-se as quantidades produzidas de cada produto pelos respectivos preços médios recebidos pelos produtores. Os preços obtidos no Censo referem-se aos preços médios declarados pelos produtores (preço na porteira ou preço básico), independentemente da produção ter sido ou não totalmente comercializada no ano.

A produção da pecuária de cada estado compreende a criação de animais de grande, médio e pequeno portes (bovinos, bubalinos, eqüinos, asininos e muares; suínos, ovinos, caprinos, aves, coelhos, rãs e outros animais). A pecuária também inclui a produção de leite, ovos, lã, mel e cera de abelhas e demais produtos derivados da produção animal. O valor da produção desse segmento é calculado por meio da seguinte equação: valor da produção da pecuária = valor da venda de animais para o abate fora do estabelecimento + valor do abate de animais no próprio estabelecimento rural + variação do valor do rebanho animal + valor da produção de produtos de origem animal.

² Pesquisa Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal, Pesquisa da Extrativa Vegetal e Silvicultura e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

O valor da venda de animais para o abate fora dos estabelecimentos rurais (matadouros e açougues) foi extraído do Censo Agropecuário de 1985, a partir dos dados referentes ao valor dos animais vendidos, menos o valor dos animais comprados pelos próprios estabelecimentos rurais. Deve-se ressaltar a necessidade de se deduzir, do valor das vendas de animais, o valor dos animais comprados pelos estabelecimentos rurais, para evitar que os animais vendidos para outras unidades agropecuárias de recria e engorda sejam considerados como vendidos para o abate. O valor do abate de animais nos estabelecimentos rurais foi extraído diretamente do Censo Agropecuário de 1985. O valor da variação do rebanho foi calculado por meio da equação construída para o ano-base 1985, a partir dos dados do Censo de 1985: preço médio de compra de cada espécie animal (x) variação do número de animais de cada espécie durante o ano. Esta variação do número de animais durante o ano é, por sua vez, calculada da seguinte forma: número de animais nascidos no ano (-) número de animais vitimados (-) número de animais abatidos nos estabelecimentos rurais (+) número de animais comprados (-) número de animais vendidos.

Para os anos correntes, os dados sobre o efetivo do rebanho foram extraídos da pesquisa do IBGE sobre a Produção da Pecuária Municipal (PPM). Para os anos correntes, por não ser possível contar com o mesmo nível de detalhamento do Censo de 1985, optou-se por projetar os valores utilizados para o ano-base de 1985, a partir de dados sobre o efetivo de cada rebanho e sobre a variação dos respectivos preços. O valor da produção de produtos de origem animal compreende produção de leite, ovos, lã, mel e cera de abelhas e outros produtos derivados da produção animal. Em 1985, esta parcela foi calculada a partir do Censo. Nos anos correntes, a série histórica foi elaborada utilizando-se os índices de volume (variação anual da quantidade de cada produto produzido) e os respectivos índices de preço. Em relação à produção da avicultura, o valor da produção de aves consiste no valor da venda de aves para o abate, mais as vendas de pintos de um dia, mais o valor de aves abatidas no estabelecimento. Em 1985, esses dados são obtidos no Censo e, nos anos correntes, calculados a partir da Pesquisa do IBGE sobre abate de aves e produção de ovos. Também se incluem no âmbito da produção pecuária, o valor da produção de outras aves, de rãs e de outros pequenos animais, e a produção de casulos de bichos-da-seda, venda de esterco, etc.

A produção da silvicultura e a extração vegetal consistem nas atividades de plantio, reflorestamento, conservação de florestas, cultivo e extração de espécies madeireiras para a produção de celulose, madeira, lenha, carvão vegetal e extração e coleta de frutos e sementes nativas. No ano-base, essas informações foram obtidas no Censo Agropecuário de 1985. Nos anos correntes, os dados relativos à evolução das quantidades e preços foram retirados das respectivas pesquisas anuais. Também compreende produção da silvicultura, o valor do investimento em florestamento registrado no Censo Agropecuário de 1985. A estimativa do número de árvores plantadas em cada ano indica a evolução do volume dessa produção.

As atividades de prestação de serviços relacionados com a agricultura e pecuária, prestados por terceiros aos estabelecimentos agropecuários, também foram incluídas no âmbito da produção agropecuária. Essa produção foi medida, em 1985, a partir dos dados dos Censos Agropecuário e de Serviços e, nos anos correntes, sua evolução foi medida em função do ritmo da produção e dos preços do conjunto da atividade agropecuária.

Finalmente, foi estimado o valor da transformação ou beneficiamento de matérias-primas agrícolas realizados nos interior dos estabelecimentos rurais. No ano-base de 1985, este valor foi obtido pela multiplicação da quantidade de cada produto transformado ou beneficiado no estabelecimento rural pelo preço médio da produção obtida com a matéria-prima. Nos anos correntes, os índices de volume foram estimados em função da quantidade produzida da matéria-prima, e os índices de preço, em função do preço dos produtos beneficiados.

Para completar o cálculo da produção da agropecuária, estimou-se a produção particular pertencente ao pessoal residente nos estabelecimentos rurais, isto é, aquela pertencente aos empregados do estabelecimento rural. Essa produção foi calculada, multiplicando-se as quantidades produzidas, por produto, pelos preços médios que foram utilizados para valorar a produção mercantil dos estabelecimentos. Finalmente, cabe ressaltar que a metodologia de construção da série da conta de produção da agropecuária levou em consideração o fato de que há grandes divergências entre os dados censitários e as estatísticas anuais. Essa incompatibilidade impediu a construção de uma série a partir de valores absolutos provenientes de fontes distintas. Por exemplo, verificou-se que era desaconselhável combinar os dados de produção física e preço médio do Censo Agropecuário de 1985 com os da Pesquisa Agrícola Municipal de 1986 para construir a série a preço corrente e constante da agricultura.

Para evitar distorções resultantes do uso de fontes incompatíveis, optou-se por utilizar as informações do Censo Agropecuário para estimar a produção de 1985, desagregada pelos produtos produzidos no estado, para os quais havia disponibilidade de dados anuais. O valor de cada produto, em 1985, serviu de base para a projeção anual dos respectivos índices de volume e de preço. Para os anos correntes, decidiu-se utilizar os dados da fonte anual (por exemplo, Pesquisa Agrícola Municipal) para construir uma série auxiliar de índices de variação da produção física e dos preços médios. Depois de calculados os índices de variação do volume de produção e preços, utilizaram-se esses índices para evoluir a produção do ano-base de 1985. O índice de variação anual da quantidade produzida (índice de volume) serviu para construir a série a preço constante e o índice de preço, para a série a preço corrente.

Uma vez construída a série do Valor Bruto da Produção da atividade agropecuária, foi elaborada a série do Consumo Intermediário, que compreende o valor total dos bens e serviços consumidos no processo de produção dos

estabelecimentos rurais. A avaliação do valor do consumo com matérias-primas foi efetuada ao preço de consumidor, o qual incorpora os gastos de comercialização e transporte incorridos para a entrega das mercadorias nos estabelecimentos consumidores e os impostos que incidem sobre os insumos. Os bens e serviços intermediários da agropecuária são aqueles cujos valores são integralmente incorporados ao valor dos novos produtos e cuja vida útil não ultrapassa um ano. Para a obtenção do Consumo Intermediário no ano-base de 1985, foram utilizadas as informações do Censo Agropecuário de 1985 referentes ao total das seguintes despesas correntes efetuadas pelos produtores rurais em seus estabelecimentos: adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, sacaria e outras embalagens, medicamentos para animais, alimentação dos animais (sal, rações industriais e outras rações), aluguel de reprodutores, sêmen, ovos fertilizados e pintos de um dia, serviços de empreitada, aluguel de máquinas e equipamentos, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e outras despesas (exceto despesas com impostos sobre a produção e despesas financeiras).

Também é incluído nas estimativas do consumo intermediário, no ano-base, o valor dos insumos provenientes do próprio estabelecimento rural, tais como: sementes próprias utilizadas no plantio; matérias-primas usadas na indústria rural; animais abatidos para produção de carne e couro; milho e forragens destinadas à alimentação dos animais do próprio estabelecimento e ovos para incubação. Uma vez estimado o consumo intermediário do ano-base de 1985, partiu-se para a construção dos anos correntes, admitindo-se que o consumo de insumos da agricultura e da pecuária evolui, em volume, na mesma proporção que evoluem a área plantada e o rebanho animal, respectivamente. Para os demais produtos da agropecuária, formulou-se a hipótese de que o consumo dos insumos evolui, em volume, na mesma proporção que evolui a produção. Excetuando-se o caso das lavouras, principalmente das temporárias, verifica-se que a hipótese adotada para avaliar a evolução do volume do consumo intermediário pressupõe que a produtividade física do setor não muda de um ano para outro. Ou seja, a hipótese é que o coeficiente técnico de produção, em volume, é constante. Ocorre, no entanto, que como os preços dos insumos consumidos pela agropecuária evoluem de maneira distinta do preço dos produtos produzidos pelo mesmo setor, pode-se obter um índice de variação do valor do consumo intermediário da agropecuária diferente do seu índice de variação da produção. Dessa forma, mesmo partindo-se de uma hipótese de coeficiente técnico constante, em volume, pode-se chegar a uma estimativa de coeficiente técnico variável, em valor.

A metodologia de cálculo do PIB pela ótica da produção permite que se estime o Valor Adicionado Bruto de cada atividade econômica através da diferença entre o Valor Bruto da Produção – medido ao preço do produto na porta da fazenda, sem incluir os impostos que incidem sobre os produtos do setor – e o Consumo Intermediário – valorado ao preço de consumidor. Assim, chega-se à estimativa do Valor Adicionado Bruto expresso em valores aproximadamente básicos.

Indústria extrativa mineral

Essa atividade compreende as unidades produtivas classificadas na SEÇÃO C da CNAE – Indústrias Extrativas. Abrange os estabelecimentos industriais dedicados à extração e ao beneficiamento de minerais encontrados em estado natural. Também são incluídas na extração mineral as atividades desenvolvidas por garimpeiros que trabalham por conta própria.

Para a construção do ano-base de 1985 foram utilizadas as informações do Censo Industrial de 1985, além das estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que, em seus Relatórios de Lavra, proporciona dados anuais sobre volume de produção e preços dos principais minérios. Quanto às atividades realizadas pelos garimpeiros, utilizaram-se os dados demográficos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Censo Demográfico para estimar o número de pessoas ocupadas na atividade de garimpo (extração mineral) que se encontram na categoria “trabalhador por conta-própria”. Uma vez identificado o número de garimpeiros que trabalham por conta própria, estimou-se a sua produção através da multiplicação da renda anual média pelo número de garimpeiros. Essa estimativa permitiu avaliar o valor adicionado desse segmento da extração mineral, a partir da ótica da renda. Contudo, para se chegar ao valor da produção foi necessário estimar o consumo intermediário desses produtores através das informações do Censo Industrial das Microempresas. Nesse caso, considerou-se que a estrutura de produção dos garimpeiros autônomos equivalia à estrutura daquelas empresas.

Ainda em relação ao âmbito da atividade de extração mineral, convém observar que a prática da extração integrada a outras atividades industriais e de transportes dificulta a avaliação da produção e a definição dos preços efetivamente cobrados durante a etapa da extração do minério, principalmente quando essas atividades distintas, porém complementares, estão situadas em diferentes Unidades da Federação.

Indústria de transformação

A indústria de transformação compreende as unidades produtivas classificadas na SEÇÃO D da CNAE – Indústrias de Transformação e abrange os estabelecimentos industriais dedicados às atividades de fabricação que implicam transformação física das matérias-primas utilizadas ao longo do processo de produção industrial.

Por definição, a atividade da indústria de transformação corresponde à produção de bens. Segundo a CNAE (IBGE, 1995, p.8), os serviços industriais (de acabamento de produtos têxteis; de instalação, manutenção e reparação; de fornecimento de ar comprimido, frio e vapor industrial e outras utilidades) incluídos no âmbito da indústria “... constituem parte integrante da cadeia de transformação dos bens, exigindo equipamentos, técnicas ou habilidade específica característica do processo industrial, e tanto podem ser

realizados em unidades integradas como em unidades especializadas”. Portanto, essas atividades devem ser classificadas no mesmo grupo ou classe do produto fabricado. Outra especificidade da atividade industrial refere-se ao fato de ser uma atividade que pode ser realizada a partir de diversas formas de organização institucional da produção. Há nessa atividade uma forte presença de unidades produtivas de pequena escala, as quais podem ser organizadas em moldes distintos das empresas legalmente constituídas. Do ponto de vista das Contas Nacionais, assim como das Contas Regionais, deve-se considerar como produção industrial toda atividade de transformação, independentemente da forma como essa produção é organizada: empresa, microempresa ou produção familiar (informal).

Assim, para construir a Conta de Produção da indústria de transformação no ano-base, foi preciso recorrer aos dados do Censo Industrial de 1985 e a informações demográficas da PNAD e Censo Demográfico para estimar a produção dos “trabalhadores por conta-própria”, ou autônomos. O Valor Bruto da Produção das Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação referente ao ano-base de 1985 foi calculado a partir dos dados do Censo Industrial 1985 e da PNAD de 1985. O Censo Industrial de 1985 abrange as empresas definidas como “unidades jurídicas, caracterizadas por uma firma ou razão social que engloba o conjunto de atividades econômicas exercidas em uma ou mais unidades locais (endereços) e respondem pelo capital investido nestas unidades” (FIBGE, 1985) cujos estabelecimentos são definidos como “parte autônoma da empresa que se dedica única, ou principalmente, a uma classe de atividade, em um mesmo espaço físico” (ONU, 1993).

As empresas incluídas no âmbito do Censo Industrial foram pesquisadas através de um questionário específico (CE 0.01 – Censo de Empresas não-financeiras) encaminhado para 1.290.489 médias e grandes empresas industriais, comerciais, prestadoras de serviços, construtoras, transportadoras e *holdings* que, em 1985, tiveram uma receita bruta superior a Cr\$ 245 milhões e estavam incluídas no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) do Ministério da Fazenda, ou que tinham, pelo menos, um empregado assalariado naquele ano, independentemente do vínculo empregatício (trabalhador com ou sem carteira de trabalho assinada). Além do questionário específico aplicado às empresas, o IBGE utilizou para o recenseamento da atividade industrial (assim como do comércio, serviços, transportes e construção), no ano de 1985, dois outros modelos de questionário:

- Questionário Simplificado – CE 0.02 – aplicado nas 1.017.654 pequenas e microempresas não-registradas no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e em todas aquelas que, mesmo registradas, tivessem auferido no ano de 1985 uma receita bruta inferior a Cr\$ 245 milhões, desde que operando em apenas um único estabelecimento; e,
- Questionário Completo – CE 3.01 – aplicado nos estabelecimentos industriais das empresas com receita bruta superior àquele valor.

O Questionário Simplificado apresenta as informações de receita e despesa em itens agregados. O Valor Bruto da Produção das empresas industriais é calculado a partir das seguintes variáveis: Receita líquida de vendas + Receita líquida suplementar. Já os componentes do Consumo Intermediário são: Despesas com aluguéis + Custos operacionais + Despesas administrativas, exceto as financeiras. O Valor Adicionado Bruto das microempresas, medido a preços básicos, foi calculado através da diferença entre a produção e o consumo intermediário.

No Censo Industrial CE 3.01, de 1985, o Questionário Completo foi encaminhado às unidades de investigação representadas pelos estabelecimentos industriais das grandes empresas ou de empresas que possuíam mais de um estabelecimento. Nesse segmento, o Valor Bruto da Produção foi calculado pelo valor da Venda de produtos fabricados pelo próprio estabelecimento + Venda de produtos fabricados em outros estabelecimentos + Prestação de serviços industriais a terceiros + Margem de comercialização de mercadorias adquiridas para revenda.

O Consumo Intermediário das empresas que responderam ao questionário completo do Censo Industrial compreendeu os custos diretos de produção e despesas gerais. O Valor Adicionado Bruto do ano-base de 1985, das grandes empresas industriais, foi calculado pela diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário. Em seguida, foi calculada a produção dos trabalhadores autônomos da indústria de transformação, que se caracterizam por exercerem suas atividades, sem precisar estabelecer uma empresa com personalidade jurídica constituída. Nesse caso, incluíram-se as atividades industriais realizadas por trabalhadores por conta-própria pesquisados pela PNAD de 1985 e seguintes.

Uma vez construído o ano-base de 1985, iniciou-se a elaboração dos anos correntes, a partir da seleção de indicadores regionais de preços e de volume de produção que permitissem projetar os valores calculados para o ano-base de 1985. Os índices de volume selecionados para projetar a evolução da produção industrial dos estados foram compostos por três categorias de fontes, a seguir discriminadas.

a) Estados para os quais o IBGE divulga os resultados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF): Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Para esses estados, os índices de produção física são divulgados de acordo com a antiga classificação do IBGE de gêneros da indústria. Esses indicadores foram utilizados para projetar a evolução do volume de produção dos gêneros mais representativos da economia de cada estado.

Também foi possível utilizar os resultados da PIM-PF para estimar a evolução do volume da produção industrial do Ceará e Espírito Santo, para os anos posteriores a 1991, pois o Departamento de Indústria do IBGE

realizou um trabalho conjunto com os Órgãos de Estatística daqueles dois estados, visando a atender à demanda de indicadores industriais mais adequados para a construção das Contas Regionais.

- b) Estado do Amazonas: os índices de volume dos principais produtos da indústria do Amazonas são divulgados mensalmente pela SUFRAMA, que acompanha a evolução da produção e vendas das aproximadamente 300 indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus. Esses índices foram utilizados para construir a série histórica das principais indústrias do estado.
- c) Demais estados: o índice de volume da produção industrial dos estados para os quais não há indicadores sobre a evolução da indústria foi calculado a partir das informações referentes ao consumo industrial de energia elétrica. Para a construção da série histórica da produção industrial, avaliada a preços correntes, foram utilizados os Índices de Preços por Atacado da Fundação Getúlio Vargas.

Uma vez preparada a série do valor da produção industrial dos principais gêneros de cada estado, avaliada a preços constantes e preços correntes, foram calculados os índices de evolução do volume produzido de todos os gêneros da indústria dos estados. Esses mesmos índices foram utilizados para projetar a evolução do volume do consumo intermediário, admitindo-se coeficientes técnicos, em volume, constantes. O raciocínio subjacente à hipótese de coeficientes técnicos constantes sugere que, no curto prazo, a variação da produção física de uma indústria determina uma variação, da mesma magnitude, no consumo de matérias-primas. Assim, se, por exemplo, a indústria de óleo de soja aumentar sua produção em 13%, também deverá ser ampliado o consumo de soja em grão em 13%.

Convém observar que a hipótese de coeficientes técnicos em volume constantes não impede que o modelo de base móvel de ponderação seja construído, pois os coeficientes técnicos em volume são, em seguida, atualizados pelos respectivos índices de preço dos insumos consumidos pelas indústrias. Como, em geral, os índices de preço dos insumos são diferentes dos índices de preço dos produtos, obtêm-se coeficientes técnicos, em valor, distintos a cada ano. Dessa forma, a metodologia de construção da série histórica do consumo intermediário das atividades industriais baseia-se, em cada ano, na hipótese de coeficientes técnicos em volume constantes, para, em seguida, atualizar esses mesmos coeficientes em valor. Esta metodologia de atualização dos coeficientes técnicos, adotada nas Contas Regionais, é uma adaptação daquela adotada nas Contas Nacionais, em que se utilizam as matrizes de insumo-produto para projetar os coeficientes técnicos.

Para suprir a ausência de matrizes regionais, a metodologia das Contas Regionais partiu dos coeficientes técnicos calculados a partir do Censo Industrial de 1985, disponível para todos os estados. A evolução em volume (física) do consumo intermediário foi estimada a partir dos índices de evolução da produção (índice de volume). E a estimativa do consumo intermediário a preços

correntes partiu dos índices de preço representativos dos principais insumos utilizados pelos diferentes setores, em cada estado. Em seguida, calculou-se o valor adicionado, a partir da diferença entre produção e consumo intermediário. Dessa forma, pôde-se também avaliar o valor adicionado a preço constante e a preço corrente. É importante destacar que o método de cálculo do valor adicionado, medido a preços constantes e correntes, adotado na atividade industrial, pôde também ser utilizado em todos os setores em que a hipótese de coeficiente técnico em volume era válida.

Eletricidade, gás e água

Essas atividades compreendem as unidades produtivas classificadas na Seção E da CNAE – Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água. A Seção E, por sua vez, abrange as empresas dedicadas à geração e distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica, nuclear, eólica, solar, etc.; produção e distribuição de gás através de tubulações; produção e distribuição de vapor e água quente para calefação, energia e usos industriais; e, captação, tratamento e distribuição de água.

O conceito de produção de energia elétrica compreende a produção para a venda por parte das empresas produtoras e distribuidoras de energia elétrica e a produção voltada para o autoconsumo realizada por estabelecimentos cobertos pelo Censo Industrial de 1985. O Valor da Produção corresponde ao valor da energia elétrica produzida para a venda e para o autoconsumo. O Consumo Intermediário da atividade de energia elétrica representa o valor dos bens e serviços não-duráveis utilizados no processo produtivo e o Valor Adicionado resulta da diferença entre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário. A Conta de Produção das atividades de produção de energia elétrica e água foi construída a partir dos balanços anuais das empresas do setor. Esses balanços também são acompanhados pela pesquisa desenvolvida pelo DECNA – IBGE, junto a todas as empresas públicas, com o objetivo de coletar os dados necessários à construção da Conta do Setor Institucional “Empresas Públicas Não-Financeiras”. Foram coletadas as informações sobre a receita de venda desses serviços, líquida de impostos, e sobre as despesas operacionais das empresas para se chegar ao Valor Adicionado medido a preço básico.

Os balanços publicados anualmente pelas empresas fornecem, entretanto, apenas as informações em valor, as quais são utilizadas para o cálculo dos valores correntes da série histórica. Para estimar o índice de volume da atividade, foram utilizados os relatórios anuais divulgados pelas empresas concessionárias e pelo Balanço Energético da Eletrobrás, que fornecem dados regionalizados sobre a produção de energia elétrica. Assim, os índices de preço da atividade são obtidos implicitamente.

No caso específico da regionalização da Conta de Produção do setor de energia elétrica, foi preciso estabelecer o critério de regionalização da produção de usinas hidrelétricas localizadas nos rios que delimitam a fronteira

entre dois estados. Nesses casos, convencionou-se que o Valor da Produção deveria ser atribuído ao estado onde está situada a casa de força da usina.

Em relação à produção de gás, segundo a CNAE, a atividade compreende apenas a produção de gás associada à distribuição de combustíveis gasosos e realizada pela mesma empresa. Quando o transporte de gases através de gasodutos é efetuado por terceiros, a atividade de distribuição dos gases é considerada como transporte especial por gasoduto. Ainda de acordo com a CNAE, a atividade de produção e distribuição de gás também não abrange a comercialização do gás liquefeito de petróleo (GLP), pois essa é considerada como um ramo da atividade de comércio.

Construção

A atividade de construção compreende a Seção F da CNAE, que inclui as obras de edificações e engenharia civil relacionadas com demolições e preparação do terreno (terraplanagem, drenagem, etc.) e de canteiros de obras; a realização de obras de edificações (residenciais, comerciais, industriais e de serviços) e de engenharia civil; a instalação de equipamentos necessários ao funcionamento do imóvel; e a realização de obras de acabamento e obras de infra-estrutura para engenharia elétrica e de comunicações. Essa atividade abrange construções novas, grandes reformas e restauração e manutenção de imóveis, tanto na área urbana quanto na rural. Também cobre a atividade de cessão de operários junto com o aluguel de máquinas e equipamentos de construção. De acordo com as Contas Nacionais, o conceito de produção da atividade de construção compreende aquelas realizadas por empresas especializadas em construção; pelos departamentos de construção (por conta própria) de empresas que não são do ramo de construção; por trabalhadores autônomos (empreiteiros, carpinteiros, bombeiros, ladrilheiros, etc.) que atuam na atividade de construção, sem constituírem empresas; e por pessoas que constroem (reformam ou ampliam) a sua própria casa.

A regionalização da Conta de Produção da atividade de construção é uma das tarefas mais difíceis para as Contas Regionais. Essa dificuldade provém do fato de que a operação das empresas construtoras no espaço regional prescinde da instalação de unidades de produção permanentes em cada estado onde atuam. Para as empresas do ramo de construção, cada obra representa um centro de custo cuja contabilidade pode ser controlada pela sede da empresa, independentemente da região ou estado onde esteja sendo realizada a obra.

As estratégias empresariais das empresas de construção dependem do tipo de obra que realizam. Em relação à construção de imóveis residenciais, cada empresa define suas estratégias de localização em função do mercado que pretendem conquistar. E, nesse caso, as empresas tendem a ter unidades regionais de produção bem definidas e com sua contabilidade regionalizada. Entretanto, as obras de construção de imóveis comerciais e industriais obedecem às estratégias de localização das empresas que demandam as respec-

tivas obras, fazendo com que os centros de custo das construtoras variem em função das decisões das empresas demandantes. Por isso, para efeito das Contas Regionais, torna-se difícil definir parâmetros para a projeção dessas atividades ao longo do tempo. Uma outra ordem de dificuldades inerente ao trabalho de elaboração da Conta de Produção da atividade de construção diz respeito ao fato de que as informações do Censo Econômico para o ano-base de 1985 cobrem somente a atividade de construção realizada por empresas juridicamente constituídas.

Segundo as Contas Nacionais do Brasil, as empresas de construção respondiam, em 1985, por, aproximadamente, 60% da renda gerada pela atividade como um todo. A parcela restante (40%) foi gerada por empreiteiros, trabalhadores autônomos e pela construção por conta própria. Esses dados revelam que a construção é uma atividade que pode ser realizada por vários tipos de unidades produtivas, a saber: grandes, médias e microempresas; departamentos de construção de empresas que não são do ramo de construção; empreiteiros que trabalham em construção, sem constituírem empresas, ou pessoas que constroem suas próprias casas com a mão-de-obra familiar ou sob o sistema de mutirão. Conseqüentemente, parte importante das informações sobre a atividade de construção não pôde ser obtida no Censo Econômico de 1985. Em virtude dessas dificuldades, decidiu-se adotar o método descendente de regionalização da atividade de construção, isto é, o valor da produção, consumo intermediário e valor adicionado da construção estimado pelas Contas Nacionais foi regionalizado de acordo com o critério de repartição descrito a seguir.

A regionalização da produção da atividade foi realizada de acordo com as informações referentes ao consumo aparente de cimento e ao número de pessoas ocupadas na atividade de construção. Como era de se esperar, os primeiros resultados da regionalização da produção nacional da construção apresentaram valores distorcidos para vários estados. Foi, portanto, necessário corrigir esses resultados, utilizando-se informações demográficas referentes ao número de domicílios residenciais em cada ano, por estado, e aos dados das companhias de energia elétrica relacionados com a evolução do número de consumidores residenciais de energia elétrica.

Comércio varejista e atacadista e reparação de veículos, objetos pessoais e domésticos

A atividade de comércio e reparação de veículos e objetos de uso pessoal e doméstico compreende a Seção G da CNAE, que inclui as seguintes divisões dessa classificação: comércio atacadista e intermediários do comércio; comércio varejista, inclusive comércio e reparação de veículos automotores; comércio ambulante realizado por trabalhadores autônomos em feiras ou ruas; e reparação de objetos de uso pessoal e uso doméstico. Esta classificação de atividades adotada pela CNAE inclui na Seção G algumas atividades cobertas até então por pesquisas de serviços, tais como as atividades de reparação de veículos e de objetos de uso pessoal e doméstico. Tal classifi-

cação atende às recomendações das Nações Unidas, que visam à uniformização dos critérios adotados por todos os países.

Segundo as Contas Nacionais, o comércio abrange as atividades realizadas pelas empresas e seus estabelecimentos dedicados à venda, no varejo ou no atacado, de produtos novos ou usados, no mesmo estado em que foram adquiridos ou recebidos para a revenda. Ainda de acordo com as Contas Nacionais, o comércio não é considerado uma atividade para a qual se destinam as mercadorias que ele adquire: o comércio apenas as compra com a finalidade de revendê-las e, assim, prestar o serviço de intermediação entre produtores (agrícolas e industriais) e consumidores. Como os produtos vendidos pelo comércio não sofrem qualquer tipo de transformação ou beneficiamento, mede-se a sua produção através da prestação do serviço de intermediação, representada pela margem comercial, calculada pela diferença entre o preço de venda e o custo das mercadorias adquiridas para revenda.

O serviço de intermediação entre o produtor e o consumidor realizado pelo comércio pode ser efetuado por unidades produtoras organizadas sob a forma de grandes, médias e microempresas juridicamente constituídas e, também, por comerciantes que trabalham por conta própria, vendendo mercadorias em feiras, ruas ou sem locais fixos para exposição de suas mercadorias. Para cobrir a totalidade da atividade comercial no ano-base de 1985, foi preciso levantar informações no Censo Comercial e na PNAD de 1985 para estimar a produção das empresas e dos autônomos. O levantamento dos dados sobre o número e a renda dos trabalhadores autônomos no comércio foi realizado da mesma forma que na atividade de construção.

O valor total da produção da atividade de comércio consiste na margem bruta de comercialização, mais o valor das receitas obtidas com atividades suplementares. Para calcular o valor da produção das empresas de comércio no ano-base de 1985 recorreu-se ao Censo Comercial desse ano. A renda estimada, a partir da PNAD, para o trabalhador por conta própria ocupado em atividades equivalentes ao comércio lojista; os feirantes e ambulantes e os serviços auxiliares do comércio, é usada como referência para o cálculo do valor adicionado desse segmento do comércio. No caso específico do comércio ambulante, pôde-se trabalhar com a hipótese de consumo intermediário nulo, de forma que o valor adicionado equivalia ao valor da produção. Assim, a margem comercial dos trabalhadores autônomos do comércio foi calculada, anualmente, da seguinte forma: margem de comércio dos comerciantes autônomos = número de pessoas que informaram à PNAD trabalhar por conta própria no comércio (x) renda anual média dos comerciantes autônomos.

A renda anual média foi estimada a partir das informações da PNAD sobre a renda média obtida no mês de setembro de cada ano e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que informa o rendimento mês-a-mês. O fator de anualização da renda da PNAD foi obtido por meio da divisão do valor

da renda anual da PME pelo valor da renda mensal da PNAD. O cálculo da margem comercial das empresas foi realizado a partir da seguinte equação: margem de comércio das empresas comerciais = valor das vendas de mercadorias + valor da transferência de mercadorias expedidas para outros estabelecimentos da mesma empresa – valor das compras de mercadorias adquiridas para revenda – valor das mercadorias recebidas por transferência para revenda + valor da variação dos estoques de mercadorias para revenda.

Para levar em consideração o impacto da inflação sobre os estoques, o valor da variação de estoque foi ajustado para um ponto médio, calculando-se o valor dos estoques iniciais e finais ao preço médio do ano. Para tanto, foi preciso inflacionar o valor dos estoques iniciais por um Índice de Preço referente à inflação verificada no primeiro semestre do ano, e deflacionar o valor dos estoques finais por um Índice de Preço referente à inflação verificada no segundo semestre do mesmo ano. Tendo em vista a diversidade de índices de preço, o valor da variação de estoque foi calculado de acordo com os gêneros comerciais mais importantes em cada estado. Para ajustar os estoques do comércio varejista, foram utilizados os Índices de Preços ao Consumidor calculados pelo IBGE para algumas regiões metropolitanas do país, detalhados pelos grupos de produtos compatíveis com os gêneros de comércio mais importantes. Para os estados que dispunham de pesquisas próprias de preços, pôde-se utilizar o índice de preço local, desde que não causasse distorções nas estimativas do estado em questão, quando comparadas com a de outros. Na ausência de índices locais, recorreu-se ao índice de um estado vizinho ou com características socioeconômicas semelhantes. Para facilitar essa associação, o DECNA criou uma tabela de índices que deveriam ser adotados em cada estado.

Com relação ao comércio atacadista, foram utilizados os Índices de Preços por Atacado, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, referentes aos grupos de produtos industriais e agrícolas mais próximos dos mais expressivos gêneros de comércio em cada estado. Depois de calculada a margem comercial, efetuou-se o cálculo do consumo intermediário da atividade, representado pelo valor dos bens e serviços utilizados para promover a venda das mercadorias adquiridas para revenda. As Contas Nacionais excluem o valor das compras de mercadorias adquiridas para revenda do consumo intermediário do setor, uma vez que a atividade de comércio não transforma as características originais dessas mercadorias. Convém lembrar, no entanto, que o valor da compra de mercadorias para revenda já foi computado no cálculo da margem comercial que origina o conceito de Valor da Produção do comércio.

Para o ano de 1985, o Consumo Intermediário pôde ser estimado através do Censo Comercial que fornece informações sobre o valor dos gastos com embalagens, energia elétrica, combustíveis, comunicações e outras despesas operacionais. No ano-base de 1985, o Valor Adicionado do comércio foi obtido a partir da diferença entre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário das empresas de comércio, mais o valor da renda dos comerciantes autônomos.

A série histórica do comércio foi elaborada a preços correntes e constantes, a partir do uso de indicadores de evolução dos preços e do volume de produção da atividade. Como o produto principal da atividade é o serviço de intermediação entre produtor e consumidor, o indicador da sua evolução tem que estar relacionado com a evolução das vendas dos principais produtos comercializados no estado. A seleção dos produtos ou grupo de produtos mais vendidos em cada estado foi feita a partir do Censo Comercial de 1985. Em seguida, utilizaram-se as informações sobre o volume de vendas e respectivos preços no atacado e varejo, para construir-se a série dos valores constantes e correntes. Na maioria dos estados, esses produtos incluíam os produtos alimentares, combustíveis e veículos. Os estados que efetuaram o cálculo das Contas Regionais com equipe própria puderam ampliar essa lista. Já no caso daqueles cuja responsabilidade de elaboração coube ao DECNA, a estimativa da evolução da atividade comercial foi realizada por meio de indicadores sobre as vendas de combustíveis e veículos e a taxa de crescimento da população.

Quanto ao setor de reparação de veículos automotores e reparação de objetos de uso pessoal e de uso doméstico, também incluído na Seção G da CNAE, o conceito de produção abrange aquela realizada por empresas juridicamente constituídas e a realizada por autônomos. A fonte dos dados utilizados na estimativa da produção das empresas prestadoras desses serviços, no ano-base de 1985, foi o Censo de Serviços. Já a produção dos autônomos foi estimada por meio das informações da PNAD sobre renda e pessoas ocupadas na atividade. A produção dos anos correntes foi estimada a preços constantes e preços correntes, utilizando-se os dados da PNAD sobre o número total e rendimento anualizado das pessoas ocupadas na atividade.

Alojamento e alimentação

As atividades de alojamento e alimentação estão classificadas na Seção H da CNAE e compreendem os estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário contendo ou não unidades anexas de restaurante. Compreendem também os restaurantes, lanchonetes, cantinas e os serviços de fornecimento de comida preparada, inclusive comida congelada. Para construir a Conta de Produção dessas atividades no ano-base, foi utilizado o Censo de Serviços de 1985. O Valor da Produção do setor de alojamento consiste na receita proveniente dos serviços prestados por estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento temporário. O Consumo Intermediário da atividade de alojamento compreende os gastos correntes que o setor realiza com a compra de material de consumo, com energia elétrica, comunicações, publicidade, etc. Em 1985, esses dados foram extraídos do Censo de Serviços. O Valor Adicionado foi calculado pela diferença entre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário.

A construção da Conta de Produção nos anos correntes dependeu do acesso aos dados da Embratur, dos órgãos estaduais ligados às secretarias de Co-

mércio e Turismo e das Associações de Empresas Hoteleiras sobre o fluxo anual de hóspedes. Alternativamente, foram usados indicadores relacionados com a evolução do número total de pessoas ocupadas na atividade. Por fim, nos estados onde aqueles dados foram considerados inconsistentes, optou-se por substituí-los por índices referentes à taxa de crescimento da população do estado. Para construir a série a preços correntes foram utilizadas informações sobre a evolução do preço médio das diárias de hotéis, obtidas junto aos órgãos ligados ao setor de hotéis e turismo. Na ausência de um indicador específico, recorreu-se a um Índice de Preço local para construir a série corrente.

A produção da atividade de alimentação compreende as receitas recebidas por restaurantes e outros estabelecimentos prestadores de serviços de alimentação. Essas receitas consistem na venda de refeições preparadas para consumo no próprio local ou para entrega a domicílio. As receitas que essas empresas recebem com a comercialização de mercadorias ou quaisquer outras receitas suplementares (exceto financeiras) também foram computadas no Valor da Produção da atividade. O Consumo Intermediário do setor de alimentação compreende os gastos com a compra de alimentos, energia elétrica, comunicações e outras despesas correntes. O Valor Adicionado no ano-base de 1985 foi calculado pela diferença entre produção e consumo intermediário. A construção da Conta de Produção da atividade de alimentação nos anos correntes foi dificultada pela ausência de informações específicas sobre o setor. Por isso, utilizou-se como indicador da evolução do setor de alimentação a estimativa sobre a evolução do número de pessoas ocupadas nesse setor.

A série histórica do Consumo Intermediário a preço constante foi construída a partir do mesmo índice de volume da produção, ao se adotar a hipótese, já explicada anteriormente, de coeficiente técnico, em volume, constante. Em seguida, o valor do Consumo Intermediário, medido a preço constante, foi multiplicado pelo Índice de Preço por Atacado Total (IPA-OG) para gerar o valor corrente do Consumo Intermediário. Por diferença, calculou-se o Valor Adicionado Corrente.

Transportes, armazenagem e comunicações

As atividades de transportes, armazenagem e comunicações estão classificadas na Seção I da CNAE, que abrange aquelas relacionadas com o transporte, por conta de terceiros, de passageiros e carga, por rodovias, ferrovias, água, ar e dutos. Inclui a atividade de armazenagem de mercadorias e as atividades prestadas por empresas de correios e de comunicações. Os transportes compreendem as atividades realizadas por empresas e transportadores autônomos de carga e mudanças e de passageiros. O transporte rodoviário de passageiros inclui os serviços de locação de veículos rodoviários com motoristas (automóveis, ônibus, caminhonetes, *vans*, etc.) para transporte, em linhas não-regulares, de estudantes, funcionários de empresas e grupos de excursões.

O transporte aquático inclui o transporte marítimo de longo curso, cabotagem, e o transporte por navegação interior de cargas e passageiros por rios, lagos e outros, realizados por empresas de navegação, ou por transportadores que trabalham por conta própria em barcos, canoas, etc. O transporte aéreo inclui a atividade de serviço de táxi aéreo e a locação de aeronaves com tripulação. Ainda estão classificadas nos transportes as atividades anexas e auxiliares do transporte, tais como: movimentação (carga e descarga) e armazenamento de cargas; operação de terminais rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos; agências de viagens e guias turísticos; empresas de agenciamento de cargas e despachantes aduaneiros.

A construção das Contas Regionais esbarra em grandes dificuldades de ordem metodológica para definir e calcular o conceito de produção regional da atividade de transporte. A natureza do setor cria uma contradição entre a própria atividade de transporte e as Contas Regionais: enquanto o transporte se caracteriza por prestar o serviço de deslocamento de pessoas e mercadorias no espaço territorial, a noção de Contas Regionais pretende delimitar o espaço territorial onde se efetua a produção. Para tentar contornar esse problema, a avaliação do conceito de produção regional dos transportes levou em consideração: a) o conceito de residência do produtor; b) o local onde a atividade era realizada; c) o ponto de partida e de chegada da mercadoria ou do passageiro. Cada caso exigiu um tratamento particular. As fontes dos dados utilizadas na estimativa da produção dos transportes no ano-base de 1985 foram os Censos dos Transportes e a PNAD. Nos casos em que a PNAD foi a principal fonte dos dados, o conceito de produção, por definição, se apoiava no critério de residência do produtor, já que a unidade de investigação da PNAD é o domicílio das pessoas. Quando a unidade investigada foi a empresa, o conceito de produção era apoiado na noção de origem e destino da produção (ponto de partida e chegada da mercadoria ou do passageiro). Em relação à noção de residência, verifica-se que a atividade de transporte de carga e passageiros dentro de um estado pode ser prestada por transportadores (empresas e autônomos) residentes e não-residentes, assim como os residentes também podem prestar serviços de transporte em outro estado.

Portanto, para estimar o valor da produção em 1985 das empresas de transporte por estado, optou-se por regionalizar os dados do Censo de Transportes de 1985 (CE – 7.01), o qual fornece informações sobre receitas operacionais com transporte de passageiros, cargas e outros serviços. O Censo de Transportes também fornece informações importantes sobre os principais gastos realizados pelas transportadoras. Esses dados, além de permitirem estimar o Consumo Intermediário dos transportes, revelam os principais insumos (peças, pneus, combustíveis, etc.) utilizados pelo setor. Os dados sobre esses insumos, por modalidade, foram usados como parâmetro para avaliação da evolução anual da atividade. Vale dizer, os dados sobre o consumo aparente de diesel, gasolina e outros combustíveis serviram para avaliar a coerência de outros indicadores da evolução anual do volume de mercadorias e passageiros transportados. Também foram utilizados os dados do Censo das Microempresas (CE – 0.02) para estimar a produção das microempresas de transporte.

Quanto ao transporte realizado por transportadores autônomos, o procedimento para o cálculo do número e renda do pessoal residente em cada estado foi o mesmo indicado para as atividades de comércio e serviços. No entanto, é preciso destacar que, na atividade de transporte, há vários tipos de autônomos, a saber:

- transporte rodoviário: carreteiro, motorista de táxi e transporte coletivo de passageiros (lotações, peruas, *vans*, etc.);
- transporte por vias interiores: barqueiros.

No caso do transporte rodoviário de carga, além de se estimar o número e a renda dos trabalhadores autônomos, foi preciso avaliar o consumo intermediário (pneus, peças, combustíveis, etc.) do transporte rodoviário de carga por conta própria. Somando-se o valor da renda (Valor Adicionado) dos carreteiros com o valor do Consumo Intermediário, chegou-se ao Valor da Produção do transporte rodoviário de carga dos autônomos. No tocante ao setor de transporte aéreo de carga e de passageiros, o conceito de produção regional baseou-se no critério de ponto de partida da mercadoria ou do passageiro para contemplar a participação de todos os estados nessa atividade. Tais informações são fornecidas anualmente pelas empresas aéreas e pelo Departamento de Aviação Civil (DAC). O mesmo procedimento foi adotado para o transporte aquático. Para as empresas de transporte ferroviário, a produção daquelas (por exemplo, a antiga Rede Ferroviária Federal) que operam em vários estados foi regionalizada de acordo com a extensão da rede em cada estado.

A construção da Conta de Produção dos transportes a preços correntes e constantes envolveu a pesquisa de indicadores representativos da evolução em volume e em valor nominal da atividade. Em relação ao serviço de transporte rodoviário prestado por empresa e autônomos, estimou-se a sua evolução em volume a partir das estatísticas sobre o consumo de óleo diesel em cada estado. Inicialmente, utilizou-se o Índice Nacional de Tarifa de Transporte de Carga calculado pela Fundação FIPE de São Paulo. Contudo, durante a fase de síntese das Contas Regionais e de compatibilização com as Contas Nacionais, verificou-se que aquele índice superestimava o peso da atividade no PIB. Por isso, decidiu-se substituir esse indicador pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente à despesa com transportes. Para acompanhar a evolução em volume da modalidade de transporte ferroviário, foram utilizadas as informações dos anuários e relatórios divulgados pelas principais empresas do país. A evolução em volume da atividade de transporte aéreo foi retratada a partir de indicadores do volume de passageiros e mercadorias que passam pelos aeroportos do país. Os relatórios anuais das empresas de aviação e o DAC fornecem informações para a construção do Índice de Valor e de Volume. Em consequência, o Índice de Preço foi obtido implicitamente.

Outra atividade compreendida na Seção I da CNAE refere-se à armazenagem, que consiste na atividade de transporte das mercadorias ao longo do

tempo. Ela abrange a exploração de depósitos para armazenar mercadorias de terceiros. Não inclui, portanto, a armazenagem de mercadorias da própria empresa. No ano-base, as informações referentes à armazenagem estavam incluídas no Censo de Serviços de 1985, mas, geralmente, agregadas a outros grupos de atividades. Nos anos correntes, a sua evolução foi estimada segundo a evolução das demais atividades produtoras de bens.

Também a atividade de comunicações está compreendida na Seção I da CNAE e abrange os serviços de telefonia, correios, telégrafos e demais serviços de comunicações. No setor de comunicações estão classificadas as empresas, públicas e privadas, de correios e de serviços expressos de entrega de correspondência e as empresas de telecomunicações. Assim como para a atividade de energia elétrica, os dados do ano-base e anos correntes do setor de comunicações foram coletados diretamente nos balanços e relatórios anuais das empresas de comunicações. A maior parte dessa atividade está organizada sob a forma de empresas que operam em escala regional (empresas de telefonia) ou que possuem dados sobre a atuação de suas unidades regionais (correios). A partir dos relatórios anuais sobre receitas e despesas operacionais, pôde-se construir o Valor da Produção, Consumo Intermediário e Valor Adicionado, todos expressos em valores correntes.

Para construir a série anual a preços constantes, foi preciso identificar os indicadores de evolução do volume de produção de cada atividade. Uma vez de posse desses dados, pôde-se calcular o Índice de Preço implícito. Para calcular o índice de volume da atividade de telefonia, foram utilizadas as informações sobre o número de impulsos telefônicos registrados anualmente pelas empresas de telefonia. O acesso aos dados sobre a evolução das tarifas telefônicas permitiu a construção de um Índice de Preço estadual implícito do setor, o qual auxiliou na crítica de consistência das informações em volume e valor. Em alguns casos, observou-se que o índice de volume regional estimado inicialmente estava excessivamente elevado, procedendo-se, então, à sua correção a partir da comparação do Índice de Preço Implícito estimado em cada estado. Os dados relativos a valor e volume dos correios, foram obtidos junto às diretorias regionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que divulgam informações sobre o desempenho operacional da empresa em cada estado. Também foi possível obter informações sobre a evolução dos preços dos serviços prestados pelos correios, os quais foram usados para construir a série do Índice de Preços do setor como um todo. Para medir o Índice de Volume da ECT foram usadas as informações sobre o volume de correspondência postada pela empresa em cada estado.

Instituições financeiras

A atividade realizada pelas instituições de intermediação financeira compreende a Seção J da CNAE, que abrange as empresas que operam com a finalidade de criar, coletar e redistribuir fundos financeiros. Nessa seção estão classificados os bancos comerciais, bancos múltiplos, caixas econômicas, coope-

rativas de crédito, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento estaduais e BNDES, instituições de crédito imobiliário, financeiras, sociedades de arrendamento mercantil, empresas de *factoring*, administradoras de consórcio, cartões de crédito, administradoras de fundos de investimentos em títulos financeiros e ações, sociedades de capitalização, empresas *holdings* financeiras, empresas licenciadoras de *franchising*, corretoras de câmbio e de valores, bolsas de valores e de contratos futuros e o Banco Central.

Também estão classificadas na Seção J da CNAE as companhias seguradoras e de previdência privada que se caracterizam pela atividade de transformação de riscos individuais em riscos coletivos. Compreende, portanto, as empresas que oferecem planos de cobertura de risco a curto e longo prazos, tais como: seguros de vida, de incêndio, de perdas de capital, de saúde e resseguro. A atividade de seguros abrange tanto as empresas quanto os corretores autônomos de seguros. Em relação à previdência privada, a atividade cobre todas os planos de previdência de entidades fechadas e de entidades abertas. Inclui ainda os planos de saúde com cobertura parcial ou total dos gastos com a assistência médico-hospitalar. Não devem ser incluídas na atividade de intermediação financeira as atividades realizadas por empresas locadoras de bens – sem opção de compra –, por empresas *holdings* não-financeiras e, tampouco, a previdência social obrigatória.

Segundo as Contas Nacionais, o conceito de produção das instituições financeiras deve retratar a atividade realizada por empresas que captam recursos financeiros nos mercados financeiros com a finalidade de emprestá-los a terceiros. Essas instituições se remuneram através do diferencial entre os juros que recebem em suas operações ativas e os juros pagos em suas operações passivas. Como as taxas de juros cobradas por essas instituições em suas operações ativas são, geralmente, maiores do que as taxas que pagam em suas operações passivas, o diferencial de juros é suficiente para cobrir os seus custos de produção e gerar um excedente operacional. Todavia, além dos serviços de intermediação financeira, essas instituições também cobram tarifas pelos serviços bancários prestados aos seus clientes, tais como: emissão de talões de cheques, cartões magnéticos, extratos bancários, cofres, custódia de ações, câmbio de divisas, etc. Tais operações constituem a produção secundária dos bancos. Com a queda dos níveis de inflação no Brasil, as receitas provenientes dos “serviços bancários”, embora denominadas “produção secundária”, têm sido cada vez mais importantes na constituição das receitas operacionais dos bancos, em virtude da redução da rentabilidade obtida com as operações de crédito.

Conceitualmente, o Valor da Produção das instituições financeiras compreende o valor do diferencial de juros, mais o valor dos serviços bancários prestados aos clientes. Mede-se o valor dos serviços bancários pelo valor das receitas obtidas com a prestação desses serviços. Já a produção dos serviços de intermediação financeira não pode ser medida de forma direta, na medida em que na contabilidade bancária não há registros que possam ser associados às receitas de vendas ou de prestação de serviços de empréstimo.

Por isso, essa parte do Valor da Produção do setor financeiro é estimada pelas Contas Nacionais de forma indireta, a saber: valor dos juros recebidos pelos bancos, menos o valor dos juros pagos pelos bancos, ou seja, pelo diferencial de juros. Para as Contas Nacionais, o diferencial de juros ou juros imputados são denominados “Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM)”.

Para melhor entender a metodologia de tratamento da atividade de intermediação financeira, é preciso compreender o marco conceitual no qual as Contas Nacionais trabalham. Para esse sistema, o conceito de produção de qualquer produto, bem ou serviço, numa economia de mercado, é definido pela atividade pela qual a empresa consome bens e serviços para produzir outros produtos que serão destinados à venda ou ao autoconsumo. Ao analisar o conceito de produção, medido pela ótica do produto, as Contas Nacionais definem o conceito de Valor Adicionado a partir da diferença entre a produção e o consumo intermediário. Já ao analisar o conceito de produção pela ótica da absorção (uso ou destino dos produtos), as Contas Nacionais classificam os produtos em duas categorias (intermediários e finais) e associam a noção de Valor Adicionado às categorias de demanda final. E, por último, ao conceituar a produção pela ótica da utilização dos fatores de produção empregados no processo produtivo, associa-se o Valor Adicionado ao conceito de Renda dos Fatores de Produção. Os resultados das Contas Nacionais, obtidos mediante esses três procedimentos, demonstram a identidade entre Produto, Renda e Despesa, a qual pode ser expressa pelo seguinte sistema de equações que definem o Produto Interno Bruto (PIB):

$$\text{PIB (Produto)} = \text{Valor da Produção (-) Consumo Intermediário}$$

$$\text{PIB (Absorção)} = \text{Demanda Final (-) Importações}$$

$$\text{PIB (Renda)} = \text{Renda dos Fatores (salários, lucros, aluguel de terras)}.$$

Essa digressão pode ser útil na explicação do tratamento que deve ser dado ao produto da atividade de intermediação financeira, ou seja, aos juros imputados. O “Serviço de Intermediação Financeira Indiretamente Medido” é para as Contas Nacionais resultado do processo de produção do setor financeiro e, como tal, é preciso identificar o destino (Absorção) dessa produção. Ou seja, segundo a abordagem da absorção das Contas Nacionais é preciso calcular a parcela de cada produto da economia que se destina ao Consumo Intermediário e à Demanda Final. Caso contrário, como foi visto acima, não se pode concluir o cálculo do Produto Interno Bruto, seja pela ótica do Produto, seja pela ótica da Absorção. No entanto, viu-se que, no caso específico da atividade financeira, o método de cálculo da sua produção envolve um procedimento indireto, justamente por não haver informações que permitam identificar na contabilidade bancária registros que possam ser associados a receitas de vendas ou de prestação de serviços de empréstimo bancário. Tal dificuldade impede a repartição da produção do setor financeiro entre os utilizadores finais e intermediários dos seus serviços. Sem essa re-

partição, não se pode garantir a compatibilidade entre as três óticas do Produto. Enquanto essa repartição não é realizada, o Valor Adicionado do setor financeiro estimado pela ótica do Produto tende a contribuir para a superestimativa do PIB da economia, pois a produção do setor financeiro entrou no cômputo do Valor da Produção da economia, mas não apareceu no Consumo Intermediário das atividades que utilizam esse serviço.

Para evitar a dupla contagem decorrente da não-repartição da produção do setor financeiro entre os utilizadores finais e intermediários dos seus serviços, as Contas Nacionais recomendam criar uma atividade fictícia (DUMMY FINANCEIRO) com a finalidade de absorver a produção imputada do setor financeiro. Essa atividade tem, então, um Valor de Produção nulo e um Consumo Intermediário equivalente ao valor da produção representado pelos juros imputados. Dessa sugestão resulta uma atividade fictícia cujo valor adicionado negativo é igual ao montante de juros imputados do setor financeiro. Ao se adotar essa convenção, procura-se evitar que o Produto Interno Bruto da economia seja superestimado. Ou seja, esse procedimento tem por trás o raciocínio de que toda produção realizada tem que ser associada a um destino (intermediário ou final). Quando não se dispõem de dados estatísticos que permitam efetuar essa distribuição, recorre-se ao artifício de criação de um DUMMY, cuja finalidade nas Contas Nacionais é absorver essa produção e, com isso, garantir a consistência do cálculo do PIB pela ótica do Produto e da Absorção. Assim, ao se estimar o Valor Adicionado de toda a economia podem-se encontrar dois valores para o Produto Interno Bruto. O primeiro valor do PIB refere-se ao Valor Adicionado total, antes da dedução do diferencial de juros, ou juros imputados, ou “Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM)”. Já o segundo valor do PIB refere-se ao Valor Adicionado total, após a dedução dos juros imputados, obtida com a criação do DUMMY FINANCEIRO.

Como se observa, para assegurar a consistência e comparabilidade das metodologias, esse procedimento deve, necessariamente, ser adotado nas Contas Nacionais e nas Contas Regionais. Em relação às Contas Regionais, o nível de dificuldade para estimar a produção dos intermediários financeiros é ainda maior, na medida em que a interpretação da atividade do setor financeiro no espaço regional não conta com informações estatísticas adequadas. As fontes estatísticas para a construção da Conta de Produção dos intermediários financeiros são os balanços das empresas, os quais, entretanto, são elaborados para a empresa como um todo, independentemente da distribuição regional de suas unidades produtivas (agências bancárias, por exemplo).

Assim, para decompor as atividades das instituições financeiras para cada Unidade da Federação, foi preciso recorrer ao método descendente de avaliação da produção regional. Nesse sentido, a regionalização da Conta de Produção dos intermediários financeiros foi realizada, ao longo da série, a partir da estimação do Valor Adicionado dos intermediários financeiros nas Contas Nacionais do Brasil. O critério de repartição do valor adicionado do Brasil pelos estados foi definido a partir da participação de cada Unidade da

Federação no total das seguintes operações ativas e passivas selecionadas junto ao Banco Central:

Operações Ativas Selecionadas: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez + Títulos e Valores Mobiliários + Operações de Crédito;

Operações Passivas Selecionadas: Depósitos do Governo + Depósitos do Setor Privado + Depósitos de Poupança + Depósitos Interbancários + Obrigações por Empréstimos e Repasses + Obrigações por Recebimentos de Recursos de Terceiros.

O método sugerido de repartição do Valor da Produção e Valor Adicionado a partir das operações ativas e passivas registradas em cada estado implica considerar, implicitamente, as hipóteses de que: a rentabilidade das operações de empréstimos é a mesma em todos os estados; a relação entre serviços bancários e diferencial de juros é a mesma em todos os estados; e a relação entre Valor da Produção e Valor Adicionado é a mesma em todos os estados. Embora essas hipóteses simplifiquem o problema da regionalização da atividade dos intermediários financeiros, elas têm a vantagem de permitir estimar a produção estadual do setor a partir de um indicador comum a todos os estados, e disponível todos os anos. Consequentemente, o método descendente tem a virtude de contribuir para a homogeneização da metodologia regional, além de garantir que o resultado final seja comparável com as Contas Nacionais. Essa metodologia, no entanto, tende a superestimar a participação do Distrito Federal no Valor Adicionado dos intermediários financeiros, na medida em que parte expressiva das operações passivas do Banco Central, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e das operações ativas e passivas do Tesouro Nacional está contabilizada naquela Unidade da Federação. Por outro lado, aquela superestimativa não tem nenhuma influência sobre o valor do PIB do Distrito Federal, pois, como já foi demonstrado anteriormente, o valor relativo ao SIFIM é deduzido na hora do cálculo do Produto Interno Bruto.

Uma vez construída a série histórica da Conta de Produção dos intermediários financeiros, a preços correntes, partiu-se para a elaboração da série a preços constantes. O indicador escolhido para representar a evolução anual, em volume, da atividade, foi o índice de volume registrado nas demais atividades econômicas do estado, exceto aluguel imputado. Nesse caso, admitiu-se que o volume de operações ativas e passivas realizadas pelas instituições financeiras em cada estado é determinado pelo ritmo de evolução do volume de produção das demais atividades econômicas. Consequentemente, o índice de preço da atividade de intermediação financeira foi calculado implicitamente.

Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas

As atividades imobiliárias, de aluguéis e de serviços prestados às empresas compreendem a Seção K da CNAE. Nessa seção incluem-se as atividades de imobiliárias que se dedicam à compra, venda e incorporação; administra-

ção de imóveis e os condomínios de prédios residenciais e comerciais. Compreendem também os serviços de aluguéis de veículos, máquinas, equipamentos e objetos de uso pessoal. Quanto aos serviços prestados pelas empresas, a Seção K da CNAE abrange as atividades ligadas à área de informática, tais como consultoria, desenvolvimento de programas, processamento e dados. Mas não compreende o comércio de computadores e *software*. Também estão incluídos os serviços prestados às empresas de atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias; serviços jurídicos, contábeis e de assessoria prestados às empresas; serviços de arquitetura e engenharia; publicidade e propaganda; agenciamento de mão-de-obra para serviços temporários; serviços de vigilância e segurança prestados às famílias e empresas e as atividades de limpeza em prédios e domicílios.

Em relação ao setor de aluguéis de imóveis, para as Contas Nacionais estão incluídos nessa atividade os aluguéis recebidos por particulares pela cessão de seus imóveis, sob o regime de aluguel, para terceiros e, também, o valor do aluguel imputado aos residentes em moradia própria. O valor do aluguel imputado da casa própria é incluído no conceito de produção das Contas Nacionais para conciliar esse conceito com o de formação de capital e de consumo final das famílias. Segundo as Contas Nacionais, por definição, toda produção da construção civil de imóveis residenciais ou comerciais é destinada à formação bruta de capital fixo da economia. A formação bruta de capital fixo consiste no valor do investimento em bens de capital destinados à produção de outros bens ou serviços. De acordo com esse conceito, todo investimento na compra de um bem de capital tem, como contrapartida, a produção de um serviço denominado “Serviço da Formação de Capital”, que, por sua vez, gera uma renda para o proprietário do bem de capital. Por outro lado, para as Contas Nacionais a função principal das famílias dentro do sistema econômico é consumir bens e serviços (finais) com a finalidade de satisfazer as necessidades pessoais. Dessa forma, a utilização pelas pessoas ou famílias de um bem de consumo qualquer (não-durável ou durável), com a finalidade de satisfazer as necessidades pessoais, é, por definição, considerada um ato de consumo final. Já os bens vendidos às famílias são classificados como bens de consumo final. A única exceção que se faz a esse conceito de consumo final das famílias diz respeito à compra de imóveis para moradia própria, por envolver dois conceitos simultaneamente, a saber:

- a compra do imóvel residencial pela família representa um consumo final; e,
- a venda do mesmo imóvel representa um investimento, pois, por definição, toda produção da atividade de construção é destinada à formação bruta de capital fixo.

E, como todo bem de capital gera, por definição, um serviço (renda), convencionou-se classificar a compra do imóvel residencial pelas famílias para moradia própria como um investimento em um bem de capital (imóvel)

que produz o *serviço de habitação pelo proprietário que ocupa a casa própria*. Assim, a produção por conta própria – pelos proprietários residentes na casa própria – de serviços de moradia destinados ao consumo final da própria família é incorporada ao conceito de produção das Contas Nacionais dentro da atividade de aluguel residencial sob a denominação de *produção imputada da casa própria*. Por convenção, mede-se o valor referente à produção do serviço de moradia imputado a partir do *valor do aluguel imputado da casa própria* que pode ser calculado pelo valor médio de mercado do aluguel de um imóvel semelhante. Portanto, para calcular o Valor da Produção da atividade de aluguel residencial nas Contas Regionais, foi preciso, em primeiro lugar, estimar, com base no Censo Demográfico de 1991 e da PNAD, o número anual de imóveis residenciais alugados e os habitados pelos próprios donos. Posteriormente, estimou-se a evolução do valor dos aluguéis, de mercado e imputados, a partir dos Índices de Preços específicos dos aluguéis, calculados pelo IPCA do IBGE.

Como se observa, o segmento da Seção K da CNAE, composto pela atividade de aluguel de mercado e aluguel imputado, foi estimado inicialmente para o ano base de 1991, para, em seguida, ser projetado para os demais anos da série a partir de indicadores da evolução do volume (imóveis residenciais alugados e imóveis habitados pelos próprios donos) e do preço (IPCA do item aluguel). A parcela do valor do aluguel correspondente ao aluguel não-residencial foi calculada, para o ano de 1985, com base nas informações obtidas nos Censos Econômicos sobre as despesas das empresas com pagamento desses aluguéis. A sua evolução anual foi construída, em volume, a partir da taxa de crescimento das atividades econômicas urbanas, isto é, indústria, comércio e serviços. E os preços foram corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas, que é utilizado como fator de atualização dos contratos comerciais de aluguel.

O Valor da Produção das atividades de serviços das empresas prestadoras de serviços e pessoas que trabalham por conta própria consideradas na Seção K da CNAE foi calculado a partir dos dados do Censo de Serviços e da PNAD de 1985 para, em seguida, ser projetado para os demais anos da série. Os índices de volume e de preço foram calculados a partir das informações da PNAD sobre a evolução do número total e rendimento anualizado das pessoas ocupadas na atividade. O consumo intermediário da atividade compreende as despesas com taxas de administração cobradas pelas imobiliárias e administradoras de aluguéis e de condomínios (inclusive corretores autônomos de imóveis), mais as despesas correntes realizadas pelas empresas prestadoras de serviços e pessoas que trabalham por conta própria nas atividades contempladas na Seção K. O Índice de Volume do Consumo Intermediário da atividade foi determinado pelo índice de volume da produção dessa mesma atividade. O índice de preço utilizado para evoluir o valor corrente do consumo intermediário foi o IPA-OG total. Assim, o valor adicionado foi obtido anualmente pela diferença entre produção e consumo intermediário.

Administração pública, defesa e seguridade social

As atividades da administração pública, defesa e seguridade social abrangem a Seção L da CNAE. A administração pública tem como finalidade prestar serviços de natureza gratuita à coletividade, os quais são financiados pelos impostos pagos pela sociedade. Dentre esses serviços, destacam-se os de regulação das atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação pública. Também está incluída nessa atividade a seguridade social que envolve a gestão de fundos de previdência obrigatórios e a concessão de benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio doença e outros. Por ser um serviço fornecido gratuitamente à coletividade, o produto da administração pública precisa ser medido a partir de uma metodologia específica. Segundo as Contas Nacionais, o Valor da Produção (não-mercantil) da administração pública é calculado pela soma dos gastos correntes realizados com a prestação dos serviços públicos. Vale dizer, no caso da administração pública, a produção é calculada a partir da soma dos custos de produção (material de consumo, mais gastos com pessoal ativo e inativo). Os gastos correntes que entram no cômputo da produção são: material de consumo utilizado pelas administrações (Consumo Intermediário), mais salários e encargos sociais dos empregados (ativos e inativos) no serviço público (Valor Adicionado).

Para as Contas Regionais, a atividade da administração pública envolve os órgãos das três esferas de governo – federal, estadual e municipal – que atuam em cada estado. Para calcular os gastos correntes da administração, foram utilizadas informações do balanço consolidado apresentado anualmente pelos estados e municípios aos Tribunais de Contas. Também foram utilizados os resultados da pesquisa do DECNA sobre a “Regionalização das Transações do Setor Público” para calcular a produção, consumo e valor adicionado da administração pública, por estado. Tendo em vista a enorme dificuldade encontrada pela maioria das equipes técnicas estaduais para estimar a produção regionalizada da administração pública, optou-se por adotar o método de cálculo descendente para esse cálculo. Assim, partiu-se dos dados já estimados nas Contas Nacionais para realizar a regionalização, utilizando-se como chave de repartição os dados da pesquisa do IBGE sobre a “Regionalização das Transações do Setor Público”. A construção da série histórica da produção da administração pública, a preços correntes, foi realizada a partir dos dados anuais sobre as despesas correntes. Com esses dados pôde-se calcular o Índice de Valor da atividade. Para construir a conta a preços constantes, usou-se como indicador do Volume de Produção da atividade a taxa de crescimento anual da população de cada estado. Dessa forma, obteve-se, anualmente, o Índice de Preço Implícito.

Educação e saúde mercantis

As atividades de educação e saúde mercantis compreendem as Seções M e N da CNAE. A Seção M abrange a educação pré-escolar (maternal e jardim de infância), fundamental (alfabetização e primeiro grau), média (segundo

grau e cursos profissionalizantes), ensino superior e outras atividades de ensino (auto-escola, ensino supletivo, cursos de língua estrangeira, de artes, dança e cultura, ensino à distância e cursos preparatórios para concurso). A atividade de educação inclui todas as unidades dedicadas à prestação do serviço privado de educação, isto é, educação mercantil. A educação mercantil compreende, portanto, as atividades realizadas pelas escolas particulares e por professores particulares que trabalham por conta própria. A Seção N compreende as atividades de atendimento médico e hospitalar; os serviços de complementação diagnóstica e terapêutica prestados por laboratórios de análise clínica e clínicas de fisioterapia; serviços odontológicos; serviços veterinários e serviços auxiliares da saúde prestados por empresas ou autônomos. Inclui também os serviços sociais de atenção a crianças, idosos, desempregados e desamparados, prestados por orfanatos, asilos, centros de reabilitação e outros.

A atividade de saúde compreende as unidades dedicadas à prestação dos serviços privados de saúde, isto é, saúde mercantil. A saúde mercantil inclui, portanto, as atividades realizadas pelos hospitais e clínicas privadas particulares e por médicos e dentistas que trabalham por conta própria em seus consultórios. Tendo em vista a dificuldade para encontrar indicadores regionais das atividades de educação mercantil e, principalmente, de saúde mercantil, decidiu-se construir a Conta de Produção desses segmentos a partir do método descendente de cálculo do Valor Adicionado. Como, entretanto, nas Contas Nacionais essas duas atividades (educação e saúde) estão agregadas na atividade denominada "Serviços prestados às famílias", as Contas Regionais não puderam oferecer informações detalhadas para cada segmento. Assim, partiu-se da estimativa realizada nas Contas Nacionais relativamente à produção da educação e saúde para promover a sua regionalização. O critério adotado para a repartição apoiou-se nos dados estaduais da PNAD sobre o rendimento anualizado e o pessoal ocupado nas atividades de educação e saúde mercantis. Os indicadores da evolução do pessoal ocupado foram usados para calcular o Índice de Volume e os da evolução da renda, para estimar o índice de valor. Consequentemente, o Índice de Preço foi calculado para cada ano implicitamente.

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

As atividades de outros serviços coletivos, sociais e pessoais compreendem a Seção O da CNAE, que abrange os serviços de limpeza urbana e esgoto prestados por unidades produtivas independentes da administração pública. Também estão classificadas nessa seção as atividades associativas exercidas por entidades empresariais, patronais e de trabalhadores, tais como entidades de classe, sindicatos patronais e de trabalhadores; as organizações religiosas, políticas; as entidades recreativas, culturais e desportivas, inclusive a produção de filmes e vídeo, distribuição de filmes em cinemas e videolocadoras; empresas de rádio e televisão; agências de notícias; teatros, casas de espetáculos, clubes, ginásio e estádios de esportes; bibliotecas, museus e outras instituições destinadas à prestação de serviços às famílias. Por último, estão classifi-

cadras na atividade de serviços pessoais as unidades produtoras de serviços de lavanderias, cabeleireiros, academias de ginástica e outras semelhantes.

Assim como nas atividades de serviços já mencionadas nesta metodologia, a construção da Conta de Produção do ano-base de 1985 dos serviços coletivos, sociais e pessoais foi realizada a partir de dados do Censo de Serviços CE – 5.01, do Censo de Microempresas (CE – 0.02) e da PNAD de 1985. A construção da série a preços correntes e constantes foi efetuada a partir de dados anuais da PNAD sobre pessoal ocupado nessas atividades e sobre o Índice de Preço regional referente aos serviços pessoais. Finalmente, cabe enfatizar que o esforço de padronização da metodologia de construção das Contas Regionais resultou na regionalização dos resultados da Pesquisa Anual de Serviços que está sendo implantada pelo IBGE. Dessa forma, a partir do ano-base de 1998, a metodologia de elaboração das contas a preços constantes e correntes de todas as atividades relacionadas com o setor de serviços passará a contar com um indicador da evolução anual da produção mais apropriado aos objetivos das Contas Nacionais e Regionais.

Serviços domésticos

A atividade de serviços domésticos compreende a Seção P da CNAE, que abrange atividades realizadas em residências de famílias que contratam empregados para a realização de serviços domésticos de cozinheiras, camareiras, mordomos, motoristas particulares, porteiros, jardineiros, babás e outros serviços de natureza doméstica. É importante frisar que a Seção P da CNAE inclui apenas os serviços pessoais e domésticos produzidos por pessoal remunerado contratado para trabalhar no interior dos domicílios residenciais. Portanto, o conceito de produção das Contas Nacionais não inclui o serviço doméstico destinado ao autoconsumo, quando realizado pela própria família. Mede-se a produção, considerada não-mercantil, dos serviços domésticos, a partir do Valor Adicionado representado pelos gastos totais com salários e encargos sociais dos empregados domésticos. Como essa atividade não tem Consumo Intermediário, o Valor Adicionado corresponde ao Valor da Produção.

A série histórica da Conta de Produção regional da atividade de serviços domésticos foi construída a partir da PNAD, que fornece as informações relativas ao número e renda do pessoal ocupado em serviços domésticos remunerados. O número de pessoas ocupadas na PNAD foi utilizado para construir o índice de volume, e a taxa de variação anual do salário mínimo foi usada como fonte para o cálculo do índice de preço empregado na construção da série corrente da produção e renda da atividade.

Estimativa da renda anual dos trabalhadores autônomos, segundo as atividades econômicas e por estado

A seguir é feita uma breve descrição das atividades classificadas na PNAD, que foram utilizadas para estimar a produção dos autônomos nas Contas Regionais do Brasil. Esta estimativa envolveu os seguintes procedimentos:

- I. Definição das atividades para as quais as estatísticas de empresas e estabelecimentos não cobriam a totalidade da atividade produtiva. Nesse caso, incluíram-se as seguintes atividades da PNAD:

- 01.92 Pesca
- 01.93 Serviços auxiliares da agropecuária
- 02.71 Extração de minerais metálicos
- 02.72 Extração de minerais não-metálicos
- 04.31 Indústria de transformação de cimento, vidro e artefatos
- 05.11 Indústria de transformação siderúrgica, metalurgia, aço e artefatos
- 08.61 Fabricação, manutenção, reparação, instalação de máquinas, inclusive peças e acessórios
- 10.81 Fabricação de eletrodomésticos eletrônicos, tv, som, equipamentos de energia elétrica e comunicação, inclusive peças
- 12.41 Fabricação de automóveis, motores; fabricação e reparação naval e ferroviária, inclusive peças
- 14.01 Indústria da madeira
- 14.02 Indústria do mobiliário
- 15.91 Papel, papelão
- 15.92 Editorial e gráfica
- 17.51 Química
- 18.31 Petroquímica
- 21.31 Material plástico
- 22.11 Beneficiamento de fios, tecelagem e outras indústrias têxteis
- 23.01 Fabricação de artigos do vestuário, inclusive confecção sob medida
- 24.81 Couros e peles
- 25.61 Indústria alimentar, bebidas e fumo
- 32.91 Indústrias diversas
- 34.51 Construção civil
- 34.53 Serviços auxiliares da construção civil
- 35.31 Comércio lojista

- 35.32 Feirantes e ambulantes
- 35.33 Serviços auxiliares do comércio
- 35.34 Serviço de armazenagem
- 36.11 Transporte rodoviário
- 36.13 Transporte hidroviário
- 36.14 Transporte aéreo
- 36.15 Serviços auxiliares de todos os transportes
- 39.61 Alojamento e alimentação
- 39.62 Serviços de reparação, exclusive industrial
- 39.63 Serviços prestados às famílias
- 39.64 Saúde (mercantil)
- 39.65 Educação(mercantil)
- 40.01 Serviços prestados às empresas
- 40.02 Aluguel de bens móveis
- 41.81 Aluguel de imóveis
- 43.02 Serviços privados não-mercantis

II. Cálculo do número de pessoas que declararam trabalhar por conta-própria.

III. Avaliação da renda média mensal da PNAD.

IV. Cálculo do coeficiente de conversão da renda média mensal em renda anual, construído a partir da PNAD e PME de cada ano.

V. Finalmente, estimativa da renda anual do autônomo, por atividade da CNAE e por estado.

A metodologia de tratamento das informações anuais da PNAD referentes à atividade “Serviços domésticos remunerados (43.01)”, que está classificada na Seção P da CNAE, considerou a renda e o número dos trabalhadores empregados com e sem carteira de trabalho assinada. Os dados anuais da PNAD foram tabulados e enviados aos estados com o objetivo de se calcular a renda dos autônomos (e dos empregados domésticos remunerados), apenas para as atividades discriminadas acima. As demais atividades, mesmo quando continham informações da PNAD sobre os autônomos, não foram consideradas como do âmbito das Contas Regionais.

- AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Reforma tributária e federação*. São Paulo: Fundap: Unesp, 1995. 212 p. (Federalismo no Brasil).
- BRASIL: novo sistema de contas nacionais: metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 2 v. (Texto para discussão, n. 10) v.1.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1985. Rio de Janeiro: IBGE, v 1-28, 1990-1991.
- CENSO DE EMPRESAS. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 124 p.
- CENSO DOS TRANSPORTES 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 167 p.
- CLASSIFICAÇÃO Nacional de Atividades Econômicas: CNAE: publicação provisória. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 194 p.
- CONTAS regionais do Brasil: 1985-1997. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 104 p. (Contas nacionais, n. 3)
- _____: 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. 99 p.(Contas nacionais, n. 5)
- DEJONGHE, Valerie; VINCENAU, Monique. *Les produits intérieurs bruts régionaux: sources et méthodes*. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques, [1996]. 176 p. (INSEE méthodes, n. 55).
- FIBGE – Notas Técnicas do Censo Industrial. 1985.
- GÓES, Magdalena Cronemberger. *A modernização das estatísticas econômicas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Texto preparado para a IV CONFEST.
- MATRIZ de insumo-produto: Brasil - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 204 p. (Série relatórios metodológicos, v. 7).
- MATRIZ de insumo-produto: 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985 (1996) 246 p.
- MATRIZ de insumo-produto: Brasil 1990-1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1996-1999.
- MÉTODOS de contabilidade regional: valor añadido bruto y formación bruta de capital fijo por rama de actividad. Luxemburgo: EUROSTAT, 1995.
- MÉTODOS de contabilidade regional: cuentas de los hogares. Luxemburgo: EUROSTAT, 1997.
- MICROEMPRESAS: industriais, comerciais, de serviços, de construção e de transportes, segundo corte de receitas estabelecido no estatuto da microempresa. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 184 p.
- MUNICÍPIOS: indústria, comércio e serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- NUNES, Eduardo Pereira. *Contas regionais: proposta metodológica*. 2. versão. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 167 p.
- NUNES, Eduardo Pereira. *Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil*. 1998. 197 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ONU - Classificação industrial internacional uniforme para todas as atividades econômicas, Rev. 2, 1968.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp, I E, c1998. 291 p.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: Brasil e grandes regiões 1995-1998 (CD-ROM). Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1995-1998.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA : pesquisa mensal de previsão e acompanhamento de safras agrícolas no ano civil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7-11, n.12, 1995-1998.

SISTEMA de contas nacionais : Brasil 1990-1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 298 p.

_____: Brasil 1996. Rio de Janeiro : IBGE, 1997. 128 p.

_____: Brasil : resultados preliminares 1997. Rio de Janeiro : IBGE, 1998. 130 p. (Contas nacionais, n. 2).

_____: Brasil : resultados preliminares 1998. Rio de Janeiro : IBGE, 1999. 235 p. (Contas nacionais, n. 2).

_____: Brasil : 1995-1999. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. 2v. (Contas nacionais, n. 4).

STONE, Richard. *Sistema de contabilidade social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 31-32.

SYSTEM of national accounts. Rev.3. New York: United Nations, 1968. 246 p. (Studies in methods. Serie F; n. 2).

SYSTEM of national accounts. Rev.4. Brussels. Luxemburg: Commission of the European Communities; Washington, D.C.: International Monetary Fund; Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; New York: United Nations; Washington, D.C.: World Bank, 1993. 711.

UNITED NATIONS. System of National Accounts, New York: Commission of the European Communities; International Monetary Fund; Organisation for Economic Co-operation and Development; United Nations and World Bank, 1993.

Gráfico 1

Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto Bahia – 1976-2000

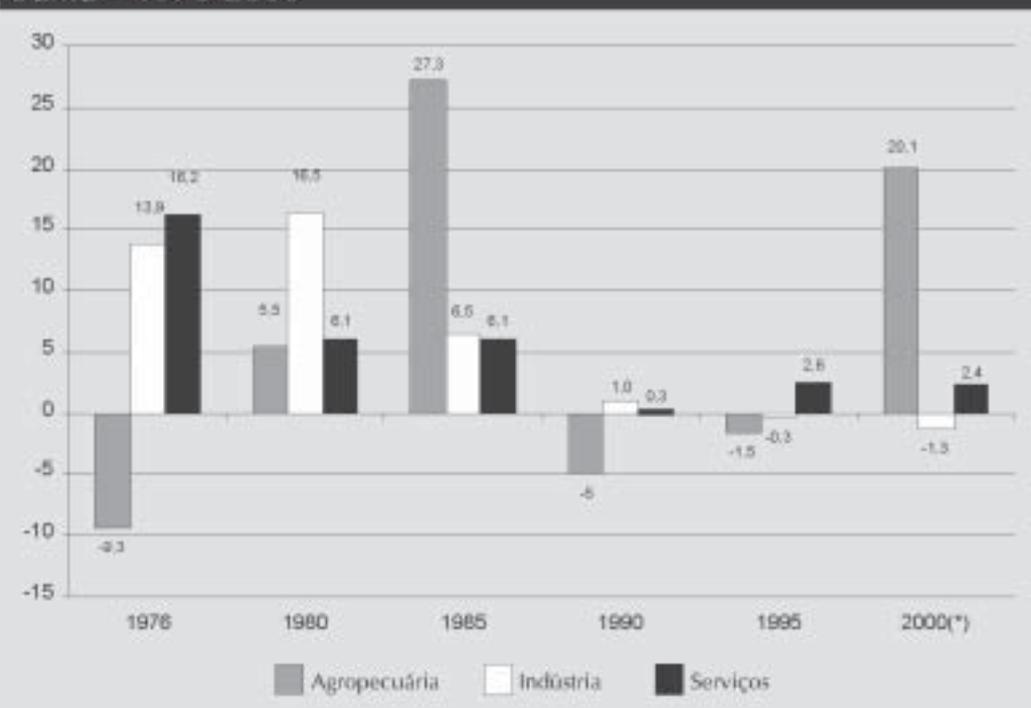


Gráfico 2

Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto Grandes Setores de Atividade – Bahia e Brasil – 1976-2000

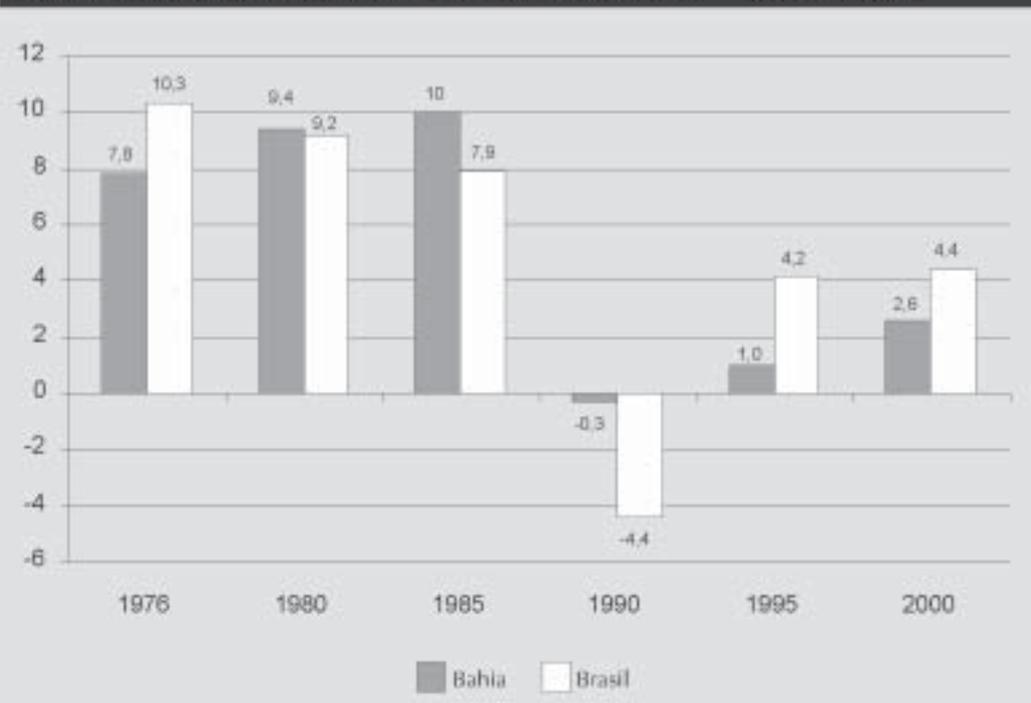


Tabela 1

**Produto Interno Bruto Total e Per Capita
Índices e Taxas de Crescimento
Bahia: 1975-2000**

Anos	Unidade Monetária	PIB Total (Valores Correntes)	Índice do PIB Real	Taxa de Crescimento	População em 1.000 hab.	PIB Per Capita (Valores Correntes)	Índice do PIB Per Capita Real	Taxa do PIB Per Capita
1975	Cr\$ Milhão	42.465	56,2	...	8.650	4.909	68,1	...
1976	Cr\$ Milhão	67.581	60,6	7,8	8.842	7.643	71,9	5,5
1977	Cr\$ Milhão	107.628	63,8	5,3	9.039	11.907	74,1	3,1
1978	Cr\$ Milhão	160.894	71,4	11,9	9.237	17.418	81,3	9,7
1979	Cr\$ Milhão	278.180	78,4	9,9	9.436	29.481	87,6	7,8
1980	Cr\$ Milhão	590.471	85,8	9,4	9.454	62.457	95,6	9,2
1981	Cr\$ Milhão	1.161.011	84,7	-1,3	9.651	120.300	92,4	-3,4
1982	Cr\$ Milhão	2.324.925	89,6	5,8	9.851	236.009	95,8	3,7
1983	Cr\$ Milhão	5.824.113	89,4	-0,2	10.056	579.168	93,6	-2,3
1984	Cr\$ Milhão	19.208.760	90,9	1,6	10.265	1.871.287	93,2	-0,4
1985	Cr\$ Bilhão	69.437.000	100,0	10,0	10.551	6.581.346	100,0	7,2
1986	Cz\$ Milhão	175.046	107,9	7,9	10.775	16.245	105,8	5,8
1987	Cz\$ Milhão	515.009	103,0	-4,6	10.997	46.834	98,8	-6,6
1988	Cz\$ Milhão	4.002.086	109,1	5,9	11.213	356.901	102,7	3,9
1989	NCz\$ Milhão	57.061	109,0	0,0	11.425	4.995	100,7	-1,9
1990	Cr\$ Milhão	1.427.203	108,7	-0,3	11.631	122.709	98,5	-2,2
1991	Cr\$ Milhão	7.294.189	107,0	-1,5	11.832	616.492	95,3	-3,2
1992	Cr\$ Milhão	77.313.806	108,9	1,8	11.990	6.448.129	95,8	0,4
1993	CR\$ Milhão	1.680.578	112,3	3,1	12.138	138.458	97,6	1,9
1994	R\$ Milhão	14.972	116,3	3,6	12.283	1.219	99,9	2,4
1995	R\$ Milhão	26.769	117,5	1,0	12.426	2.154	99,8	-0,1
1996	R\$ Milhão	32.990	120,7	2,7	12.568	2.625	101,3	1,5
1997	R\$ Milhão	37.021	128,6	6,6	12.710	2.913	106,8	5,4
1998	R\$ Milhão	38.759	130,8	1,7	12.853	3.016	107,4	0,6
1999	R\$ Milhão	41.608	133,6	2,2	12.928	3.218	109,1	1,6
2000 (*)	R\$ Milhão	47.694	137,1	2,6	13.070	3.649	110,7	1,5

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 2

**Produto Interno Bruto Total, Per Capita, População Residente e Deflator Implícito
Bahia: 1990-2000**

Ano	Produto Interno Bruto			População Residente 1.000 hab ⁽¹⁾	Produto Interno Bruto Per Capita			Deflator
	Em R\$ 1.000		Variação Real Anual em %		R\$		Variação Real Anual em %	
	Preços Correntes	Preços do Ano Anterior	Preços Correntes		Preços do Ano Anterior	Preços Correntes	Preços do Ano Anterior	
1990	518,98	20,68	-0,35	4,46E-02 ⁽²⁾	1,78E-03 ⁽²⁾	-2,15	2.409,89	
1991	2.652,43	511,14	-1,51	2,24E-01 ⁽²⁾	4,32E-02 ⁽²⁾	-3,24	418,93	
1992	28.114,11	2.699,37	1,77	2,34	2,25E-01 ⁽²⁾	0,43	941,51	
1993	611.119,12	28.991,99	3,12	50,35	2,39	1,89	2.007,89	
1994	14.972.464,77	633.071,15	3,59	1.218,95	51,55	2,40	2.265,05	
1995	26.769.071,52	15.126.283,84	1,03	2.154,26	1.217,28	-0,14	76,97	
1996	32.989.503,04	27.484.694,45	2,67	2.624,85	2.187,22	1,53	20,03	
1997	37.020.911,12	35.153.804,22	6,56	2.890,32	2.767,48	5,43	5,31	
1998	38.759.428,12	37.646.748,08	1,69	3.015,61	2.906,63	0,56	2,96	
1999	41.607.934,58	39.605.050,30	2,18	3.218,49	3.063,84	1,60	5,06	
2000 ⁽³⁾	47.693.661,36	42.675.829,93	2,57	3.649,02	3.265,63	1,46	11,76	

Fonte: SEI

⁽¹⁾ População estimada em 1º de Julho.⁽²⁾ Valores expressos em notação científica (E), em potência de 10.⁽³⁾ Dados sujeitos a reificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/BGE)

Tabela 3

**PIB Brasil, Total e Per Capita e Relação PIB Bahia/PIB Brasil
Bahia/Brasil: 1990-2000**

Ano	Produto Interno Bruto Brasil			População Residente 1.000 hab. ⁽¹⁾	Produto Interno Bruto Per Capita Brasil			Deflator Brasil	Participação (%) BA/BR (Preços Correntes)	
	Em R\$ 1.000		Variação Real Anual em %		R\$		Variação Real Anual em %		PIB Total	PIB Per Capita
	Preços Correntes	Preços do Ano Anterior			Preços Correntes	Preços do Ano Anterior				
1990	11.549	-	-	147.594	0,08	-	-	4,5	55,8	
1991	60.286	11.668	1,0	149.926	0,40	0,08	416,7	4,4	56,0	
1992	640.959	59.958	-0,5	152.227	4,21	0,39	969,0	4,4	55,7	
1993	14.097.114	672.524	4,9	154.513	91,24	4,35	1.996,2	4,3	55,2	
1994	349.204.679	14.922.200	5,9	156.775	2.227,43	95,18	2.240,2	4,3	54,7	
1995	646.191.517	363.954.364	4,2	159.016	4.063,69	2.288,79	77,5	4,1	53,0	
1996	778.886.727	663.371.098	2,7	161.247	4.830,40	4.114,01	17,4	4,2	54,3	
1997	870.743.000	804.367.000	3,3	163.471	5.326,59	4.920,55	8,3	4,3	54,3	
1998	914.188.000	871.892.000	0,1	165.688	5.517,53	5.262,25	4,9	4,2	54,7	
1999	963.869.000	921.611.000	0,8	167.910	5.740,39	5.488,72	4,6	4,3	56,1	
2000 ⁽²⁾	1.086.700.000	1.005.915.000	4,4	170.143	6.386,98	5.912,17	8,0	4,4	57,1	

Fonte: SEI

⁽¹⁾ População estimada em 1º de julho. Em função dos resultados do Censo Demográfico de 2000⁽²⁾, esta estimativa foi revisada para toda a década de 1990.

Tabela 4

Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto - Por Período
Bahia: 1975-2000

(%)

Ano	ANO FINAL																								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(*)
Inicial	7,8	6,5	8,3	8,7	8,8	7,1	6,9	6,0	5,5	5,9	6,1	5,2	5,2	4,8	4,5	4,1	4,0	3,9	3,9	3,8	3,7	3,8	3,7	3,7	3,6
1975																									
1976		5,3	8,5	9,0	9,1	6,9	6,7	5,7	5,2	5,7	5,9	4,9	5,0	4,6	4,3	3,9	3,7	3,7	3,7	3,6	3,5	3,6	3,6	3,5	3,5
1977			11,9	10,9	10,4	7,3	7,0	5,8	5,2	5,8	6,0	4,9	5,0	4,6	4,2	3,8	3,6	3,6	3,6	3,5	3,4	3,6	3,6	3,5	3,4
1978				9,9	9,7	5,9	5,8	4,6	4,1	4,9	5,3	4,2	4,3	3,9	3,6	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0	3,0	3,1	3,1	3,1	3,0
1979					9,4	3,9	4,5	3,3	3,0	4,1	4,7	3,5	3,7	3,3	3,0	2,6	2,6	2,6	2,7	2,6	2,6	2,6	2,8	2,7	2,7
1980						(1,3)	2,2	1,4	1,4	3,1	3,9	2,6	3,0	2,7	2,4	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	2,2	2,4	2,4	2,4
1981							5,8	2,8	2,4	4,2	5,0	3,3	3,7	3,2	2,8	2,4	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,4	2,6	2,6	2,6
1982								(0,2)	0,7	3,7	4,8	2,8	3,3	2,9	2,4	2,0	2,0	2,1	2,2	2,1	2,2	2,2	2,4	2,4	2,4
1983									1,6	5,8	6,5	3,6	4,1	3,4	2,8	2,3	2,2	2,3	2,4	2,3	2,3	2,6	2,6	2,6	2,5
1984										10,0	9,0	4,3	4,7	3,7	3,0	2,4	2,3	2,4	2,5	2,4	2,4	2,4	2,7	2,6	2,6
1985											7,9	1,5	2,9	2,2	1,7	1,1	1,2	1,5	1,7	1,6	1,6	1,7	2,1	2,1	2,1
1986												(4,6)	0,5	0,3	0,2	(0,2)	0,1	0,6	0,9	1,0	1,1	1,1	1,6	1,6	1,7
1987													5,9	2,9	1,8	1,0	1,1	1,5	1,8	1,7	1,8	2,2	2,2	2,2	2,2
1988															0,0	(0,2)	(0,6)	0,0	0,6	1,1	1,1	1,3	1,8	1,8	1,9
1989																(0,3)	(0,9)	0,0	0,7	1,3	1,3	1,5	2,1	2,0	2,1
1990																	(1,5)	0,1	1,1	1,7	1,6	1,8	2,4	2,3	2,3
1991																		1,8	2,4	2,8	2,4	2,4	3,1	2,9	2,8
1992																			3,1	3,4	2,6	2,6	3,4	3,1	3,0
1993																				3,6	2,3	2,4	3,4	3,1	2,9
1994																					1,0	1,8	3,4	3,0	2,8
1995																						2,7	4,6	3,6	3,3
1996																							6,6	4,1	3,5
1997																								1,7	1,9
1998																									2,2
1999																									2,4
2000																									2,6

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 5

Taxa de Crescimento Acumulado do Produto Interno Bruto - Por Período
Bahia: 1975-2000

Ano Inicial	ANO FINAL																								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ^(*)
1975	7,8	13,5	27,0	39,5	52,6	50,6	59,3	59,0	61,7	77,9	92,0	83,2	94,0	94,0	93,3	90,4	93,7	99,8	107,0	109,1	114,7	128,8	132,6	137,7	143,8
1976	5,3	17,8	29,5	41,7	39,8	47,8	47,6	47,6	50,0	65,1	78,2	70,0	80,0	80,0	79,4	76,7	79,8	85,4	92,1	94,0	99,2	112,3	115,9	120,6	126,3
1977		11,9	23,0	34,5	32,7	40,4	40,1	42,5	42,5	56,7	69,2	61,5	70,9	70,9	70,3	67,7	70,7	76,0	82,4	84,2	89,2	101,6	105,0	109,5	114,8
1978		9,9	20,2	18,6	25,5	25,3	27,3	27,3	40,1	51,2	44,3	52,8	52,8	52,8	52,2	49,9	52,6	57,4	63,0	64,7	69,1	80,2	83,2	87,2	92,0
1979		9,4	8,0	14,2	14,0	15,9	27,5	37,6	31,3	39,0	39,0	39,0	39,0	39,0	38,5	36,4	38,8	43,2	48,3	49,8	53,8	63,9	66,7	70,3	74,7
1980		(1,3)	4,4	4,2	5,9	16,5	25,8	20,0	27,1	27,1	26,6	24,7	26,9	30,9	35,6	37,0	40,6	49,9	52,4	55,7	59,7	61,9	61,9	61,9	61,9
1981		5,8	5,6	7,3	18,1	27,5	21,6	28,8	28,8	28,8	28,3	26,4	28,6	32,6	37,4	38,8	42,5	51,9	54,4	57,8	61,9	61,9	61,9	61,9	61,9
1982		(0,2)	1,5	11,7	20,5	15,0	21,8	21,7	21,3	19,5	21,6	25,4	29,9	31,2	34,7	43,6	46,0	49,2	53,0	53,3	53,3	53,3	53,3	53,3	53,3
1983		1,6	11,8	20,7	15,2	22,0	22,0	22,0	21,5	19,7	21,8	25,6	30,1	31,5	35,0	43,8	46,3	49,5	53,3	53,3	53,3	53,3	53,3	53,3	53,3
1984		10,0	18,8	13,3	20,0	20,0	20,0	19,6	17,8	19,8	23,6	28,0	29,3	32,8	41,5	43,9	47,0	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8	50,8
1985		7,9	3,0	9,1	9,0	8,7	7,0	8,9	12,3	16,3	17,5	20,7	28,6	30,8	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1	37,1
1986		(4,6)	1,0	1,0	0,7	(0,9)	0,9	4,1	7,8	8,9	11,8	19,1	21,2	23,8	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0
1987		5,9	5,9	5,5	3,9	5,7	9,0	13,0	14,1	17,2	24,9	27,0	29,7	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1	33,1
1988		(0,0)	(0,4)	(1,9)	(1,9)	(1,9)	(0,1)	3,0	6,7	7,8	10,7	17,9	19,9	22,5	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7
1989		(0,3)	(1,9)	(1,5)	(1,5)	(1,5)	(0,1)	3,0	6,7	7,8	10,7	17,9	19,9	22,5	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7	25,7
1990																									
1991																									
1992																									
1993																									
1994																									
1995																									
1996																									
1997																									
1998																									
1999																									

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 6

Taxa Média de Crescimento do PIB Per Capita - Por Período
Bahia: 1975-2000

(%)

Ano Inicial	ANO FINAL																								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(*)
1975	5,5	4,3	6,1	6,5	7,0	5,2	5,0	4,1	3,6	3,9	4,1	3,1	3,2	2,8	2,5	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	2,1	2,0	2,0	2,0
1976		3,1	6,3	6,8	7,4	5,1	4,9	3,8	3,3	3,7	3,9	2,9	3,0	2,6	2,3	1,9	1,8	1,8	1,8	1,7	1,7	1,9	1,8	1,8	1,8
1977			9,7	8,7	8,9	5,7	5,3	4,0	3,3	3,8	4,0	2,9	3,0	2,6	2,2	1,8	1,7	1,7	1,8	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8	1,8
1978				7,8	8,5	4,4	4,2	2,9	2,3	3,0	3,4	2,2	2,4	2,0	1,6	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	1,4	1,4	1,4	1,4
1979					9,2	2,7	3,0	1,7	1,3	2,2	2,7	1,5	1,8	1,4	1,1	0,7	0,7	0,8	0,9	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1
1980						(3,4)	0,1	(0,7)	(0,6)	0,9	1,7	0,5	0,9	0,6	0,3	0,0	0,0	0,2	0,3	0,3	0,4	0,7	0,6	0,7	0,7
1981							3,7	0,7	0,3	2,0	2,7	1,1	1,5	1,1	0,7	0,3	0,3	0,5	0,6	0,6	0,6	0,9	0,9	0,9	1,0
1982								(2,3)	(1,3)	1,4	2,5	0,6	1,2	0,7	0,4	(0,1)	0,0	0,2	0,4	0,3	0,4	0,7	0,7	0,8	0,8
1983									(0,4)	3,3	4,2	1,3	1,9	1,2	0,7	0,2	0,2	0,4	0,6	0,5	0,6	0,9	0,9	1,0	1,0
1984										7,2	6,5	1,9	2,4	1,6	0,9	0,3	0,3	0,5	0,7	0,6	0,7	1,0	1,0	1,1	1,1
1985											5,8	(0,6)	0,9	0,2	(0,3)	(0,8)	(0,6)	(0,3)	0,0	0,0	0,1	0,5	0,6	0,6	0,7
1986												(6,6)	(1,5)	(1,6)	(1,8)	(2,1)	(1,6)	(1,2)	(0,7)	(0,7)	(0,4)	0,1	0,1	0,2	0,3
1987													3,9	1,0	(0,1)	(0,9)	(0,6)	(0,2)	0,2	0,1	0,3	0,8	0,8	0,8	0,9
1988														(1,9)	(2,0)	(2,4)	(1,7)	(1,0)	(0,5)	(0,4)	(0,2)	0,4	0,5	0,6	0,6
1989														(2,2)	(2,7)	(2,7)	(1,7)	(0,8)	(0,2)	(0,2)	0,1	0,7	0,7	0,8	0,9
1990																(3,2)	(1,4)	(0,3)	0,3	0,2	0,5	1,2	1,1	1,1	1,2
1991																	0,4	1,2	1,6	1,1	1,2	1,9	1,7	1,7	1,7
1992																		1,9	2,1	1,4	1,4	2,2	1,9	1,9	1,8
1993																			2,4	1,1	1,3	2,3	1,9	1,9	1,8
1994																				(0,1)	0,7	2,2	1,8	1,8	1,7
1995																					1,5	3,5	2,5	2,3	2,1
1996																						5,4	3,0	2,5	2,2
1997																							0,6	1,1	1,2
1998																								1,6	1,5
1999																									1,5

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a reificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SE/IBGE)

Tabela 8**Composição Percentual do PIB dos Estados da Região Nordeste e Relação NE/BR
Nordeste/Brasil - 1985-1999****(%)**

Ano	PARTICIPAÇÃO %										
	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Paraíba	Rio Grande do Norte	Ceará	Piauí	Maranhão	Total NE	NE/BR
1985	37,9	6,5	6,1	18,6	5,1	5,5	12,2	2,8	5,3	100,0	14,1
1986	36,6	6,0	5,6	20,1	5,4	5,2	12,4	3,0	5,7	100,0	14,1
1987	35,8	5,1	6,3	21,1	5,5	5,5	12,2	3,0	5,5	100,0	13,1
1988	37,3	4,9	5,3	20,3	5,4	5,3	12,6	2,9	6,0	100,0	12,8
1989	36,7	4,4	4,7	20,6	5,6	6,1	12,5	3,0	6,3	100,0	12,3
1990	34,9	4,5	5,5	20,7	6,6	5,6	12,6	3,5	6,2	100,0	12,9
1991	32,9	4,8	5,3	21,6	6,3	5,9	13,7	3,4	6,1	100,0	13,4
1992	34,0	4,9	5,6	20,6	5,7	5,6	14,2	3,2	6,2	100,0	12,9
1993	33,8	5,1	5,2	20,1	5,9	6,1	14,2	3,5	6,1	100,0	12,8
1994	33,3	4,5	5,3	20,1	6,3	5,8	14,7	3,6	6,4	100,0	12,9
1995	32,4	4,3	4,9	21,1	6,5	5,7	15,1	3,9	6,1	100,0	12,8
1996	32,2	4,2	4,9	20,9	6,4	5,7	15,3	3,8	6,7	100,0	13,2
1997	32,5	4,3	5,1	20,6	6,1	5,9	15,4	3,7	6,5	100,0	13,1
1998	32,5	4,2	5,2	20,8	6,1	5,7	15,8	3,7	6,1	100,0	13,1
1999	32,9	4,3	5,0	20,4	6,2	6,0	15,3	3,7	6,2	100,0	13,1

Elaboração: SEI
Fonte: IBGE

Tabela 9

**Produto Interno Bruto Segundo Atividades
Bahia: 1975-2000**

Ano	Moeda	Agropecuária	Ind. Extrativa Mineral	Indústria Transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro
1975	Cr\$ Milhão	12.555	1.694	6.015	947	2.584	547	3.396	1.162	215	2.169
1976	Cr\$ Milhão	18.636	2.958	8.248	1.344	5.543	1.260	5.942	1.634	352	4.056
1977	Cr\$ Milhão	30.497	3.876	15.473	2.216	8.428	2.088	9.385	3.112	558	6.371
1978	Cr\$ Milhão	40.642	5.656	23.886	3.056	15.744	3.478	15.007	4.564	1.044	9.040
1979	Cr\$ Milhão	65.226	9.695	47.728	7.370	23.689	5.610	25.701	7.182	1.857	15.149
1980	Cr\$ Milhão	114.975	24.803	123.139	18.273	61.340	11.643	54.609	14.345	3.519	31.171
1981	Cr\$ Milhão	199.189	57.816	263.965	40.106	107.250	21.008	116.174	34.109	8.096	76.909
1982	Cr\$ Milhão	320.248	110.815	529.290	88.807	244.142	44.662	249.152	65.777	17.636	169.455
1983	Cr\$ Milhão	929.797	446.699	1.459.593	232.644	407.313	106.490	594.966	126.046	41.568	412.390
1984	Cr\$ Milhão	3.344.162	1.529.662	5.072.962	776.894	1.189.989	324.691	1.841.963	382.866	134.293	1.292.662
1985	Cr\$ Milhão	12.598.115	4.301.802	17.153.684	2.484.296	4.466.699	1.506.804	6.246.864	1.616.289	537.089	4.504.430
1986	Cz\$ Milhão	29.783	8.098	40.957	6.041	15.676	4.085	17.701	4.230	1.228	6.749
1987	Cz\$ Milhão	83.756	18.071	134.618	21.119	27.211	10.612	51.925	12.658	4.713	41.634
1988	Cz\$ Milhão	777.807	120.309	985.815	197.317	190.050	70.708	436.987	102.517	37.076	312.575
1989	NCz\$ Milhão	10.000	1.368	13.808	2.104	3.588	1.344	5.976	1.460	644	5.781
1990	Cr\$ Milhão	142.838	32.881	330.614	53.841	102.501	33.642	157.174	31.935	15.108	136.681
1991	Cr\$ Milhão	751.622	186.370	1.541.387	269.448	476.559	167.042	776.704	173.581	90.989	561.883
1992	Cr\$ Milhão	7.790.639	2.053.417	19.072.943	2.951.306	5.155.351	1.698.584	7.978.252	1.889.793	1.279.161	11.059.320
1993	CR\$Milhão	165.832	49.697	429.292	71.872	123.096	47.393	174.482	40.363	32.567	269.483
1994	R\$Milhão	1.980	353	3.194	649	1.258	423	1.419	329	260	1.354
1995	R\$Milhão	3.425	473	4.913	854	2.620	688	2.601	461	525	1.253
1996	R\$Milhão	3.860	471	6.255	1.090	3.067	766	2.742	621	859	1.312
1997	R\$Milhão	4.014	486	6.839	1.382	4.167	768	3.081	704	873	1.515
1998	R\$Milhão	3.544	479	7.520	1.430	4.405	867	3.093	837	1.022	1.712
1999	R\$Milhão	3.655	554	9.222	1.456	4.200	826	3.295	858	1.275	1.548
'2000 ^(*)	R\$Milhão	4.792	631	11.433	1.707	4.487	805	3.689	771	1.579	1.798

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 9 (continuação)

Aluguel de Imóveis	Adm. Pública	Saúde e Educação	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Sub-Total	(-) Dummy Financeiro	Valor Adicionado a Preços Básicos	Imposto Sobre Produtos	PIB	População Residente em 1.000 hab	PIB Per Capita em 1,00 unidade monetária
2.245	5.281	1.747	197	154	40.909	2.222	38.687	3.778	42.465	8.650	4.909
3.644	7.512	2.862	298	387	64.675	4.026	60.648	6.933	67.581	8.842	7.643
5.758	10.654	3.854	449	558	103.276	6.381	96.895	10.733	107.628	9.039	11.907
8.842	15.368	6.124	661	820	153.932	8.762	145.170	15.724	160.894	9.237	17.418
17.578	28.013	11.403	1.009	1.225	268.433	14.531	253.902	24.278	278.180	9.436	29.481
38.419	51.449	17.027	2.009	2.485	569.207	29.040	540.167	50.304	590.471	9.454	62.457
73.049	98.340	30.468	4.342	5.119	1.135.940	73.789	1.062.151	98.860	1.161.011	9.651	120.300
158.992	216.149	54.248	9.141	10.572	2.289.085	167.579	2.121.506	203.419	2.324.925	9.851	236.009
387.475	446.043	123.109	20.244	34.592	5.768.969	417.498	5.351.471	472.642	5.824.113	10.056	579.168
1.233.566	1.281.074	306.555	67.005	115.152	18.893.494	1.315.698	17.577.795	1.630.965	19.208.760	10.265	1.871.287
4.249.085	5.662.487	1.108.953	239.384	528.200	67.204.182	4.235.569	62.968.613	6.468.387	69.437.000	10.551	6.581.346
10.654	14.051	2.759	613	1.221	163.845	6.398	157.447	17.599	175.046	10.775	16.245
37.411	45.234	12.039	1.637	4.125	506.761	40.979	465.782	49.227	515.009	10.997	46.834
260.740	384.231	82.192	14.912	34.781	4.008.016	314.637	3.693.379	308.707	4.002.086	11.213	356.901
3.256	6.046	1.472	208	688	57.743	5.802	51.941	5.120	57.061	11.425	4.995
90.877	171.140	33.129	4.287	30.514	1.367.163	143.196	1.223.967	203.236	1.427.203	11.631	122.709
896.752	819.874	198.969	23.293	188.224	7.122.694	548.147	6.574.547	719.642	7.294.189	11.832	616.492
7.464.386	7.395.302	2.235.104	276.150	2.113.436	80.413.146	10.840.845	69.572.301	7.741.505	77.313.806	11.990	6.448.129
118.358	201.172	46.688	6.893	33.852	1.811.039	270.047	1.540.992	139.586	1.680.578	12.138	138.458
1.033	1.812	406	59	273	14.800	1.221	13.579	1.393	14.972	12.283	1.219
2.433	3.538	735	117	568	25.204	992	24.212	2.557	26.769	12.426	2.154
3.808	4.373	1.018	136	779	31.158	1.082	30.076	2.913	32.990	12.568	2.625
4.438	4.534	1.135	147	959	35.041	1.143	33.898	3.123	37.021	12.710	2.913
4.335	4.896	1.133	159	1.028	36.461	1.225	35.236	3.523	38.759	12.853	3.016
4.562	5.101	1.161	177	1.034	38.924	1.191	37.732	3.876	41.608	12.928	3.218
4.562	5.329	1.303	187	1.128	44.202	1.287	42.915	4.779	47.694	13.070	3.649

Tabela 10

Estrutura do Produto Interno Bruto
Bahia: 1975-2000

ANO	Agropecuária	Ind. Extrativa Mineral	Indústria Transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de Imóveis	Adm. Pública	Saúde e Educação	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Total
1975	30,7	4,1	14,7	2,3	6,3	1,3	8,3	2,8	0,5	5,3	5,5	12,9	4,3	0,5	0,4	100,0
1976	28,8	4,6	12,8	2,1	8,6	1,9	9,2	2,5	0,5	6,3	5,6	11,6	4,4	0,5	0,6	100,0
1977	29,5	3,8	15,0	2,1	8,2	2,0	9,1	3,0	0,5	6,2	5,6	10,3	3,7	0,4	0,5	100,0
1978	26,4	3,7	15,5	2,0	10,2	2,3	9,7	3,0	0,7	5,9	5,7	10,0	4,0	0,4	0,5	100,0
1979	24,3	3,6	17,8	2,7	8,8	2,1	9,6	2,7	0,7	5,6	6,5	10,4	4,2	0,4	0,5	100,0
1980	20,2	4,4	21,6	3,2	10,8	2,0	9,6	2,5	0,6	5,5	6,7	9,0	3,0	0,4	0,4	100,0
1981	17,5	5,1	23,2	3,5	9,4	1,8	10,2	3,0	0,7	6,8	6,4	8,7	2,7	0,4	0,5	100,0
1982	14,0	4,8	23,1	3,9	10,7	2,0	10,9	2,9	0,8	7,4	6,9	9,4	2,4	0,4	0,5	100,0
1983	16,1	7,7	25,3	4,0	7,1	1,8	10,3	2,2	0,7	7,1	6,7	7,7	2,1	0,4	0,6	100,0
1984	17,7	8,1	26,9	4,1	6,3	1,7	9,7	2,0	0,7	6,8	6,5	6,8	1,6	0,4	0,6	100,0
1985	18,7	6,4	25,5	3,7	6,6	2,2	9,3	2,4	0,8	6,7	6,3	8,4	1,7	0,4	0,8	100,0
1986	18,2	4,9	25,0	3,7	9,6	2,5	10,8	2,6	0,7	4,1	6,5	8,6	1,7	0,4	0,7	100,0
1987	16,5	3,6	26,6	4,2	5,4	2,1	10,2	2,5	0,9	8,2	7,4	8,9	2,4	0,3	0,8	100,0
1988	19,4	3,0	24,6	4,9	4,7	1,8	10,9	2,6	0,9	7,8	6,5	9,6	2,1	0,4	0,9	100,0
1989	17,3	2,4	23,9	3,6	6,2	2,3	10,3	2,5	1,1	10,0	5,6	10,5	2,5	0,4	1,2	100,0
1990	10,4	2,4	24,2	3,9	7,5	2,5	11,5	2,3	1,1	10,0	6,6	12,5	2,4	0,3	2,2	100,0
1991	10,6	2,6	21,6	3,8	6,7	2,3	10,9	2,4	1,3	7,9	12,6	11,5	2,8	0,3	2,6	100,0
1992	9,7	2,6	23,7	3,7	6,4	2,1	9,9	2,4	1,6	13,8	9,3	9,2	2,8	0,3	2,6	100,0
1993	9,2	2,7	23,7	4,0	6,8	2,6	9,6	2,2	1,8	14,9	6,5	11,1	2,6	0,4	1,9	100,0
1994	13,4	2,4	21,6	4,4	8,5	2,9	9,6	2,2	1,8	9,1	7,0	12,2	2,7	0,4	1,8	100,0
1995	13,6	1,9	19,5	3,4	10,4	2,7	10,3	1,8	2,1	5,0	9,7	14,0	2,9	0,5	2,3	100,0
1996	12,4	1,5	20,1	3,5	9,8	2,5	8,8	2,0	2,8	4,2	12,2	14,0	3,3	0,4	2,5	100,0
1997	11,5	1,4	19,5	3,9	11,9	2,2	8,8	2,0	2,5	4,3	12,7	12,9	3,2	0,4	2,7	100,0
1998	9,7	1,3	20,6	3,9	12,1	2,4	8,5	2,3	2,8	4,7	11,9	13,4	3,1	0,4	2,8	100,0
1999	9,4	1,4	23,7	3,7	10,8	2,1	8,5	2,2	3,3	4,0	11,7	13,1	3,0	0,5	2,7	100,0
2000 (*)	10,8	1,4	25,9	3,9	10,2	1,8	8,3	1,7	3,6	4,1	10,3	12,1	2,9	0,4	2,6	100,0

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a reificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 11

Deflatores Implícitos do Produto Interno Bruto

Bahia: 1975-2000

(%)

ANO	Agropecuária	Ind. Extrativa Mineral	Indústria Transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de Imóveis	Adm. Pública	Saúde e Educação	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Total
1975
1976	163,6	187,3	135,5	118,7	138,3	187,3	143,0	118,4	94,3	141,0	148,4	139,2	133,6	146,6	170,0	146,7
1977	183,1	139,4	142,1	151,7	148,6	141,0	144,9	126,4	124,8	142,3	145,8	138,7	126,4	146,4	170,1	151,6
1978	116,5	152,5	136,7	127,9	139,0	145,7	143,5	151,6	124,6	138,7	141,8	141,2	139,1	143,3	143,0	133,2
1979	155,8	175,8	154,4	155,5	145,0	144,5	156,4	176,2	137,3	153,3	183,2	178,4	155,5	148,5	136,8	158,7
1980	167,1	259,9	203,9	193,0	259,0	154,1	196,7	195,0	150,0	197,6	197,4	183,3	154,2	193,9	185,1	193,8
1981	189,5	236,4	216,8	210,9	205,8	180,0	212,1	212,1	195,3	208,5	173,6	187,2	189,7	207,4	173,2	202,2
1982	156,0	192,9	199,2	204,9	190,5	190,8	192,6	181,7	183,2	195,5	208,6	215,3	182,7	202,0	199,7	190,5
1983	283,6	381,5	253,3	247,4	227,1	257,8	259,1	172,1	198,4	253,5	238,4	202,2	207,6	212,5	316,4	252,4
1984	367,6	332,9	325,9	308,3	298,0	284,7	318,8	298,0	325,2	320,2	314,8	281,4	262,8	317,5	313,5	322,2
1985	295,9	272,6	311,0	324,0	352,6	420,9	310,8	412,3	295,6	341,3	332,9	430,0	318,3	342,9	402,7	323,3
1986	220,2	195,8	220,4	221,3	287,6	267,3	250,5	234,7	186,6	138,5	238,2	243,0	243,6	239,1	226,3	225,9
1987	362,6	227,0	323,9	402,6	198,9	239,6	295,8	263,0	356,5	652,3	332,0	315,4	427,5	258,2	331,2	324,1
1988	753,4	665,7	752,7	937,7	682,9	602,7	736,0	849,8	681,1	721,6	669,9	833,0	669,5	772,3	826,8	747,0
1989	1.356,8	1.141,2	1.361,4	1.139,5	1.991,4	1.662,5	1.391,8	1.469,8	1.616,6	1.845,8	1.145,7	1.544,4	1.757,8	1.501,8	1.942,0	1.441,0
1990	1.503,2	2.518,9	2.432,7	2.424,6	2.590,8	2.660,5	2.654,2	2.122,7	2.028,8	2.392,5	2.801,7	2.780,6	2.210,8	1.935,8	4.355,6	2.375,9
1991	488,3	611,7	512,2	487,4	473,4	469,4	514,3	562,7	564,2	419,2	950,4	470,9	590,4	527,1	606,4	529,0
1992	1.015,9	1.057,8	1.187,7	1.009,6	1.150,8	980,4	1.056,5	1.097,3	1.366,4	1.952,2	799,6	890,1	1.108,5	1.150,2	1.108,0	1.109,3
1993	2.250,7	2.312,3	2.115,8	2.346,0	2.395,8	2.773,0	2.073,3	2.077,8	2.320,4	2.346,8	1.523,6	2.687,2	2.063,4	2.255,2	1.582,3	2.184,0
1994	3.264,9	2.007,0	1.957,3	2.416,9	2.710,7	2.279,1	2.065,1	2.295,5	1.850,8	1.336,5	2.332,0	2.447,7	2.361,0	2.211,8	2.190,4	2.169,4
1995	175,6	143,2	152,3	146,2	201,8	152,1	180,8	127,9	172,6	92,0	229,2	193,0	179,2	184,7	205,7	168,6
1996	109,6	106,4	120,1	129,0	119,3	115,3	99,1	120,5	156,5	102,6	151,8	122,2	136,9	122,4	135,6	120,4
1997	92,6	109,6	107,5	118,2	110,9	99,7	107,7	108,9	84,8	108,7	108,5	102,5	110,3	109,4	121,8	105,5
1998	93,4	99,5	103,4	98,2	106,5	99,2	106,6	106,9	94,8	108,6	97,8	106,8	97,6	108,2	106,1	102,3
1999	102,9	125,4	121,1	104,7	102,6	91,2	106,1	97,5	113,9	88,3	103,1	103,1	101,4	103,8	99,4	104,5
2000 (*)	106,6	114,1	127,4	108,8	108,2	92,6	109,7	86,7	109,9	115,1	101,2	103,3	111,0	109,9	107,9	110,7

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 12

Índices do Produto Interno Bruto Segundo Atividades

Bahia: 1975-2000

ANO	Agropecuária	Ind. Extrativa Mineral	Indústria Transformação	Serviços Industriais de Util. Pública	Construção	Alojamento e Alimentação	Comércio	Transportes e Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel de Imóveis	Adm. Pública	Saúde e Educação	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Total (%)
1975	82,6	113,1	32,2	28,1	58,1	33,0	52,1	45,7	8,3	45,8	53,0	82,0	53,4	70,7	42,3	56,2
1976	74,9	105,5	32,6	33,6	90,1	40,6	63,8	54,3	14,3	60,8	58,0	83,8	65,5	72,8	62,3	60,6
1977	67,0	99,1	43,0	36,6	92,2	47,7	69,6	81,8	18,2	67,1	62,9	85,7	69,7	75,0	52,9	63,8
1978	76,6	94,8	48,6	39,4	123,9	54,5	77,5	79,1	27,3	68,6	68,1	87,5	79,7	77,1	54,3	71,4
1979	78,9	92,5	62,9	61,1	128,5	60,9	84,8	70,6	35,4	75,0	73,9	89,4	95,4	79,2	59,3	78,4
1980	83,2	91,0	79,6	78,5	128,5	82,0	91,6	72,3	44,7	78,1	81,8	89,6	92,4	81,3	65,0	85,8
1981	76,1	89,8	78,7	81,7	109,2	82,2	91,9	81,1	52,7	92,5	89,6	91,5	87,1	84,8	77,3	84,7
1982	78,4	89,2	79,2	88,3	130,4	91,6	102,4	86,1	62,6	104,2	93,5	93,4	84,9	88,3	79,9	89,6
1983	80,3	94,2	86,2	93,5	95,8	84,7	94,4	95,8	74,4	100,1	95,6	95,3	92,9	92,1	82,7	89,4
1984	78,5	96,9	92,0	101,3	94,0	90,7	91,6	97,7	73,9	97,9	96,6	97,3	88,0	96,0	87,8	90,9
1985	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1986	107,3	96,2	108,3	109,9	122,0	101,4	113,1	111,5	122,5	108,2	105,3	102,1	102,1	107,1	102,1	107,9
1987	83,3	94,5	109,9	95,4	106,5	110,0	112,2	126,9	131,9	102,3	111,4	104,2	104,2	110,8	104,2	103,0
1988	102,6	94,5	107,0	95,1	109,0	121,6	128,3	120,9	152,3	106,5	115,9	106,3	106,3	130,7	106,3	109,1
1989	97,2	94,2	110,1	88,9	103,3	138,9	126,0	117,1	163,8	106,7	126,3	108,3	108,3	121,4	108,3	109,0
1990	92,4	89,9	108,3	93,9	113,9	130,8	124,9	120,7	189,3	105,4	125,8	110,2	110,2	129,2	110,2	108,7
1991	99,6	83,3	98,6	96,4	111,9	138,3	120,0	116,6	202,0	103,4	130,6	112,1	112,1	133,2	112,1	107,0
1992	101,6	86,8	102,7	104,6	105,2	143,5	116,7	115,7	207,9	104,2	136,0	113,6	113,6	137,3	113,6	108,9
1993	96,1	90,8	109,3	108,6	104,8	144,3	123,1	118,9	228,1	108,2	141,5	115,0	115,0	152,0	115,0	112,3
1994	96,6	88,3	114,2	111,5	108,6	155,3	133,3	116,1	270,6	111,9	145,7	116,4	116,4	162,4	116,4	116,3
1995	95,2	82,7	115,3	100,4	112,2	166,3	135,2	127,2	316,4	112,5	149,7	117,8	117,8	173,5	117,8	117,5
1996	97,9	77,5	122,2	99,3	110,1	160,6	143,8	142,4	331,1	114,8	154,3	119,1	119,1	164,3	119,1	120,7
1997	109,9	72,9	124,3	106,5	133,7	161,4	150,0	148,0	396,6	122,0	165,8	120,5	120,5	162,8	120,5	128,6
1998	103,9	72,1	132,2	112,2	132,4	183,5	141,3	164,8	490,0	127,0	165,6	121,8	123,1	162,6	121,8	130,8
1999	106,1	66,6	133,9	109,2	140,5	195,3	141,9	173,1	536,6	130,0	169,0	123,1	124,5	174,3	123,2	133,6
2000 (*)	130,6	66,5	130,3	117,7	138,9	205,6	144,8	179,5	604,8	131,1	167,0	124,5	125,9	168,1	124,6	137,1

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 13

Produto Interno Bruto - Grandes Setores Bahia: 1975-2000				
Ano	Unidade Monetária	Setor Primário (Valor Corrente)	Setor Secundário (Valor Corrente)	Setor Terciário (Valor Corrente)
1975	Cr\$ Milhão	12.555	11.240	17.114
1976	Cr\$ Milhão	18.636	18.093	27.947
1977	Cr\$ Milhão	30.497	29.993	42.786
1978	Cr\$ Milhão	40.642	48.342	64.947
1979	Cr\$ Milhão	65.226	88.482	114.726
1980	Cr\$ Milhão	114.975	227.554	226.677
1981	Cr\$ Milhão	199.189	469.137	467.614
1982	Cr\$ Milhão	320.248	973.054	995.783
1983	Cr\$ Milhão	929.797	2.546.249	2.292.924
1984	Cr\$ Milhão	3.344.162	8.569.506	6.979.826
1985	Cr\$ Bilhão	12.598	28.406	26.200
1986	Cz\$ Milhão	29.783	70.772	63.291
1987	Cz\$ Milhão	83.756	201.019	221.987
1988	Cz\$ Milhão	777.807	1.493.490	1.736.719
1989	NCz\$ Milhão	10.000	20.868	26.875
1990	Cr\$ Milhão	142.838	519.836	704.489
1991	Cr\$ Milhão	751.622	2.473.763	3.897.309
1992	Cr\$ Milhão	7.790.639	29.233.017	43.389.490
1993	CR\$Milhão	165.832	673.957	971.250
1994	R\$Milhão	1.980	5.453	7.367
1995	R\$Milhão	3.425	8.861	12.919
1996	R\$Milhão	3.860	10.884	16.415
1997	R\$Milhão	4.014	12.874	18.153
1998	R\$Milhão	3.544	13.833	19.084
1999	R\$Milhão	3.655	15.432	19.837
2000 ^(*)	R\$Milhão	4.792	18.258	21.152

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 14

Estrutura Setorial do PIB Bahia: 1975, 1985, 1995 e 2000				
Anos	1975	1985	1995	2000 ^(*)
Primário	30,7	18,7	13,6	10,8
Secundário	27,5	42,3	35,2	41,3
Terciário	41,8	39,0	51,3	47,9

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as Ufs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE)

Tabela 15

Taxa Média de Crescimento do Setor Primário - Por Período

Bahia: 1975-2000

(%)

Ano	ANO FINAL																								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000(*)
1975	(9,3)	(9,9)	(2,5)	(1,1)	0,1	(1,4)	(0,7)	(0,4)	(0,6)	1,9	2,4	0,1	1,7	1,2	0,7	1,2	1,2	0,8	0,8	0,7	0,8	1,3	1,0	1,1	1,8
1976		(10,6)	1,1	1,7	2,7	0,3	0,8	1,0	0,6	3,3	3,7	1,0	2,7	2,0	1,5	1,9	1,9	1,5	1,4	1,3	1,3	1,8	1,5	1,5	2,3
1977			14,4	8,5	7,5	3,2	3,2	3,1	2,3	5,1	5,4	2,2	4,0	3,2	2,5	2,9	2,8	2,3	2,2	2,0	2,0	2,5	2,1	2,1	2,9
1978				3,0	4,2	(0,2)	0,6	0,9	0,4	3,9	4,3	0,9	3,0	2,2	1,6	2,0	2,0	1,5	1,5	1,3	1,4	1,9	1,5	1,6	2,5
1979					5,5	(1,8)	(0,2)	0,4	(0,1)	4,0	4,5	0,7	3,0	2,1	1,4	2,0	2,0	1,4	1,4	1,2	1,3	1,9	1,5	1,5	2,4
1980						(8,6)	(2,9)	(1,2)	(1,4)	3,7	4,3	0,0	2,7	1,7	1,1	1,6	1,7	1,1	1,1	0,9	1,0	1,7	1,2	1,3	2,3
1981							3,1	2,7	1,1	7,1	7,1	1,5	4,4	3,1	2,2	2,7	2,7	2,0	1,9	1,6	1,7	2,3	1,8	1,9	2,9
1982								2,4	0,1	8,4	8,2	1,2	4,6	3,1	2,1	2,7	2,6	1,9	1,8	1,5	1,6	2,3	1,8	1,8	2,9
1983									(2,2)	11,6	10,2	0,9	5,0	3,2	2,0	2,7	2,7	1,8	1,7	1,4	1,5	2,3	1,7	1,8	2,9
1984										27,3	16,9	2,0	6,9	4,4	2,7	3,4	3,3	2,3	2,1	1,8	1,9	2,6	2,0	2,0	3,2
1985											7,3	(8,8)	0,9	(0,7)	(1,6)	(0,1)	0,2	(0,5)	(0,4)	(0,5)	(0,2)	0,8	0,3	0,4	1,8
1986												(22,4)	(2,2)	(3,2)	(3,7)	(1,5)	(0,9)	(1,6)	(1,3)	(1,3)	(0,9)	0,2	(0,3)	(0,1)	1,4
1987													23,3	8,1	3,5	4,6	4,1	2,4	2,2	1,7	1,8	2,8	2,0	2,0	3,5
1988														(5,2)	(5,1)	(1,0)	(0,2)	(1,3)	(1,0)	(1,1)	(0,6)	0,8	0,1	0,3	2,0
1989															(5,0)	1,2	1,5	(0,3)	(0,1)	(0,4)	0,1	1,5	0,7	0,9	2,7
1990																7,8	4,9	1,3	1,1	0,6	1,0	2,5	1,5	1,6	3,5
1991																	2,0	(1,8)	(1,0)	(1,1)	(0,3)	1,7	0,6	0,8	3,1
1992																		(5,4)	(2,5)	(2,2)	(0,9)	1,6	0,4	0,6	3,2
1993																			0,6	(0,5)	0,6	3,4	1,6	1,7	4,5
1994																				(1,5)	0,7	4,4	1,8	1,9	5,2
1995																					2,9	7,5	3,0	2,8	6,5
1996																						12,3	3,0	2,7	7,5
1997																							(5,5)	(1,7)	5,9
1998																								2,2	12,1
1999																									23,1

Fonte: SEI

(*) Dados sujeitos a reificação depois de consolidados os resultados de todas as UFs (Projeto de Contas Regionais - SEMIBGE)

PIB BAIANO: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 1975/2000¹

LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA*
ROBERTA LOURENÇO DE SOUZA**

INTRODUÇÃO

O PIB é o indicador macroeconômico que melhor expressa o comportamento de uma economia, embora não mostre os aspectos sociais da mesma, ou seja, não mostre de que forma foi distribuído o que foi produzido e os efeitos perversos dos processos inflacionários crônicos, como os que o Brasil passou nos últimos 30 anos.

Este artigo analisa as flutuações do PIB como um retrato simplificado da situação da economia. Essas flutuações mostram que o crescimento desse indicador não é constante ao longo do tempo: as tendências ascendentes são interrompidas por declínios que são chamados de recessões, associados à queda na renda *per capita* e ao desemprego, dentre outras conseqüências sociais.

A análise do PIB da Bahia, aqui apresentada, abrange o período de 1975-2000. Para uma descrição mais adequada, dividiu-se o período em quatro subperíodos – 1975-1984, 1984-1990, 1990-1994 e 1994-2000 –, tendo em vista destacar os ciclos econômicos pelos quais passou a economia baiana nesses 25 anos.

PIB 1975-2000: ANÁLISE DOS CICLOS NA ECONOMIA

A economia baiana, na década de 60, apresentava a seguinte composição setorial do PIB: a agropecuária (setor primário) participava com 40%; o setor industrial (secundário), com 12%; e o setor de serviços (terciário), detinha 48,0%. Essa composição passou por algumas mudanças a partir da década de 70: a agropecuária reduziu a sua participação para 21,2%; o setor industrial, ainda em fase de implantação, aumentou sua participação para 13,4%; e o setor terciário apresentou aumento expressivo na sua participação, passando para 65,4% (Quadro 1).

A partir da segunda metade da década de 70, com base nas diretrizes do II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND) e na segunda etapa do Programa de Substituição de Importações (PSI), implementou-se na Bahia o

* Luiz Mário Ribeiro Vieira é mestre em economia e gerente da GEAC/SEI.

** Roberta Lourenço de Souza é economista e pesquisadora da SEI.

¹ Por convenção, todas as taxas de crescimento compreendidas entre períodos levam em consideração a variação do ano inicial.

segundo pólo petroquímico do Brasil. A introdução do complexo petroquímico promoveu modificações na estrutura industrial do estado, colocando a indústria baiana como um das principais fornecedoras de matérias-primas e bens intermediários para os mercados interno (supridora, principalmente, das regiões Sudeste e Sul) e externo.

Quadro 1

Bahia - Composição Setorial do PIB (Em percentual)			
ANO	SETOR PRIMÁRIO	SETOR SECUNDÁRIO	SETOR TERCIÁRIO
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	13,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	20,2	40,0	39,8
1985	18,7	42,3	39,0
1990	10,4	38,0	51,5
1995	13,6	35,2	51,3
2000	10,0	41,2	48,7

Fonte: CPE/SEI/IBGE

Após o sucesso do “milagre econômico”, entre 1967-1974, quando as taxas de investimento em relação ao PIB atingiram, em média, 25,0%, registraram-se os maiores índices de crescimento. A partir de 1975, a economia brasileira entrou num processo de aceleração devido à crise do petróleo, levando o país a reduzir o ritmo de crescimento para equacionar o elevado déficit em conta corrente no balanço de pagamentos, o que resultou em taxas de crescimento mais modestas. Contrariamente, nesse período (1975-1979), a economia baiana apresentou as maiores taxas de crescimento, registrando uma taxa média anual de 8,7%, sendo a indústria de transformação a indutora desse crescimento.

As modificações quantitativas e qualitativas na estrutura industrial baiana, na década de 70, promoveram profundas transformações na base produtiva do estado. O dinamismo apresentado foi confirmado pelas taxas de crescimento acumulado e médio anual do PIB, no período de 1976 a 1985 (77,9% e 5,9%, respectivamente), resultando numa elevação significativa na renda *per capita*, que passou de uma taxa de 5,5%, em 1976, para 7,2% em 1985. Esse é o período áureo na economia baiana, pela expansão do setor industrial.

O resultado inicial da mudança na estrutura produtiva na Bahia pode ser verificado pela participação dos seus diferentes setores no PIB. Em 1975 o setor primário recupera-se um pouco, mas em 1980 observa-se uma queda na sua participação (ver Quadro 1). O setor secundário, como já era esperado, apresenta aumento na sua participação, de 27,5%, em 1975, para 40,0%, em 1980, enquanto o setor terciário registrou queda de 23,6 pontos percentuais. Portanto, ao longo dos anos, as oscilações, tanto na participação quanto na taxa de crescimento do PIB, estão atreladas às políticas

e aos programas de desenvolvimento implementados a partir de 1975 no Brasil e na Bahia.

Essas mudanças na base produtiva criaram, na esfera da circulação de mercadorias, em que o setor de serviços respondia, em 1980, por aproximadamente 40% do PIB da Bahia, um mercado consumidor de novos produtos industriais. O crescimento da classe média urbana possibilitou o surgimento de *shopping centers*, lojas de departamentos, hipermercados e centrais de materiais de construção, contribuindo para a expansão da Região Metropolitana de Salvador. Esse processo modificou sensivelmente as participações setoriais do PIB baiano² a partir de 1980, em comparação com a década de 70, como mostra o Quadro 1.

O período 1981-1985 foi marcado pela crise da dívida externa brasileira, causada, basicamente, pela elevação violenta da taxa de juros internacional, particularmente pelo aumento da taxa básica do tesouro americano para conter a inflação nos Estados Unidos. Em 1982, a crise foi acentuada e concedeu-se ainda mais prioridade ao ajuste externo, agora monitorado pelo FMI, agravando-se o processo recessivo de maneira perversa. O aumento da capacidade de exportação e uma redução expressiva das importações foram políticas adotadas para cumprir as metas do FMI. Essas medidas visavam, prioritariamente, reduzir o consumo e os investimentos privados para resolver o desequilíbrio externo, e tiveram como resultados: queda acumulada de 6,3% no PIB do Brasil, no período entre 1981 e 1983, aumento do desemprego no mercado formal e aumento do déficit público e da inflação.

A crise econômica nacional da primeira metade dos anos 1980 não reverteu o movimento de transformação da estrutura produtiva na Bahia, consolidando-se, nessa década, a tendência anteriormente esboçada. O impacto recessivo foi menos intenso, dadas as especificidades dos setores líderes, tecnologicamente mais modernos, o que permitiu atenuar a retração da economia brasileira. O crescimento acumulado do PIB da Bahia foi de 15,9%, enquanto o Brasil registrava crescimento acumulado de apenas 7,9% (1980-1984).

No período de 1985 a 1989, ou da chamada Nova República, as condições externas foram mais favoráveis para o Brasil, com a taxa de juros externa e o preço do petróleo declinando de maneira expressiva.

Na visão dos economistas que chegaram ao poder com a Nova República, o principal problema econômico do Brasil era a inflação e medidas de caráter ortodoxo não surtiriam efeitos em uma economia fortemente indexada. Dessa forma, deram início, com o Plano Cruzado, a uma série de choques heterodoxos, cujos resultados foram apenas de curto prazo.

² Apesar da queda de 25,6 pontos percentuais na participação do setor de serviços no período de 1970 a 1980.

A retomada dos investimentos e a elevação do consumo interno, este último causado pelo congelamento de preços e recuperação dos salários, medidas implementadas pelo Plano Cruzado, foram responsáveis pelo crescimento da atividade econômica na Bahia em 1985 e 1986. No período seguinte, também com base no mercado interno, o setor industrial continuou em processo de expansão. Porém, em 1987, a atividade econômica passou por um período de desaquecimento, reflexo de crises estruturais e do fracasso do Plano Cruzado. Com a retração do mercado interno, as vias externas apontavam alguns segmentos industriais como a saída, essa também vinculada aos objetivos de obtenção de saldos positivos na balança comercial brasileira.

Dessa forma, no período compreendido entre 1986 e 1989, vários planos econômicos, ortodoxos e heterodoxos, que visavam à queda abrupta da inflação, foram responsáveis por tentar conter a inflação e estabilizar o déficit público e as contas externas, bem como por reduzir as desvalorizações cambiais, a demanda e a taxa de juros, dentre outras variáveis macroeconômicas, tendo como objetivo maior eliminar a assustadora – e temida por todos os países – recessão. Os planos nesse período foram: Cruzado (1986); Bresser (1987); Verão (1989). O desempenho do PIB do Brasil, entre 1984-1990, foi bem moderado, apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 3,2%, enquanto que para a Bahia o crescimento médio anual foi de 2,8%.

Em resumo, a economia brasileira foi, na década de 1980, marcada por duas fases: o período de 1981-1985, em que o ajustamento externo foi a grande prioridade do governo, com reflexos significativos sobre o nível de atividade, a taxa de desemprego e a inflação; e o período seguinte, de 1986-1989, que foi caracterizado pelos choques econômicos de caráter predominantemente heterodoxo, que provocaram redução da inflação e expansão da atividade apenas no curto prazo, fazendo conter a ameaça do processo hiperinflacionário. A década de 1980 ficou conhecida como “a década perdida” pelo crescimento médio anual do PIB do Brasil de apenas 1,6%.

Gráfico 1

Índice Acumulado do PIB - Brasil e Bahia – 1975 –2000



Os anos da década de 1990 foram caracterizados pelo processo de globalização, acentuado pelo grau de abertura comercial, que exigiu das economias periféricas, como o Brasil, um violento processo de ajuste, afetando, de modo negativo e drástico, as regiões menos desenvolvidas do país. A Bahia se inseriu nesse processo de globalização de maneira eficiente, buscando novas parcerias internacionais e a atração de empresas estrangeiras para investir no estado, dentro dessa nova ordem econômica, na qual o mercado é o mundo.

A reestruturação produtiva exigida pelo processo de abertura comercial e a recessão econômica atingiram sobremaneira a indústria de transformação baiana, em particular a indústria química, que detém aproximadamente 50% do valor agregado industrial. A reestruturação do setor industrial teve reflexos sobre o nível de atividade, com queda acentuada do PIB em 1991 (1,5%).

A partir de 1992, a economia baiana começa a encontrar novamente a trilha do crescimento econômico e o PIB cresce 1,8%, com base em estratégias governamentais de investimentos públicos, após o saneamento fiscal do estado. A atração de novos investimentos começa a dar resultados com a criação do PROBAHIA, programa de incentivos fiscais voltado para o desenvolvimento industrial do estado, atraindo empresas encadeadoras e adensadoras da malha industrial.

A sustentação dessa trajetória de crescimento foi possível devido à dimensão estratégica dos novos vetores de expansão da economia baiana, que são os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose e metalurgia. Com base nesses vetores, a economia baiana, em 1993, continuou crescendo a uma taxa de 3,1% ao ano, enquanto os demais setores ainda buscavam recuperar as posições perdidas durante o período recessivo.

Com a implantação do Plano Real, a Bahia obteve, em 1994, uma taxa de crescimento do PIB de 3,6%, menor que a da economia brasileira, devidos aos efeitos da estabilização econômica com impactos diferenciados no País. Essa taxa de 3,6% fez com que a economia baiana voltasse a apresentar um crescimento positivo acumulado, entre 1990 e 1994, de 6,7%. A renda *per capita*, que vinha caindo desde 1989, cresceu nesse ano 2,4%, mas se manteve abaixo da taxa registrada para o Brasil, que ficou em 4,3%.

Em 1995, para a manutenção da estabilidade econômica, foi necessária a adoção de algumas medidas de caráter contracionista, como a elevação da taxa de juros, restrição ao crédito e o aumento de alíquotas do imposto de importação de alguns produtos. Por outro lado o nível de inadimplência também ajudou a reduzir a demanda agregada. Essas medidas influenciaram o baixo desempenho da economia, que aliada ao baixo desempenho da agricultura (queda de 3,6%), fizeram com que o PIB baiano apresentasse um resultado sofrível de apenas 1,0%.

Em 1996, a economia baiana cresceu 2,7%, taxa idêntica à da economia brasileira. Esse desempenho mostrou uma resposta eficiente aos incentivos

governamentais e às novas oportunidades geradas pelos processos de globalização e de estabilidade econômica. A maturação dos investimentos e as novas inversões atraídas pelas potencialidades do estado revelam uma economia com potencial competitivo em níveis mundiais.

O PIB brasileiro, em 1998, registrou uma taxa de crescimento de 0,1%, de acordo com o IBGE. É uma taxa considerada baixa, mas que refletiu as adversidades que afetaram a economia nacional com o aprofundamento da crise financeira mundial e as medidas econômicas restritivas do governo para assegurar a estabilidade de preços. Essas medidas econômicas impactaram o PIB baiano, que, em 1998, apresentou um pequeno crescimento de 1,7%, uma vez que o comportamento da economia baiana é pautado pelos acontecimentos nacionais e pela política macroeconômica.

O ano de 1999 foi marcado por mudanças acentuadas na condução da política econômica, principalmente na política cambial, com a mudança de câmbio fixo para flutuante, por causa do agravamento da crise internacional e pela perda sucessiva de reservas.

Essa mudança sinalizava uma longa recessão com desestruturação econômica, associada a um forte impacto inflacionário, o que efetivamente não ocorreu devido à ociosidade no setor produtivo e à retração do consumo, sendo estes os elementos sobre os quais atuou a desvalorização cambial, impedindo a elevação acentuada dos índices de preços.

Esses fatores podem explicar os fatos de a recessão e inflação não terem alcançado a magnitude projetada, ensejando um crescimento do PIB nacional de 0,8%. A despeito de suas especificidades, a economia baiana refletiu, em 1999, o desempenho da economia nacional, com um crescimento de cerca de 2,2%.

O ano 2000 foi caracterizado pela continuidade de recuperação da economia brasileira, após dois anos de implementação do programa de governo, que obteve êxito ao superar a crise do final de 1998 e início de 1999, dando vigor ao crescimento econômico. O crescimento real do PIB nacional atingiu 4,4% em 2000, com crescimento positivo de todos os componentes da demanda agregada.

O crescimento de 2,6% do PIB da Bahia, em 2000, foi condicionado por comportamentos bastante desiguais entre os grandes setores econômicos, uma vez que o segmento agropecuário apresentou variação de 23,1%, a atividade industrial, uma queda de 1,2% e o setor de serviços, um incremento de 1,7%.

Assim, nos seis anos do programa de estabilização (1994-2000), a economia baiana manteve uma trajetória de crescimento, embora as taxas ao longo desse período refletissem também as políticas restritivas adotadas pelo governo diante das crises internacionais. A sustentação dessa trajetória de cres-

cimento foi possível devido à dimensão estratégica dos novos vetores de expansão da economia baiana.

A trajetória do PIB da Bahia na década de 90, em resumo, pode ser caracterizada como um miniciclo econômico típico, apresentando todas as fases: depressão, recessão, recuperação e ascensão, conforme observada no Gráfico 2.

Gráfico 2



No triênio 1989-1991, a economia brasileira e a baiana, em particular, passaram por forte recessão, sendo que esta última registrou uma retração de 0,6% no período. Nesses três anos a economia baiana vai da recessão (1989) até a depressão (1991), quando atinge o ponto mínimo (fundo do poço). Entre 1992 e 1995 inicia-se a fase da recuperação, que é caracterizada pelo aumento da utilização da capacidade instalada, sem o aumento correspondente na taxa de investimento (Gráfico 2).

A fase de expansão começa em 1996 e chega ao auge em 1997, quando o PIB cresce 6,6%, a maior taxa da década. Os anos seguintes são de crescimento abaixo da capacidade potencial, devido aos fatores peculiares da economia baiana e à conjuntura, nacional e internacional, adversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da economia baiana ao longo desses 25 anos, feita com base no PIB, mostra um desempenho altamente satisfatório, com crescimento acumulado de 143,8%, destacando-se o período de 1975-1984, que se caracterizou por expressivas taxas de crescimento e de mudanças estruturais na composição do PIB.

Na segunda metade da década de 1980, após a consolidação dos grandes projetos de investimento, a economia baiana entra numa trajetória de cres-

cimento baseada nos efeitos multiplicadores dos investimentos e na ampliação do setor de serviços.

A economia baiana na década de 1990, já analisada detalhadamente, apresentou um crescimento acumulado do PIB de 22,6%, reflexo das mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no país e no mundo, com impactos diretos no estado.

Para o período pós-2002, estão previstos investimentos industriais que deverão alcançar um volume de aproximadamente US\$ 7 bilhões, com a implantação e ampliação de grandes indústrias dos complexos automotivo, papel e celulose, químico-petroquímico, calçadista, eletroeletrônicos, dentre outros. Ocorrendo a consolidação desses investimentos, as taxas de crescimento do PIB da Bahia deverão ser compatíveis com a necessidade de criação de empregos, impactando diretamente as taxas de desemprego.

Outro fator fundamental que tem proporcionado o crescimento e a geração de empregos no estado tem sido a estratégia do governo de atrair empresas industriais para o eixo Metropolitano e para o interior do estado. A maioria dessas indústrias caracteriza-se pelo alto teor tecnológico, como o automotivo, eletroeletrônico, papel e celulose, como também pela demanda elevada de mão-de-obra no processo produtivo, como o setor calçadista.

Esse novo processo contribuirá para garantir a competitividade sistêmica da economia baiana, a qual somente a ação articulada e bem coordenada entre o mercado e o Estado pode assegurar.

Num contexto geral, verifica-se que, apesar de nas décadas de 80 e 90 ter sido adotada uma grande variedade de políticas econômicas, os resultados deixaram muito a desejar. Dentre as principais diferenças, pode-se observar que, na década de 80, a característica principal da economia foi a inflação alta, enquanto que na década de 90 a economia apresentou duas performances: a primeira, de 1990-1994, e a segunda de 1995-1999. Outra diferença observada nos anos 80 foi o fechamento da economia para o mercado externo e os sucessivos congelamentos de preços, enquanto que nos anos 90 ocorreram mudanças estruturais profundas, que reverteram as expectativas da economia com relação ao crescimento, à inflação, à abertura ao comércio internacional, dentre outras variáveis econômicas relevantes.

Contudo, as mudanças da década de 1990, dentre as quais destacaram-se a abertura comercial, a privatização e a regulamentação dos mercados, que, associadas à estabilidade econômica, impulsionaram os investimentos nacionais e estrangeiros, iniciando assim, a reestruturação da indústria nacional, contribuíram, dentre outros fatores também relevantes, para o crescimento econômico do estado e do país.

A AGROPECUÁRIA BAIANA: PRINCIPAIS FATOS DO PERÍODO 1975-2000¹

ANA GEORGINA ROCHA*
ARNO PAULO SCHMITZ**
JOSEANIE MENDONÇA***
MARGARIDA MARIA DE ANDRADE****
PATRÍCIA DA SILVA CERQUEIRA*****

Nas últimas décadas, importantes transformações marcaram a economia brasileira, com impactos significativos na agropecuária. O processo de modernização da agricultura brasileira, baseado no pacote tecnológico da revolução verde, teve início no pós-guerra, porém só foi consolidado, na década de 1970, com a formação dos grandes complexos agroindustriais (CAIs). A implantação, na segunda metade dos anos 1960, da indústria de insumos para a agricultura (agroindústria a montante), juntamente com a já existente indústria transformadora dos produtos agrícolas (agroindústria a jusante), possibilitou a constituição dos CAIs. Essas características delinearão a chamada “industrialização da agricultura”, tal como definida por Kageyama (1996), impondo uma nova dinâmica à agricultura brasileira, com mudanças significativas no campo. A política agrícola, nas décadas de 70 e 80, foi marcada por uma intervenção planejada, com a atuação direta no mercado através de subsídios, créditos e isenções, visando a modernização agrícola.

Na economia baiana, a agropecuária é um segmento de relativa importância, uma vez que a sua participação no PIB estadual total é significativa. O perfil da agricultura estadual é diversificado, contudo, aproximadamente, dois terços do seu produto interno sempre foram gerados por poucos cultivos, sendo que, destes, a quase totalidade é de *commodities* que sofrem fortes oscilações de preço no mercado. Ademais, o nível tecnológico utilizado nos procedimentos agrícolas, desde o preparo da terra até a colheita, é bastante baixo na maioria das regiões produtoras (MOA-SEI/BA, 2001). Outra característica marcante da agropecuária baiana é sua grande população rural. Segundo dados do censo demográfico 2000, trata-se de uma das maiores do país, o que, de certa forma, torna ainda mais relevante a importância desse setor, em razão da renda destinada à manutenção das famílias no campo.

A agropecuária baiana, entre 1975 a 2000, passou por importantes mudanças. Marcaram esse período o próprio processo de modernização, conduzi-

* Economista, mestre em Administração/UFBA e pesquisadora da SEI.

** Mestrando em Economia/UFBA e pesquisador em Economia Rural da SEI.

*** Economista e pesquisadora da SEI.

**** Economista e Técnica de Contas Regionais da SEI

***** Economista, mestranda em Análise Regional/UNIFACS e pesquisadora da SEI.

¹ Por convenção, todas as taxas de crescimento compreendidas entre períodos, levam em consideração a variação do ano inicial.

do em fins dos anos 1960, a maior diversificação da produção, porém com concentração do produto bruto em poucas culturas, e a expansão das fronteiras agrícolas. Dentre as características mais expressivas do espaço rural baiano está a sua forte heterogeneidade, dificultando uma análise conjunta para o setor, já que as diferenças entre as regiões e mesmo intra-regiões são muito grandes. Nesse espaço, têm-se desde o “moderno” ao “tradicional”, da agricultura capitalista altamente mecanizada à agricultura familiar de subsistência, da moderna tecnologia de irrigação à dependência das chuvas e vulnerabilidade à seca.

As taxas de crescimento do valor agregado do setor tiveram um comportamento de fortes oscilações no período, com taxas relativamente baixas e, em alguns momentos, negativas. No entanto, alguns anos foram marcados por forte expansão do crescimento, como 1978 (14,4%), 1985 (27,3%), 1988 (23,3%), 1997 (12,3%) e 2000 (23,1%), quando a agropecuária apresentou taxas anuais de crescimento maiores que a do PIB total. Para melhor analisar o comportamento do valor agregado gerado pela agropecuária em períodos distintos, torna-se desejável verificar os principais fatos que tiveram impactos significativos na composição do produto, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1

Período	Fatos Econômicos	Taxa Cresc. Acum.	Taxa Cresc. Média
1975-1984	Relativa estagnação provocada principalmente por fatores climáticos, notadamente em 1976, 1977, 1981 e 1984.	-4,9%	-0,6%
1985-1986	Início da decadência na produção do fumo, mamona e sisal, bem como queda nos preços internacionais do cacau. Começo da expansão da fronteira agrícola no oeste, principalmente com a produção de soja, e no sul do estado, com a produção de mamão.	36,7%	16,9%
1987-1994	Exclusão de grande parte do semi-árido do zoneamento agroclimático para a produção de grãos (inclusive da região de Irecê, grande produtora de alguns grãos), o que impediu o financiamento de cultivo para vários produtos. Queda na produção de algodão, a partir de 1989, causada pelas pragas, e grande incremento na produção da cana-de-açúcar, tomate, laranja, manga, maracujá e uva (em relação às frutas, o grande propulsor foi o pólo irrigado de Juazeiro). Forte estiagem nos anos 1993/1994. Fim da política de preços mínimos.	-10,0%	-1,3%
1995-2000	Incerteza no início do período em decorrência da implantação do Plano Real; contudo, uma vez restabelecida a confiabilidade, houve uma recuperação do setor.	35,2%	5,2%

De 1975 a 2000, a agropecuária teve uma grande queda na sua participação no PIB estadual, passando de 30,7%, em 1975, para apenas 10,8% em 2000. Essa menor participação está, na verdade, relacionada a dois fatores distintos: primeiro, ao crescimento e surgimento de outras atividades, tais como a criação do pólo petroquímico e a expansão do setor de serviços (comunicações e alojamento/alimentação), denotando a diversificação da estrutura produtiva baiana; e, segundo, à decadência de alguns produtos agrícolas tradicionais, seja por pragas e doenças (algodão e cacau), substituição por outros produtos (sisal) ou por redução da demanda em função de preços ou mudanças no mercado consumidor (fumo e mamona). Todavia, o segmento agropecuário ainda mantém certa importância no PIB estadual, impulsionando a economia e sendo responsável, em alguns momentos, pelo próprio crescimento desse macroagregado.

Considerando a agricultura separadamente, ressaltam-se nesse período a introdução de novos cultivos, a ocupação de novos espaços, o desenvolvimento da agroindústria e mudanças tecnológicas e organizacionais. O meio rural baiano vem assumindo um perfil diferente com novas atividades agrícolas e não-agrícolas (SEI, 1999). Os cultivos “emergentes” surgem paralelamente aos produtos tradicionais, delineando uma pauta com maior diversificação agrícola (CARVALHO JUNIOR *et al.*, 2000).

Dentre as culturas “emergentes”, vale destacar a produção de grãos e de frutas. A partir da década de 80, tem-se a incorporação de novas fronteiras agrícolas. No oeste baiano, ganha força a produção de grãos, particularmente a soja. Na região de Juazeiro, a fruticultura é impulsionada nos perímetros irrigados.

Muitos cultivos tradicionais estão passando por fortes crises, sendo o cacau, dentre eles, o exemplo mais premente, com reduções na área plantada, queda de produtividade tanto do trabalho quanto física, preços baixos (principalmente a partir de 1985), grandes estoques mundiais de amêndoas, substituição e/ou redução do cacau nos “chocolates” e afins, entrada de novos concorrentes (Ásia-Oceania), reestruturação da lavoura e indústria processadora (principalmente na Costa do Marfim, maior produtor mundial), desestruturação do ecossistema, clima adverso, doenças (desde o fim dos anos 1980) e baixo nível de escolaridade dos trabalhadores rurais (COUTO, 2000). Vários outros exemplos podem ser citados, como os do café (SCHMITZ, CERQUEIRA, 2001), algodão e fumo, sendo que muitos dos motivos para a decadência cacauera são também encontrados na crise de outros cultivos.

Ao longo do período analisado, é possível observar uma evolução diferenciada dos produtos. Muitos cultivos apresentaram reduções de área e mesmo de produção. Em contrapartida, o avanço de culturas como a soja vem de certa forma compensando a crise nas lavouras tradicionais. Analisando os principais produtos no valor da produção da agricultura baiana (PAM-IBGE), pode-se considerar que o ano de 1985 marca um momento de inflexão,

quando tem início a crise de algumas culturas e a expansão das fronteiras agrícolas. Em 1985, o cacau representava 36,2% na participação do valor da produção; a mandioca, 10,7%; o café, 9,2%; o feijão, 7,1%. Já em 2000, as culturas com maior destaque foram a mandioca (15,9%), a soja (12,4%); o feijão (8,8%); a cana-de-açúcar (8,5%); o café (6,9%); o milho (6,8%); o cacau (6,8%) e o mamão (4,9%). Com a crise, o cacau perdeu grande importância no Valor Bruto de Produção (VBP) total da produção agrícola, cedendo espaço para novas culturas como a soja e o mamão. Na PAM-IBGE de 2000, o cacau aparece na sétima colocação em relação ao VBP total e o café passou de terceiro, em 1985, para o quinto colocado no *ranking* das principais culturas. O feijão passou de quarto para terceiro, e a soja assumiu a segunda colocação, com a mandioca ocupando o posto de principal produto. Algumas culturas merecem destaque nos anos 1990, como as frutas que obtiveram taxas de crescimento significativas, principalmente a manga, o maracujá, a laranja e a uva, além do mamão a partir da segunda metade da década de 1980.

A produção de frutas em grande escala está associada à implantação e à difusão dos sistemas de irrigação, concentrados no pólo Juazeiro/Petrolina. A fruticultura irrigada tem demonstrado alta competitividade e dinamismo, garantindo aos agricultores do Vale do São Francisco o *status* de produtores tecnificados. A atividade passou por intenso processo de modernização, com o aprimoramento de técnicas, a seleção de mudas, a irrigação etc., viabilizando a melhoria da qualidade, a introdução de novas espécies e a abertura de mercados consumidores.

A agricultura ainda se configura como o subsetor mais importante da agropecuária. No entanto, é importante observar que outros subsetores apresentam uma tendência à expansão, com novos investimentos que apontam para um movimento crescente de diversificação na estrutura produtiva da agropecuária.

A **Pecuária** é o segundo segmento em importância na agropecuária baiana, destacando-se a produção de bovino para corte e a produção de leite. No período compreendido entre 1975-1980, a pecuária bovina apresentou resultados positivos, com os preços do boi gordo para corte superiores aos preços dos insumos utilizados na atividade, ou seja, com as relações de troca estáveis. Já entre 1980-1985, a relação é inversa. Considerando toda a década, a agropecuária exibe taxas anuais de crescimento muito baixas, apresentando melhor performance nos anos de 1978, 1980 e 1985, com taxas de 14,4%, 5,5% e 27,3%, respectivamente. Nesse período, é característico o baixo índice de produtividade no setor, fruto de um sistema pouco empresarial e tecnologicamente atrasado. Entre os anos 1985-2000, a atividade da pecuária experimentou um fraco desempenho, tendo apresentado um crescimento moderado no período, com uma taxa acumulada de 16,15%.

Na segunda metade da década de 1990, mais especificamente a partir de 1996, a pecuária bovina apresenta um maior incremento na atividade, propiciado por medidas e ações implementadas pelo governo tais como: a) pro-

grama de combate à febre aftosa, com recursos garantidos pelo governo do estado; b) redução na alíquota do ICMS, como incentivo aos matadouros frigoríficos, e abate em estabelecimento com inspeção sanitária. Essas medidas tinham como objetivo modernizar a pecuária, melhorando a qualidade do produto e a eficiência tecnológica, além de garantir preços mais competitivos. A região oeste da Bahia já experimenta esses avanços, mais especificamente na produção do novilho precoce, contando com incentivos fiscais e assistência técnica do Programa Novilho Precoce.

A **Granja** é a atividade de menor peso da agropecuária baiana, embora apresente um forte dinamismo impulsionado pela produção de aves. No período 1985-2000, o setor granjeiro teve uma taxa de crescimento acumulada de 108,07%, sendo que a atividade evidenciou maior expansão nos anos de 1986 (13,4%), 1990 (12,8%), 1998 (14,9%) e 2000 (21,0%).

A Bahia não tem tradição na criação de aves para corte e postura. Até 1997 não havia matadouros frigoríficos industriais que contribuíssem para que a avicultura de corte obtivesse o mesmo crescimento observado no sul e sudeste do país. O estado não opera ainda com uma tecnologia mais avançada nessa atividade em decorrência principalmente de alguns fatores: a) ser explorada por avicultores independentes, os quais ficam vulneráveis às oscilações de mercado devido aos choques entre demanda e oferta, o que contribui para deixar o setor operando com certo grau de incerteza; b) requerer escala de produção e higiene das criações, mas ainda permanece com métodos tradicionais; c) enfrentar a dependência de insumos (ração para alimentação); d) ser forte a concorrência das granjas que já utilizam tecnologia de ponta. A oferta crescente de grãos, principalmente na região do oeste, é um fator que vem potencializando a atividade, possibilitando a redução de custos e a melhoria da competitividade. Com a implantação do complexo industrial de proteínas animal da AVIPAL e dos projetos de matadouros frigoríficos na região de Feira de Santana, há expectativas de mudanças nas formas de exploração da atividade.

A **Silvicultura** tem pequena participação no valor agregado da agropecuária. A produção de madeira em tora, carvão vegetal e lenha representa 90% da atividade da extrativa vegetal e tem sua produção decrescente ao longo desse período. A atividade florestal, estimulada pela política de incentivos fiscais entre 1975-1982, apresentou boa performance na produção, que era direcionada para atender à demanda da indústria de papel e madeira. Após esse período a prioridade da produção de carvão vegetal é direcionada para uso energético.

Mais recentemente, a atividade vem despontando como excelente opção de investimento. A área para reflorestamento de eucalipto e pinus tem apresentado crescimento contínuo desde o início da década de 1990. O reflorestamento no extremo sul da Bahia vem apresentando excelente produtividade. Grande parte da produção de madeira é absorvida pela Bahia Sul Celulose para a indústria de papel e celulose.

A **Pesca**, no estado, é considerada uma atividade tradicional e artesanal. Sua participação no conjunto da agropecuária também é pequena. Porém as suas taxas médias anuais de crescimento no quinquênio 1975-1980 (6,9%) foram expressivas quando comparadas com as da década 1975/1985 (7,7%). Esse impulso na atividade pesqueira no período observado foi incrementado pela ação cooperativa da CEPLAC nas regiões sul e extremo sul do estado, como também pela introdução de criação em cativeiro. Atualmente, a Bahia detém o recorde nacional de produtividade de camarão em cativeiro, com resultados crescentes, estimulados pela redução do ICMS na comercialização e pelo cultivo em água doce desenvolvido no âmbito do projeto de piscicultura de Sobradinho, com infra-estrutura de produção e comercialização.

Resumidamente, pode-se afirmar que, no período observado, os primeiros 20 anos foram de muita oscilação. A partir de 1985 iniciou-se a alteração estrutural no setor agrícola, com o avanço de novas culturas apoiadas na expansão da fronteira agrícola (oeste do estado) e na tecnologia (perímetros irrigados), o que de certa forma compensou, em parte, a retração do setor (causada pela decadência de alguns produtos tradicionais e pelas estiagens) até a metade dos anos 1990, quando, após a consolidação das novas atividades, obtiveram-se taxas de crescimento bastante satisfatórias. Contudo, não foi possível recuperar os níveis iniciais de participação no PIB total e talvez o setor não fosse capaz de fazê-lo nem mesmo se as culturas tradicionais alcançassem, hoje, seus antigos patamares de renda. Considerando a agropecuária em conjunto, vale considerar o potencial de expansão dos demais subsetores. Nesse sentido, novas estratégias são necessárias para fomentar outras atividades agropecuárias e encontrar novas alternativas que possam vir a gerar renda para a população no campo e garantir o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO JUNIOR, César Vaz; COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. Atualidades, perspectivas e desafios para o espaço rural baiano. Bahia 2000. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p.23-77.
- COUTO, Vitor de Athayde. O território do cacau no contexto da mundialização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, n.4, v. 9, p. 38-52, março, 2000.
- KAGEYAMA, Angela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1996.
- Pesquisa MOA – Ocupação da Mão-de-Obra Agrícola. Bahia – 1998-1999. Salvador: SEI. n. 01, v. 01, 2001.
- SCHMITZ, Arno Paulo e CERQUEIRA, Patrícia da Silva. O novo acordo no mercado intermacional do café e seus reflexos na economia do Brasil e da Bahia. *Conjuntura & Planejamento*. Salvador: SEI, n. 75, agosto 2000.
- SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Novos mundos rurais baianos*, Salvador - Bahia, 1999 (Série estudos e pesquisas, 42).

O SETOR INDUSTRIAL BAIANO SOB A ÓTICA DO PIB

CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO*

Tomando-se por base os dados das Contas Regionais, com resultados do PIB da Bahia, elaborados pela SEI, verifica-se que, em termos do Valor Agregado Bruto (VAB), entre 1975-2000 a indústria baiana registrou crescimento acumulado de 196,7%, enquanto que a taxa média anual foi de 4,4%. Observa-se que no período compreendido entre 1980-2000 o crescimento acumulado foi de apenas 40,5%, pois, nesses vinte e cinco anos, o setor obteve seu grande impulso no primeiro quinquênio, quando cresceu 111,2%. Esse incremento acumulado é evidente em todos os segmentos do setor industrial – indústria de transformação (304,4%), construção (138,9%) e serviços industriais de utilidade pública (315,2%) –, exceto na indústria extrativa mineral, que caiu 41,2% entre 1975-2000. No primeiro quinquênio do período o crescimento foi extraordinário para esses setores, 147,1% para a indústria de transformação, 179,2% para serviços industriais de utilidade pública e 121,1% para a construção.

INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A mineração é uma atividade em que a Bahia ocupa a quinta posição entre os estados brasileiros, liderando a produção ou sendo o único produtor de importantes bens minerais, como magnesita, cromo, cobre, barita, entre outros. (ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2001).

A queda acumulada do valor agregado bruto do setor extrativo mineral, já referida, acarretou uma taxa média anual de crescimento de -2,1%. Apenas entre 1980-1985 o setor obteve taxa média anual positiva (1,9%), acumulando, no final do período, uma taxa de 9,9%.

A participação desse setor, que em 1975 era de 4,1%, alcança, em 1984, um elevado crescimento, 8,1%, e, em 2000, apresenta queda de 1,4% no PIB baiano. A crise da indústria extrativa mineral intensifica-se a partir de 1986 com o fim da exploração econômica de diversos poços de petróleo, agravando a crise do setor industrial baiano. Segundo o Desempenho da Mineração na Bahia (2002), “de fato, a produção de petróleo bruto que era de 4,0 milhões de m³ em 1990, passou para 3,4 milhões de m³ em 1994, reduziu ainda mais para 3,0 milhões de m³ em 1997, até ser de apenas 2,68 milhões de m³ em 1999.”

É interessante ressaltar que qualquer alteração significativa na produção de petróleo tende a influenciar decisivamente no valor do VAB para o total da

* Carla Janira Souza do Nascimento é economista e pesquisadora da SEI.

atividade, muitas vezes ocultando o crescimento dos demais segmentos do setor extrativo mineral.

Assim, segundo o ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO (2001), em 2000, o segmento de produtos energéticos era o de maior participação no valor da produção mineral baiana, cerca de 68,0%. Os demais segmentos, produtos metálicos e produtos não-metálicos, participavam, respectivamente, com 14,2% e 17,8%.

Conforme dados do Sumário mineral (2001), a produção brasileira de cromita, em 2000, foi de 600 mil toneladas, equivalentes a 276,1 mil toneladas de cromo contido. Da produção interna dessa *commodity*, a Bahia participou com 63,3%, através da Cia. Ferro-Ligas da Bahia S/A (FERBASA), com 59,5%, e da Magnesita S/A, com 3,8%. Da capacidade nominal instalada de produção, de 366,8 mil t/ano de concentrado, 45,5% localiza-se na Bahia.

A quase totalidade da produção brasileira de magnesita bruta e calcinada é proveniente do estado da Bahia (98,0%), contribuindo o estado do Ceará com apenas 2,0%.

Outro mineral produzido na Bahia é o cobre contido no concentrado, que alcançou, em 2000, um total de 31,8 mil toneladas (88,3 mil toneladas de concentrado, com teor médio de 36,0%), representando um incremento de 1,3% relativamente a 1999.

A Bahia é responsável por 96,0% da produção de barita nacional e os estados de Minas Gerais e Paraná pelos restantes 4,0%. As minas mais importantes estão situadas nos municípios de Camamu, Ibitiara, Contendas do Sincorá e Seabra, e nas regiões de Macaúbas e Piraí do Norte. As maiores empresas produtoras do estado são: Química Geral do Nordeste S/A. (QGN), controlada pelo Grupo Carbonor/Church & Dwight Co., com unidade industrial instalada em Feira de Santana; Baroid Pigmina Comercial e Industrial Ltda., controlada pela Halliburton Ltda., instalada na Ilha Grande, município de Camamu; e Mamoré Mineração Ltda., controlada pelo Grupo Paranapanema, com jazida em Seabra e unidade de moagem em Maiquinique.

Segundo o ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO (2001), o valor da produção mineral da Bahia atingiu a cifra de R\$ 1,56 bilhão em 2000, o que representa 4,6% do total da produção brasileira. À frente da Bahia encontram-se Rio de Janeiro (47,4%), Minas Gerais (13,2%), Pará (7,0%) e Rio Grande do Norte (4,9%). Quando desagregada essa produção em segmentos, observa-se que a Bahia ocupa o quarto lugar no que se refere a produtos metálicos, com participação de 3,2% no total; o sexto (5,0%), no caso de não-metálicos, e o terceiro, em produtos energéticos, com 5,0% da produção total.

Entre outros fatores que determinaram as taxas negativas nesse setor, na década de 1990, destaca-se o limite estabelecido pela Constituição de 1988 relativamente à participação do capital estrangeiro na mineração, o que levou a serem significativamente reduzidos os investimentos internacionais

no país nas atividades de pesquisa mineral e de lavra, com reflexos na economia mineral do estado. Outro fator que também contribuiu para a retração da atividade foi a abertura comercial que impôs o fim do controle dos preços no mercado interno, levando muitas empresas nacionais a, no curto prazo, desativarem suas minas ou trabalharem com saldos negativos. Por outro lado, com o passar do tempo algumas empresas tornaram-se mais competitivas, reduzindo custos e aumentando a produtividade para concorrer com os produtos importados e manter-se no mercado, ainda que sem grandes lucros.

O programa de privatização também repercutiu negativamente sobre o setor mineral, uma vez que separou as atividades de mineração do cobre daquelas de sua transformação metalúrgica; sendo esta última a que agregava maior valor ao complexo mínero-metalúrgico, é evidente que essa separação foi desfavorável ao setor mineral. Note-se que, logo a seguir, também a atividade mineral cuprífera foi privatizada (DESEMPENHO DA MINERAÇÃO NA BAHIA, 2002).

O segmento do ouro sofreu com o desentesouramento realizado pelos bancos centrais de vários países, que venderam os seus estoques de ouro, superofertando o metal no mercado internacional, o que fatalmente impôs a queda da sua cotação nas transações de ouro físico a níveis inferiores aos custos para sua extração. Na Bahia, a empresa Jacobina Mineração encerrou as suas atividades por absoluta falta de condições financeiras, dado que o preço do ouro encontrava-se 100 dólares abaixo dos custos operacionais, sendo suficiente apenas para cobrir seus custos fixos.

Com relação às vendas externas, as exportações de minerais representaram para a Bahia a captação de US\$ 108,4 milhões em 2000, dos quais 28,2% advindos das vendas de ouro em barras, com participação setorial de 5,6% no total das exportações e crescimento de 3,7% em relação ao ano de 1999.

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari, em 1972, deu-se a partir de elevados investimentos, viabilizados por incentivos fiscais, incentivos regionais e por mecanismos de capitalização das empresas através de participação acionária, que resultaram no modelo tripartite adotado: empresa estatal, empresa estrangeira e empresa nacional.

No período compreendido entre 1975-1980, a indústria baiana de transformação, apresentou um vigoroso processo de transformação e crescimento. É nesses anos que se consolida na Bahia a estrutura industrial de perfil complementar às indústrias do Centro-Sul, centrada basicamente na produção de bens intermediários, principalmente petroquímicos.

Na primeira metade da década de 1980, o setor industrial de transformação registra taxa média de crescimento de 4,7% a.a. A expansão é determinada pela continuidade dos investimentos petroquímicos no Pólo de Camaçari e

por novas inversões no parque metalúrgico, que determinaram um desempenho diferenciado frente ao conjunto do país, que já se defrontava com uma séria crise econômica (SPINOLA, 1998). A partir de 1985, o ritmo de crescimento torna-se mais lento, dificultando o ingresso de novos investimentos. Esse movimento é resultado do processo de desaceleração da atividade econômica na Bahia. Durante esse quinquênio o setor de transformação industrial exibe taxa média de crescimento do VAB menor (1,6% a.a.) do que as registradas nos dois quinquênios anteriores (1975-1980, 19,8% a.a. e 1980-1985, 4,7% a.a.).

A década de 1990 inicia-se com perspectivas pouco favoráveis à retomada da economia baiana, pois foi caracterizada pela recessão econômica, pela abertura comercial e por uma forte reestruturação das empresas. Entre 1990-1995, o VAB da indústria de transformação baiana cresceu em média apenas 1,3% a.a. O complexo químico-petroquímico, principal segmento da indústria de transformação, afetado fortemente pela recessão, escoou a produção através do mercado externo, que tinha baixos preços para os produtos baianos.

O avanço da globalização, com os movimentos de abertura comercial, principalmente a partir de 1990, intensifica a crise no setor industrial baiano de transformação, uma vez que os bens intermediários produzidos na Bahia chegam mais caros ao Centro-Sul que aqueles importados por essa região, perdendo competitividade e, portanto, mercado. Ademais, a queda dos preços das *commodities* petroquímicas no mercado internacional precipita a crise do setor petroquímico (FIEB, 1998).

O setor metalúrgico, que nos anos 1980 se expandira graças à Petrobrás, à ampliação do sistema de incentivos fiscais, aos créditos interno e externo abundantes e às políticas de expansão do setor produtivo estatal, a partir de 1990 atravessa a crise com perdas nas vendas, paralisação de unidades de produção e falência de algumas empresas. Entretanto, no final da década apresenta um bom desempenho, resultado alcançado com a alta de preços, no mercado internacional, dos produtos metalúrgicos baianos, que se tornaram mais competitivos.

Em 1992, entra em operação uma importante empresa do ramo de celulose e papel no extremo sul do estado, que contribuiu para o processo de revitalização da indústria baiana, ainda que reforçasse sua condição de produtora de bens intermediários. No quinquênio de 1995-2000 a indústria de transformação baiana registra uma taxa média de crescimento mais elevada que nos quinquênios 1985-1990 (1,6% a.a.) e 1990-1995 (1,3% a.a.), de 2,5% a.a. Como elemento propulsor da dinamização dos anos entre 1995-2000 tem-se a estabilização propiciada pelo Plano Real, que possibilitou a entrada de investimentos externos diretos – é nesse período que a Bahia age agressivamente para atrair capitais recorrendo desde a programas de investimentos como os do Probahia, primeiro deles, até os do Complexo Ford.

Cabe destacar que, em 2000, os mais importantes gêneros da indústria de transformação são os mesmos do ano de 1985: química, com participação de 57,1%; metalurgia, 16,8%, e produtos alimentares, com 6,0%. Vale ressaltar que o segmento de produtos alimentares perdeu a segunda posição a partir de 1992, em decorrência da crise cacaueteira.

SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

A atividade serviços industriais de utilidade pública tem pouca representatividade no PIB baiano, aproximadamente 3,8%. Esse setor, como os demais, teve grande impulso na segunda metade da década de 1970, quando houve grande desenvolvimento industrial, demandando investimentos elevados em eletricidade e em abastecimento de água. Nesse período, a taxa média de crescimento alcançou 22,8% a.a., acumulando variação positiva de 179,2%.

Nas duas últimas décadas, quando a taxa média anual do setor ficou em torno de 2,0%, a expansão baseou-se principalmente no aumento da produção de eletricidade, que tem participação no setor de cerca de 75%. O mercado de energia elétrica no estado da Bahia é composto por três empresas de fornecimento: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), que detém a concessão como distribuidora; Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), que atende dez clientes industriais, na tensão 220kW; e Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), que gera energia para seu próprio consumo e fornece-a a 27 indústrias localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari. Em 2000, a participação da COELBA no mercado foi de 59,3%.

A industrialização do estado alavancou a produção de eletricidade de uso tipicamente industrial. O uso intensivo de energia no setor industrial é explicado pelas suas características: alta relação capital/trabalho, com utilização de tecnologias eletrointensivas. Além do maior uso de energia por conta do setor industrial, houve um aumento da demanda no setor agropecuário, o que se deveu à mecanização da agricultura, com intenso emprego da irrigação, e à expansão das fronteiras agrícolas do Estado.

Na classe residencial de consumo o aumento da demanda por eletricidade pode ser explicado pelas crescentes taxas de urbanização, aumento populacional e difusão do uso de produtos eletrodomésticos, além de pela expansão do programa de eletrificação na zona rural. A expansão da produção de energia hidráulica deveu-se basicamente à entrada em operação da Usina de Itaparica, à recuperação dos níveis de produção de Paulo Afonso e à expansão do mercado consumidor nordestino. Esse setor sofreu queda significativa entre 1985-1990, a taxa média registrada sendo de -1,3% a.a., enquanto que a taxa acumulada no período foi de -6,1%. Esse desempenho negativo pode ser creditado a uma redução na geração de energia elétrica, motivada pela queda de produção das usinas de Paulo Afonso e Sobradinho.

Na década de 1990, a participação das usinas térmicas ainda que pouco expressiva, constituem-se em uma importante fonte de geração de eletricidade, complementando o volume gerado pelas usinas hidráulicas.

Ainda nesta década entrou em operação a Usina Hidrelétrica de Xingó, pertencente à CHESF e situada no rio São Francisco, no baixo curso da bacia do São Francisco, nas divisas dos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. A primeira unidade geradora entrou em operação em 1994, duas em 1995 e outras duas em 1996. A última unidade entrou em operação no final de 1997, concluindo-se a primeira etapa da UHE Xingó com seis unidades, proporcionando uma potência instalada de 3000 MW. Xingó é responsável por 25% da produção de energia do Nordeste. A área de influência do empreendimento compreende a região a jusante do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso até a cidade de Piranhas, em Alagoas, e o povoado de Canindé do São Francisco, em Sergipe.

O abastecimento de água e saneamento básico, outro componente do VAB dos serviços industriais de utilidade pública, é oferecido principalmente pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). Apresentando, em 2000, participação de 82,0% no estado, essa empresa, em 1980, participava com 65% do total do mercado de abastecimento de água e saneamento básico. Na década de 1990, ela obteve um aumento de 126,5% no número de localidades abastecidas. Em 1992, a população abastecida com água era de cinco milhões de habitantes; em 2000, esse número passou para 7,1 milhões de habitantes. A população atendida com esgotamento sanitário passou de 668 mil habitantes para 1,3 milhão. Esses dados mostram uma evolução nesse segmento, decorrente principalmente do aumento da população e da taxa de urbanização nas últimas décadas.

CONSTRUÇÃO

O setor de construção teve grande impulso entre 1975-1980, quando registrou incremento médio da ordem de 17,2% a.a., acumulando, no período, um crescimento de 121,1%. Na década seguinte (1980-1990) esse setor passa por uma crise, acumulando um decréscimo de 11,4%, enquanto que, entre 1990-2000, cresce a uma taxa média anual de 2,0%. Nessas duas últimas décadas, a indústria da construção acumulou taxa positiva de 8,0%. De fato, o setor de construção é um dos que possuem maior peso na estrutura do PIB da Bahia – em 1975 representando 6,3% do PIB estadual, em 2000 já atinge 10,2%.

O complexo da construção foi beneficiado, na segunda metade da década de 1970, por vários fatores, tais como programas de investimentos públicos em obras de infra-estrutura, saneamento e urbanização, demanda de imóveis, e, ainda, montagem industrial, principalmente com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (FIEB, 1995). A industrialização do estado, o crescimento e a modernização da cidade de Salvador e a expansão de suas áreas comerciais propiciaram o surgimento de excelentes oportunidades para o com-

plexo da construção, acelerando o seu desenvolvimento. Por outro lado, a expansão da malha rodoviária do estado e a construção de obras hídricas e de saneamento básico foram de fundamental importância para o crescimento e consolidação do segmento específico da indústria de construção voltado para a demanda pública. Por sua vez, a demanda por imóveis residenciais e comerciais, impulsionada pela elevada taxa de crescimento demográfico dos grandes centros urbanos – Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Ilhéus – propiciou a entrada de grandes empresas no ramo de construção de edificações residenciais e comerciais.

Na primeira metade da década de 1980, as atividades de construção já apresentam claros sinais de desaquecimento. Apesar do cenário favorável ao crescimento da economia baiana, os efeitos perversos da crise nacional impediram a manutenção do ritmo de investimentos, sobretudo na construção pesada, financiada principalmente pelo Estado.

A partir de meados da década de 1980, a expansão da crise nacional obrigou o Estado a minimizar as suas despesas orçamentárias, causando redução de sua demanda por obras de infra-estrutura e edificações públicas. Assim, o segmento de construção reorientou a sua oferta para obras de edificações privadas (residenciais e comerciais), culminando em sérias dificuldades com relação à inadimplência por parte dos clientes, o que comprometia o seu capital de giro.

Obedecendo ao seu caráter pró-cíclico, a participação do VAB de construção no total do PIB da Bahia chegou a atingir, em 1988, 4,7% (em 1986 era de 9,6%), refletindo as agruras de uma recessão prolongada. É interessante ressaltar que quase todos os ramos de atividade do setor secundário são atingidos pela crise no setor de construção, que também faz sentir seus efeitos sobre o terciário, nas atividades de comercialização de materiais de construção e de venda e financiamento de imóveis. Entretanto, convém considerar que, no caso da Bahia, parte desses efeitos multiplicadores se materializam fora do estado, basicamente nos setores produtores de máquinas e equipamentos utilizados pela construção.

Graças ao desempenho do mercado imobiliário entre 1994-1995, o setor teve crescimento acumulado significativo nesses dois anos: 7,0%. Em 1995, foram lançados planos de autofinanciamento, a exemplo do Plano 100 Suarez, Sistema Ótimo Lebram, Compra Ideal MRM e outros. Entre 1995 e 2000, o complexo da construção apresenta um desempenho também significativo (acumulando 23,8% no período), impulsionado pela realização de infra-estrutura em centros de lazer, entretenimento e turismo e obras de saneamento do Projeto Bahia Azul, assim como pela construção de pequenas unidades fabris.

Em 1996, o segmento de centro de lazer, entretenimento e turismo destaca-se pelo investimento no Shopping Lapa e em pequenos shoppings de bairro e, no final da década, têm lugar os primeiros investimentos no empreendi-

mento Aeroclube Plaza Show. Nesse período iniciam-se também as obras de ampliação do Aeroporto Dois de Julho (BALANÇO ANUAL, 1995). Além desses, destacam-se, no final da década de 1990, investimentos em obras de recuperação e construção de vias de escoamento, estradas etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO. Brasília: DNPM, v. 30, 2001.

BALANÇO ANUAL. Bahia. São Paulo: Gazeta Mercantil. n. 1-8, 1994-2001.

DESEMPENHO DA MINERAÇÃO NA BAHIA: 1989 a 2000. Salvador: SIC. COMIN/UFBA, 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. *Industrialização na Bahia: construindo uma nova estratégia*. Salvador: FIEB, 1995. 208 p.

_____. *Programa estratégico de desenvolvimento industrial do Estado da Bahia*. Salvador: FIEB/SEI, 1998. 190 p.

SPINOLA, N. D.; ARAÚJO, L. C.; PEDRÃO, F. C. *Políticas e estratégias para o desenvolvimento industrial e comercial da Bahia no século XXI*. Salvador: Kanzeon, 1998. 336 p.

SUMÁRIO MINERAL. Brasília: DNPM, v. 21, 2001.

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O SETOR DE SERVIÇOS NA BAHIA

GUSTAVO CASSEB PESSOTI*
ÍTALO GUANAIS AGUIAR PEREIRA**

A Bahia tornou-se, nas últimas décadas, uma economia na qual o setor serviços gera aproximadamente 85% do emprego da Região Metropolitana de Salvador¹ e responde por quase metade do PIB estadual, numa trajetória semelhante à da evolução econômica do Brasil.

A economia baiana não ficou alheia à mudança estrutural operada em âmbito nacional e internacional, que levou à expansão dos serviços². Assim, no estado, a evolução desta atividade seguiu aquela observada na conjuntura nacional, ou seja, a industrialização e seu corolário, a urbanização acelerada desde os anos 70, que acarretaram um aumento sensível da participação das atividades de serviços, provocando uma transformação na estrutura econômica estadual. Foi uma evolução positiva, tanto do ponto de vista do emprego como da renda, ainda que essa expansão seja diferente do avanço da terceirização ocorrida em outras economias, nos aspectos da ocupação da mão-de-obra, da produtividade e dos preços, todas variáveis historicamente determinadas pelo desenvolvimento político, social e econômico da Bahia (ALMEIDA, 2000).

O setor de serviços é o que apresenta a maior participação na estrutura do PIB da Bahia. Apesar de não possuir uma atividade específica, a exemplo da indústria de transformação, que engloba aproximadamente 25% do valor agregado total da economia do estado, juntas, as atividades ligadas ao comércio, alojamento e alimentação, transportes, comunicações, instituições financeiras, imobiliárias, administração pública, educação e saúde, serviços sociais e domésticos representaram 48,7% do total da atividade baiana no ano 2000.

Quando se faz uma análise retrospectiva, percebe-se que, mesmo na década de 60, quando a economia baiana era basicamente agroexportadora e baseava-se no cultivo do cacau, o setor de serviços já se destacava como gerador do maior valor agregado no estado, com participação na composição do PIB baiano superior a 48%.

* Gustavo Casseb Pessoti é economista, especialista em Planejamento Regional pela UFBA e Gerente de Estudos Econômicos da SEI. E-mail: gustavop@sei.ba.gov.br.

** Ítalo Guanais Aguiar Pereira é economista, técnico da SEI e especialista em População e Desenvolvimento Sustentável pelo United Nations Population Fund (UNFPA) e Universidade do Chile.

¹ Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED - Região Metropolitana de Salvador, 1999.

² Cabe ressaltar: “serviços” equivale à antiga nomenclatura “terciário”, ou seja, trata-se da tradicional classificação das atividades econômicas em primárias (agropecuária), secundária (indústria) e terciárias (comércio, transporte e serviços). Atualmente, as Contas Nacionais e a literatura econômica privilegiam a notação “serviços” para designar este último conjunto de atividades econômicas. Entretanto, não há unanimidade nessa literatura sobre uma classificação para os serviços; distintos critérios podem ser relevantes: intensidade de capital, destino final ou intermediário da produção, grau de qualificação dos trabalhadores e muitos outros.

A partir de meados da década de 70 e por toda a década de 80, começa-se a perceber uma inversão na composição do PIB do estado. Com o processo de industrialização acontecido no Nordeste, oriundo dos programas de investimento realizados pelo II PND, a Bahia transforma-se em verdadeiro centro produtor de bens industriais de segunda geração, isto é, bens de consumo intermediário. Com a Criação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no início da década de 70, o setor secundário começa a ganhar destaque e, aos poucos, a economia baiana vai se tornando industrial. Ao longo da década de 80 o setor industrial passa a ditar o ritmo de crescimento da economia do estado.

Entretanto, a partir da década de 90 a indústria baiana começa a se ressentir de sua própria característica principal: sua dependência da demanda das indústrias que, na composição de seus bens finais, utilizavam como produtos intermediários os bens produzidos pela indústria química baiana. Com a abertura comercial e o acirramento da concorrência internacional, novos pólos produtores de insumos petroquímicos³ foram criados, obrigando a Bahia a uma adaptação às novas condições de mercado.

Esse fato tem grande relevância para a análise dos serviços, pois, devido ao processo de reestruturação produtiva ao qual foi submetido o Parque Industrial Baiano, houve novamente uma inversão na geração de valor agregado no estado, que se tornava novamente, em sua maior parte, terciário. A necessidade de ganhos de economia de escala e a crescente automação verificada no setor industrial fizeram com que milhares de pessoas perdessem o emprego na indústria. Além disso, a terceirização dos serviços tornava-se uma saída alternativa para as indústrias menores de adaptação ao processo de reestruturação, pois transferia para as empresas prestadoras de serviços a obrigação do pagamento de encargos trabalhistas. Esses fatos contribuíram para o aumento na geração de valor agregado no setor de serviços, bem como geraram a formação de um grande contingente de trabalhadores informais, que se deslocavam para a Região Metropolitana de Salvador, oriundos de outras regiões do estado e do país.

Assim, o setor serviços assumiu uma função “esponja”, absorvendo a mão-de-obra que, expulsa de outros setores, não encontrava postos de trabalho nos demais segmentos da economia. Devido ao fato de muitas das atividades de serviços não possuírem grandes barreiras à entrada de novos concorrentes houve um considerável crescimento do número de trabalhadores autônomos, principalmente a partir da década de 90.

Além disso, a partir da segunda metade da década de 90, houve, segundo Nunes Filho (2002), uma evolução na participação dos serviços no PIB da Bahia influenciada pelo aumento do poder aquisitivo (renda real), possibilitado pela relativa estabilidade gerada pelo Plano Real, incidindo sobre as atividades do comércio varejista, com a inserção de novos consumidores a

³ Dentre eles destacam-se os de Triunfo, no Rio Grande do Sul, Paulínea, em São Paulo, e Baía Blanca na Argentina, além de centros alternativos, como os do Chile e Venezuela.

mercados de bens antes exclusivos das classes média e alta⁴. Cabe mencionar ainda os crescentes investimentos em infra-estrutura turística e no ramo de comunicação, que também ampliaram a oferta de serviços cada vez mais especializados na Bahia nesse mesmo período.

Um outro aspecto importante na análise do setor serviços refere-se ao seu desempenho na atenuação dos movimentos cíclicos na economia. Nesse sentido, a administração pública assume importante papel, através de seus gastos, tanto aumentando a geração de emprego como da renda. No caso da Bahia, os gastos Governo em serviços representam, em média, 12% do PIB do estado ao longo do período 1975-2000.

Entre 1975 e 2000 o setor de serviços cresceu a uma taxa média geométrica de 4,2%, acumulando, no mesmo período, mais de 182% de crescimento. Dentre os segmentos que mais se destacaram e contribuíram na formação dessas taxas estão Comunicação, com crescimento acumulado superior a 7.200%; Alojamento e Alimentação, com mais de 522% acumulado, além de Comércio, que registrou taxa acumulada superior a 177% (Ver Tabelas 1 e 2).

Tabela 1

Taxa Média de Crescimento dos Serviços Segundo Categorias de Atividade Bahia 1975-2000						%
Atividades	75-80	80-85	85-90	90-95	95-00	75-00
Alojamento e Alimentação	19,9	4,1	5,5	4,9	4,3	7,6
Comércio	11,9	1,8	4,5	1,6	1,4	4,2
Comunicação	40,2	17,5	13,6	10,8	13,8	18,7
Transporte	9,6	6,7	3,8	1,0	7,1	5,6
Serviços	9,2	3,6	3,6	2,3	2,7	4,2
PIB	8,8	3,1	1,7	1,6	3,1	3,6

Fonte: SEI

Tabela 2

Taxa Acumulada de Crescimento dos Serviços Segundo Categorias de Atividade Bahia 1975-2000						%
Atividades	75-80	80-85	85-90	90-95	95-00	75-00
Alojamento e Alimentação	148,2	22,0	30,8	27,2	23,7	522,3
Comércio	75,8	9,1	24,9	8,2	7,1	177,7
Comunicação	441,1	123,7	89,3	67,2	91,2	7.219,6
Transporte	58,2	38,3	20,7	5,3	41,2	292,8
Serviços	55,5	19,1	19,2	12,0	14,1	182,2
PIB	52,6	16,5	8,7	8,2	16,6	143,3

Fonte: SEI

⁴ Principalmente no mercado de bens duráveis e semiduráveis, como o de eletrodomésticos em geral.

Analisar-se-ão, a partir da próxima seção, os principais setores que compõem os serviços na Bahia. Vale salientar que possíveis repetições nas análises propostas podem ser justificadas pelo fato de o setor de serviços ser fortemente influenciado por fatores conjunturais da economia nacional.

Estas análises começam com a evolução do Comércio, responsável por, aproximadamente, 10% do valor agregado pelos serviços ao PIB e que apresentou um interessante comportamento ao longo dos mais variados planos econômicos aplicados no Brasil no período 1975-2000. Observe-se que esse é um dos setores de maior peso na estrutura dos serviços da Bahia (aproximadamente, 18%).

Em seguida é abordado o setor de Alojamento/Alimentação e Transportes/Armazenagem. Apesar de não serem tão representativos na economia baiana como o comércio, esses setores ganham maior contorno pois são os utilizados para a *proxy* de desempenho do setor turístico do estado.

Por fim, são analisados os principais fatos que influenciaram no desempenho do setor de Comunicações na Bahia. É notório que este segmento vem aumentando sua participação na composição do PIB do estado ao longo dos anos, em função das elevadas taxas de crescimento que o setor de telecomunicações experimentou ao longo do período 1975-2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de. Passado e futuro dos serviços: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 10, n. 1, p. 68-86, jul. 2000. (Leituras da Bahia)

NUNES FILHO, Fernando Barreto. O Perfil do Consumo de Energia Elétrica do Setor Terciário, na Bahia, no período 1990-2000. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 11, n. 4, p. 69-75, mar. 2002

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador. SEI/UFBA/SEADE/DIEESE, 1999.

ROCHA, F.; FERRAZ, G.; DI SABBATO; A. DWECK, R. *O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997b (Série Seminários). Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Estudos do Trabalho (Abet).

VLADSON Menezes. *O Comportamento Recente e os Condicionantes da Evolução da Economia Baiana*. Série de Estudos Estratégicos – Tendências da Economia Baiana. Salvador: p.23-56, mar. 2000.

MARIA DE LOURDES CAIRES DOS SANTOS*
ZÉLIA MARIA DE C. ABREU GÓIS**

Os indicadores do desempenho do comércio baiano no período 1975-2000 demonstraram que o resultado mais expressivo, 22,3%, foi obtido no ano de 1976, levando o setor a participar com 9,2% na estrutura do PIB baiano. O crescimento das vendas nesse ano, tomando-se como base o ano anterior, reflete os efeitos das transformações econômicas ocorridas no estado na década de 70. Nesse período, o processo de industrialização implantado, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), foi responsável pelo aumento do emprego e da massa salarial em circulação na economia, contribuindo para impulsionar o consumo.

No ano seguinte o setor manteve a trajetória de crescimento, embora menos intensa que a apurada em 1976. Vale destacar que, em 1978, o Produto Interno Bruto do estado da Bahia registrou o crescimento mais significativo de todo o período analisado, 11,9%, e que, nesse ano, as vendas do comércio se expandiram em 11,4%.

Desde 1979 o governo vem administrando a economia brasileira através de sucessivos planos econômicos. No final desse ano foi decretada uma maxidesvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, que, entretanto, não influenciou o desempenho do comércio, pois as vendas se expandiram em 9,5%. No início dos anos 80, em face da liberação parcial dos juros, o crédito para financiamentos tornou-se mais escasso e mais caro. A elevação das taxas de juros e a alta do dólar contribuíram para aumentar os preços, refletindo-se diretamente no comportamento do comércio. Em 1981 as vendas tiveram modesto crescimento, 0,3%, porém, no ano seguinte, a taxa de 11,4% sinalizou uma retomada do nível de atividade do setor.

No período analisado, 1983 foi o ano em que o comércio baiano registrou a mais acentuada retração, 7,8%, enquanto o PIB recuava 0,2%. Os efeitos negativos da política econômica da época continuaram a prejudicar o desempenho do comércio no ano seguinte, cuja taxa de -2,9% evidenciou a desaceleração do ritmo dos negócios. Esses resultados foram creditados à cautela dos consumidores, que evitavam assumir compromissos dada a incerteza gerada pela possibilidade do desemprego, pela perda do poder aquisitivo e pelas altas taxas de juros cobradas nos financiamentos.

Ainda em 1983, a política recessiva do governo provocou sério arrocho salarial, atingindo diretamente o comércio como um todo, uma vez que esse

* Maria de Lourdes Caires dos Santos é economista e técnica da SEI.

** Zélia Maria de C. Abreu Góis é técnica da SEI e professora universitária.

setor reflete de imediato as alterações na política macroeconômica. Nesse ano, objetivando estimular as exportações, o governo decretou desvalorização cambial de 30% do cruzeiro em relação ao dólar. Essa medida visava garantir o pagamento dos encargos da dívida externa via aumento das exportações e controle das importações, já que a conjuntura internacional era bastante favorável. Com essa iniciativa as autoridades monetárias alcançaram os esperados superávits na balança comercial.

Embora nos quatro anos anteriores a economia brasileira tenha registrado queda do nível de atividade, provocada, dentre outros fatores, pelo aumento do desemprego e pela capacidade ociosa das empresas, foi a partir do segundo semestre de 1985, em razão da mudança do governo, que as expectativas de retomada do crescimento econômico contribuíram para que o comércio começasse a dar sinais de recuperação, constatada pelo acréscimo de 9,1% nas vendas do setor. Nesse período, o PIB baiano registrou incremento de 10,0%.

O comércio baiano encerrou o ano de 1986 com acréscimo de 13,1% nas vendas. Essa taxa foi atribuída aos efeitos das medidas adotadas em fevereiro desse ano com a implantação do Plano Cruzado, o qual visava primordialmente conter o ímpeto inflacionário, já que os preços vinham aumentando consideravelmente e, assim, reduzindo drasticamente o poder de compra dos consumidores. O Plano Cruzado, também denominado Programa de Estabilização e Crescimento, adotava, dentre outras, as seguintes medidas: criação de uma moeda – o cruzado, que substituiu o cruzeiro – congelamento total de preços, tarifas e serviços, e criação da escala móvel de reajuste dos salários pelo mecanismo do gatilho, ou seja, todas as vezes que o IPC ultrapassasse 20% ao ano os salários eram reajustados automaticamente nesse mesmo percentual.

Após longos anos de convivência da população brasileira com altas taxas de inflação, a estabilização dos preços refletiu-se imediatamente no nível da atividade econômica, sobretudo no comércio varejista, visto que a demanda, por muito tempo reprimida, alcançava níveis consideráveis. Percebeu-se, nos primeiros meses de vigência do Plano, que uma significativa camada da população, antes fora do mercado, se reincorporava ao mercado consumista com o fim da inflação.

Na década de 80, as taxas de juros atingiram os níveis mais baixos nos primeiros meses após a implantação do Plano Cruzado. No entanto, nos meses seguintes as financeiras começaram a descumprir o acordo firmado com o Banco Central e passaram a elevar os juros do crédito direto ao consumidor. Se comparado com anos anteriores, o desempenho do comércio em 1986 foi atípico, tendo o plano de estabilização impulsionado o consumo acima dos aumentos salariais. Na avaliação de analistas de mercado, naquele ano, devido ao fato de não mais se conviver com a correção monetária e a inflação, cerca de 30% dos ativos aplicados em poupanças foram carreados para o consumo, principalmente de bens duráveis.

À época do lançamento do Plano o governo conclamou a população a fiscalizar os preços e denunciar os abusos porventura cometidos pelos estabelecimentos comerciais. Nos primeiros meses de implementação houve uma verdadeira mobilização dos consumidores visando impedir as remarcações de preços, porém o congelamento generalizado não durou muito tempo. No decorrer dos meses seguintes o aumento da demanda e a reposição dos salários motivaram os empresários a pressionar as margens de lucro, sob a alegação de que com a defasagem dos custos da produção o realinhamento dos preços era inevitável.

Decorridos alguns meses do seu lançamento, os objetivos propostos pelo Plano não se concretizaram devido ao desabastecimento de produtos como frango, carnes, leite e seus derivados. Para fugir do tabelamento dos preços, a indústria passou a lançar no mercado produtos apresentando pequenas modificações, deixando de fabricar aqueles cujos preços eram tabelados. Em 1986, apesar da expansão de 13,1% nas vendas, essa taxa poderia ter se situado num patamar superior se o comércio varejista não fosse fortemente influenciado pelas dificuldades de abastecimento. A falta de produtos gerou verdadeira especulação por parte dos industriais. Quando a população conseguia adquirir determinados bens, principalmente gêneros alimentícios ou automóveis, era obrigada a pagar o ágio, o qual se generalizou à medida que se dava o desabastecimento.

Em julho de 1986 surgiram as primeiras alterações no Plano, com a instituição, pelo governo, do chamado Cruzadinho. Com os empréstimos compulsórios sobre as vendas de veículos, de combustíveis e de passagens aéreas internacionais o objetivo era arrecadar uma determinada quantia de cruzados, a qual, segundo as autoridades governamentais, seria aplicada no Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Visando corrigir as distorções do Plano Cruzado, em novembro de 1986 foi anunciado um conjunto de medidas, o Plano Cruzado Dois. Mas, contrariando as expectativas, essas medidas não surtiram efeito e o Plano teve curta duração. Na ocasião, anunciou-se reajuste nos preços dos automóveis, mantendo-se o empréstimo compulsório e aumentando-se os preços dos combustíveis, energia elétrica, cigarros, bebidas etc. O descongelamento de preços de determinados produtos e serviços motivou uma liberação geral dos preços. Ademais, essas medidas coíbiam os reajustes dos salários. O gatilho criado pelo Plano Cruzado foi responsável por constantes perdas salariais, já que quando a inflação subia os trabalhadores tinham seu poder de compra reduzido, devido aos expurgos nos índices de inflação do país, os quais eram adotados para reajustar os salários.

Com essas alterações, o Plano não atingiu os resultados esperados pelas autoridades governamentais e não teve mais a credibilidade dos consumidores que o apoiaram no início. A população brasileira, que há muitos anos vinha esperando pelo combate à inflação, se desmotivou com a liberação dos preços, a falta de produtos e a cobrança do ágio. Diante desses fatores,

a inflação, que havia desaparecido nos primeiros meses de 1986, reapareceu com ímpeto total.

Após o desempenho favorável do ano anterior, em 1987 o comércio apontou retração de 0,8% nas vendas. Nos primeiros meses desse ano a inflação atingia taxas superiores a 20%. Numa tentativa de reverter a trajetória de crescimento, o governo, ao fim do primeiro semestre, implanta o chamado Plano Bresser, o qual, dentre outras medidas, estabelecia: congelamento de salários e preços, aumento de preços das tarifas públicas e dos bens essenciais, desvalorização cambial e corte nos gastos públicos.

Contudo, a queda na taxa de inflação era apenas um dos aspectos do Plano, a prioridade era o setor externo. O cruzado foi desvalorizado, e a taxa de câmbio situou-se no mesmo patamar de 1983; com isso o governo pretendia incentivar as exportações, gerando superávit na balança comercial. Ademais, decretou-se o fim da escala móvel dos salários e estabeleceu-se uma nova sistemática de reajustes. Esse Plano congelou os preços nos seus níveis mais elevados e os salários nos mais baixos. Na avaliação de analistas, essas medidas acentuavam ainda mais as perdas salariais, dado que os reajustes passaram a ser por categoria profissional, em suas respectivas datas-base.

Em 1988, o comércio do estado da Bahia registra a segunda taxa mais significativa de expansão nas vendas: 14,4%. No final desse ano, a economia parecia novamente se encontrar no limiar da hiperinflação. É lançado o Plano Verão, em janeiro de 1989, tentando promover, ao mesmo tempo, uma contração da demanda agregada e forte desindexação da economia. Novamente o setor comercial, considerado o termômetro da economia, volta a ressentir-se e a apresentar taxa negativa de desempenho (-1,7%). A participação do setor no PIB estadual é de 10,3%.

Na observação do período 90/94, o comércio, nos seus primeiros anos (90, 91, 92), mantém a tendência declinante iniciada no final da década passada, haja vista o quadro recessivo em que se encontrou a economia nacional, quando, a partir de 1990, o governo federal lança medidas abruptas de controle da hiperinflação, dentre as quais o confisco irrestrito de vários ativos financeiros. Dessa forma, verificava-se uma queda no volume de vendas do setor comercial e a sua conseqüente desaceleração. Nesse período as taxas apresentadas são de -0,9%, -3,9% e -2,8%, respectivamente. Essa retração no setor não impediu o crescimento da participação no PIB, que se elevou para 11,5% em 1990, devido às quedas mais acentuadas em outros setores da economia baiana no período em análise.

Efetivamente, só a partir de 1993 é que se inicia a recuperação das vendas, impulsionada pela nova política salarial. Esta determina o reajuste mensal dos salários, criando expectativas favoráveis para o mercado consumidor e, dessa forma, contribui para a elevação do volume de negócios (5,5%). Nesse ano, a participação do comércio no PIB foi 9,6%.

Em 1994, a partir do Plano de Estabilização Econômica – Plano Real, o setor comercial volta a aquecer-se, principalmente no segundo semestre do ano, com o incremento nas vendas dos bens duráveis, com ênfase nos eletrodomésticos. Dentre os fatores que contribuíram para esse crescimento pode-se destacar a evasão da poupança provocada pela saída de investidores, que tiveram suas aplicações “subtraídas” com a redução dos índices de remuneração, agora sem o efeito inflacionário. Dessa forma, uma parcela significativa desse capital migra, preferencialmente, para a aquisição de bens de consumo duráveis e, mesmo, para a especulação, no caso dos grandes aplicadores, como no caso da compra de automóveis para revenda com ágio (FIGUEIROA, 1994). Sendo assim, em 1994 o PIB estadual (3,6%) reflete principalmente a boa performance do setor (8,3%).

Nos primeiros anos do quinquênio 1995/1999, o comércio é ainda beneficiado pelos efeitos do Plano Real nos níveis de preço, tendo sua participação no PIB estadual nos anos de 95, 96 e 97 de 10,3%, 8,8% e 8,8%, respectivamente. O êxito no combate à inflação teve efeitos positivos para a grande maioria dos agentes econômicos, beneficiando dessa forma os estratos de rendimentos mais baixos, nos quais os potenciais consumidores foram subitamente reintegrados ao mercado de bens e serviços. Com a elevação do salário real houve um aumento da capacidade aquisitiva desse contingente, transformando-a em consumo e, por conseqüência, gerando aumentos de vendas de mercadorias.

No período 1995 a 1997, o comércio cresce expressivamente, a uma taxa média de 4,0%, impulsionada principalmente pelo crescimento do setor supermercadista, responsável pela comercialização de cerca de 80% dos produtos básicos, como alimentos e material de limpeza, seguidos pelo segmento de bens não-duráveis, como alimentos, roupas e calçados e pelo de bens duráveis, eletroeletrônicos e veículos. Outro caso de expansão é o da comercialização de automóveis que, em 1995, teve um aumento de 23,0% em relação ao ano anterior. Tal crescimento é creditado, preferencialmente, às medidas de política creditícia, cujas regras mais flexíveis permitiram uma maior demanda pelos consórcios e sistemas de *leasing*, aquecendo especialmente as vendas de carros populares. Também contribuiu com taxas significativas o setor de materiais de construção civil, principalmente em 1995 e 1996.

A partir de 1998, o setor já não apresenta mais o dinamismo dos primeiros anos do Real, quando foi embalado por taxas significativas de crescimento. A política econômica adotada pelo governo federal – juros altos, reajustes apenas nominais da renda, limites aos prazos de financiamento, entre outras – contribui para o arrefecimento do setor. Também nesse período (1998/1999) se inicia o esfacelamento de grandes redes de departamentos, a exemplo da Mesbla e Lojas Brasileiras, responsáveis por uma parcela expressiva do faturamento do setor. No ano de 1998, o comércio apresentou desempenho negativo de 5,8% nas suas vendas físicas e, em 1999, um modesto crescimento, por volta de 0,4 %.

No último ano do período em questão, 2000, o setor apresentou uma ligeira recuperação, graças às mudanças da política econômica, em que se destacam a queda na taxa de juros, a ampliação do prazo médio de parcelamento do crediário e a maior disponibilidade de recursos para financiamentos. Os maiores responsáveis pelo crescimento nas vendas físicas do setor foram os segmentos de artigos de uso pessoal, em torno de 20,0%, e de combustíveis e lubrificantes, por volta de 12,0%. Nesse ano, o setor registrou crescimento de 2,1% e participação de 8,3% no PIB estadual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIGUEIRÔA, Edmundo et al. Comércio Baiano – Perfil de Desempenho. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: Centro de Estatística e Informações - CEI, 1994.

ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTES NA BAHIA

ANA MARGARET SILVA SIMÕES*

Os segmentos alojamento e alimentação e transportes e armazenagem apresentam pequena participação no PIB do estado. No ano 2000, suas participações ficaram em torno de 1,8% e 1,7%, respectivamente, mas em alguns períodos elas foram maiores. As atividades de transportes e armazenagem, por exemplo, contribuíram com percentuais em torno de 3% para a formação da riqueza do estado nos anos de 1975, 77, 78 e 81, 82; já as atividades de alojamento e alimentação tiveram suas maiores participações relativas nos anos 1993 e 1994, respectivamente, 2,6 % e 2,9%.

Os movimentos mais significativos ocorridos nesses segmentos serão analisados a seguir, a partir da evolução de alguns indicadores, a saber: taxa de crescimento, crescimento acumulado, participação relativa no PIB do estado e estrutura interna de cada uma das atividades, dentre outros. Os movimentos ocorridos nesses segmentos, por vezes serão relacionados a acontecimentos econômicos e políticos relevantes para a economia nacional/regional. Para melhor entendimento da análise, quando necessário, a evolução desses indicadores setoriais será comparada à evolução do PIB total.

TRANSPORTES

O desempenho do segmento de transportes e armazenagem até 1977 não se refletiu apenas na sua melhor participação relativa no PIB do estado, mas também no seu crescimento interno. Foram altas as taxas de crescimento apresentadas pelo agregado dessas atividades no biênio 1976-77, acumuladas em 78,9%. Isso se deveu mais ao desenvolvimento experimentado pelas atividades de transportes nas duas décadas anteriores do que ao crescimento apresentado pelas atividades de armazenagem, que, na Bahia, ganharam maior impulso na década de 1980 com a expansão da produção de grãos em outras áreas do estado, como o oeste, por exemplo.

Até o final da década de 1970 muitas mudanças iriam afetar a estrutura das atividades de transportes, que se ampliou aceleradamente em resposta aos impulsos dados nas décadas de 1950 e 1960, a partir das políticas de desenvolvimento do transporte rodoviário associada à expansão da indústria automobilística. Também nessas duas décadas grandes investimentos em indústria e infra-estrutura impactaram de modo direto e indireto no segmento de transportes, por exemplo: a implantação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF); da Refinaria Landolfo Alves (RLAM), em Mataripe; e do Centro Industrial de Aratu (CIA); a construção da BR-116 e parte da BR-110

* Ana Margaret Silva Simões é economista do DIEESE.

(FILGUEIRAS, 1994); e ainda, nos anos 1970, a abertura da Estrada do Coco (DERBA, 2002). Em nenhum outro período as atividades de transportes conseguiram alcançar tamanho dinamismo.

De 1980 a 1987 o segmento cresceu sempre a taxas positivas, com pico máximo em 1987: 13,8%. O acumulado nesses anos ficou em 75,4%; nesse mesmo período, o PIB do estado acumulou crescimento de 20%. Esses impulsos, não tão fortes como os anteriores, vieram em resposta a uma série de novos investimentos locais, como a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (em meados da década de 1970) e da Caraíba Metais (1969); o estímulo ao reflorestamento e à pecuária no extremo sul (a partir do final da década de 1970); e, mais atualmente, o estímulo à agricultura no oeste do estado e ao turismo no litoral norte e no sul (a partir da década de 1980).

Contudo, no final dos anos 1980 todo o País passava por forte crise econômica e política e o esgotamento dos efeitos do milagre finalmente se fizera sentir na Bahia. O PIB do estado, apesar de lentamente, se recuperou mais cedo, e a partir de 1992 começou a apresentar taxas de crescimento positivas (ver Tabelário número 1). A reação do segmento de transportes e armazenagem é retardada até 1995, quando começa a responder positivamente à política de estabilização econômica implementada em 1994 e também às políticas do Governo do Estado, principalmente aos investimentos em infra-estrutura de transportes proporcionados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-Nordeste)¹, e ao desenvolvimento de atividades agrícolas como a produção de grãos e frutas no interior do estado.

Os impactos da depreciação cambial ocorrida a partir de 1998 frearam parte desse desenvolvimento, passando o segmento a apresentar taxas de crescimento positivas mais baixas, principalmente no ano 2000 (ver Tabelário número 41). Para o futuro, esperam-se novas mudanças na estrutura do segmento de transportes, pelo menos para Salvador, com a entrada em funcionamento de um novo meio de transporte urbano – o metrô.

ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO

As atividades de alojamento e alimentação mantêm forte vínculo entre si, mas os movimentos da primeira tendem a influir mais sobre a segunda. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisa do Estado de São Paulo (FIPE), cada emprego registrado na hotelaria corresponde à geração de cinco novos postos de trabalho indiretos na economia. Dois movimentos tiveram fortes impactos sobre essas atividades – o desenvolvimento do turismo e o cresci-

¹ Programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com contrapartida dos governos federal, estadual e municipal, iniciado em final de 1994. O nome PRODETUR foi criado pelo Governo da Bahia, em 1992, para identificar um programa de desenvolvimento do turismo elaborado para o estado. Mais tarde, em 1994, o BID adotou a mesma denominação para o programa de turismo lançado para a Região Nordeste.

mento urbano. É sob essa ótica que, na seqüência, serão analisados os dados mais significativos relativos à evolução ocorrida nesse segmento no período 1975-2000.

O segmento de alojamento e alimentação – assim como o de transportes e armazenagem e o PIB do estado – teve o seu maior crescimento no período 1975-80, quando acumulou uma taxa de 148,2%, tendo como ponto mais alto o ano de 1980, com uma taxa de 34,7% (ver Gráficos 2 e 5 no anexo deste artigo).

Dois fatos podem justificar esse excelente desempenho do segmento. O primeiro relaciona-se com o tamanho da base que, antes desse período, era pouco significativa. O segundo relaciona-se com o notável desenvolvimento por que passava não apenas a economia baiana como a brasileira de um modo geral.

Esse foi um período em que as áreas urbanas do estado, notadamente a Região Metropolitana de Salvador (RMS), passavam por um acelerado desenvolvimento, proporcionado principalmente pelos investimentos públicos direcionados à industrialização. Respondendo às demandas, a oferta de serviços também crescia e se diversificava – a construção do Shopping Iguatemi, em 1975, foi, claramente, uma resposta a essas demandas. Esses foram alguns dos fatores que contribuíram para as altas taxas de crescimento apresentadas pelo segmento de alojamento e alimentação no período. Juntaram-se a isso ações específicas do Governo do Estado voltadas para as atividades de alojamento.

Uma dessas iniciativas, no final da década de 1970, foi o lançamento do programa para o desenvolvimento e desconcentração do turismo denominado “Caminhos da Bahia”. Os objetivos principais desse programa foram: construção de hotéis e pousadas em Salvador e em outras áreas do estado; captação de visitantes em outras áreas do país através de campanhas de *marketing*; e extensão das ações voltadas para a capacitação de recursos humanos às localidades com vocação turística, como Cipó, Cachoeira, Caldas do Jorro, Ibotirama, Ilhéus, Itaparica, Juazeiro, Paulo Afonso, Porto Seguro e Valença.

A análise mostra que também em Salvador se verificou um grande salto no segmento de alojamento nessa década. Segundo Gaudenzi (2001), é a partir de 1972 que tem início o grande *boom* da hotelaria baiana, com o surgimento do Salvador Praia Hotel, Ondina Praia Hotel, Bahia Othon Palace, Hotel Le Meridien, entre outros. Vale observar que esses hotéis ainda hoje estão classificados como alguns dos melhores entre os principais empreendimentos do segmento de alojamento do estado.

Percebe-se, assim, porque esse foi um período de crescimento jamais alcançado pelo segmento nos anos posteriores. Foram muitos os fatores que contribuíram para tal desempenho; sem dúvida, a convergência de objetivos das políticas de âmbito federal e estadual teve papel determinante.

Apesar desse grande crescimento até 1980, as atividades de alojamento e alimentação, em termos de participação no PIB do estado, tiveram suas maiores contribuições relativas nos anos 1993-95, especialmente no ano de 1994, quando apresentaram uma participação de 2,9% (ver Gráfico 1 no anexo deste artigo). As taxas de crescimento médio interno nesses anos ficaram em torno de 7,3% ao ano, muito abaixo daquelas experimentadas de 1975-80: quase 20% ao ano. Ainda assim, trata-se de um crescimento considerável, principalmente se comparado com as taxas do PIB para o mesmo período: média de 2,3% ao ano.

Esse desempenho das atividades de alojamento e alimentação deveu-se, em boa medida, aos investimentos feitos em turismo pelo Governo do Estado no âmbito do PRODETUR, que, além de iniciar a implantação e melhoria da infra-estrutura básica em algumas áreas do estado, buscou atrair investimentos privados oferecendo vantagens fiscais e de financiamento. Segundo Burman (1994), entre 1991 e 1994 foram realizados investimentos privados (em hotelaria) no valor de US\$ 163,6 milhões, concentrados em empreendimentos de médio e grande portes. Além disso, toda a economia sentia os impactos do Plano Real, que, em alguns casos e, especialmente, em seu período inicial (1994), foram bastante positivos. Para o turismo, em particular, houve uma evolução no fluxo interno de visitantes.

Contudo, esse desempenho das atividades de alojamento não se sustenta no período seguinte (1996, 1997), como poderá ser observado nos Gráficos 1 e 2. Gottschall (1995) acredita que as medidas tomadas pelo governo federal para manter a estabilidade econômica (medidas para conter o consumo, retração do salário real e elevação dos juros internos), tiveram, entre outros efeitos negativos, o de contribuir para a elevação dos preços dos produtos turísticos (hotéis, táxi, restaurantes, aluguel de veículos, pacotes em geral), diminuindo o fluxo de turistas nacionais e internacionais que se dirigiam à Bahia (e também a outros estados do Brasil).

A partir de 1998, as atividades de alojamento e alimentação voltam a apresentar constantemente taxas positivas de crescimento, chegando a uma taxa de 13,7% em 1998 (ver Tabelário número 37), menor apenas do que aquelas alcançadas antes de 1980 e em 1989. As principais contribuições para essa ocorrência vieram da depreciação do Real frente ao dólar, o que elevou o fluxo de visitantes estrangeiros, e também dos investimentos externos nas atividades de alojamento. Foi nesse período que o grande capital estrangeiro iniciou as suas inversões no segmento de hospedagem da Bahia – o Complexo Hoteleiro Costa do Sauípe é um bom exemplo disso. O Gráfico 3 mostra a mudança na estrutura interna da participação relativa das atividades de alojamento e alimentação nesse período, com destaque para os saltos de 1999 e 2000, quando as atividades de alojamento passam a representar, respectivamente, 35% e 45,7%, face aos 15,2% que representavam em 1985. Ou seja, em 15 anos, um crescimento relativo de 31,4 pontos percentuais.

No segmento de alojamento e alimentação um fato merece destaque: a alta taxa de participação de trabalhadores autônomos: 35%, em 2000 (ver Gráfico 4 no anexo deste artigo). Por questões metodológicas, não é possível desagregar essa informação entre as duas atividades que compõem esse segmento. Contudo, pode-se supor que a maioria dos trabalhadores autônomos esteja no ramo de alimentação, dada a ampla gama de atividades ligadas a esse tipo de serviço, que vai desde vendedores ambulantes até restaurantes cinco estrelas. As atividades de alojamento certamente contribuem, em menor medida, para elevar essa taxa de participação dos autônomos, o que pode ser constatado ao atentar-se para o fato de que a maioria dos estabelecimentos desse ramo na Bahia é de pequeno porte e administrada pelo próprio dono, ajudado pelos seus familiares (SIMÕES, 2001).

CONCLUSÃO

A análise revela que os segmentos e o PIB, de uma forma geral, reagiram quase sempre do mesmo modo às ocorrências econômicas nacionais (planos e crises econômicas) e aos estímulos internos específicos (políticas de industrialização, planos e programas voltados para o turismo; para as atividades agrícolas; para os transportes). O segmento de alojamento e alimentação, no entanto, apresentou melhor desempenho ao longo do período analisado. Comparando-se as informações, as respectivas linhas de crescimento acumulado afirmam esse resultado e revelam também que ambos os segmentos tiveram um desempenho bem melhor que o PIB total. De 1975 a 2000, as atividades relacionadas com alojamento e alimentação acumularam um crescimento de 522,6%; as de transportes e armazenagem, 292,8%; e o PIB do estado, 143,8% (ver Gráfico 2).

Como mostra o Gráfico 5, o período 1975-80 é, incomparavelmente, o de maior efervescência econômica, tanto para os dois segmentos quanto para o agregado de todas as atividades. Ao longo do período 1980-1985, as atividades de alojamento e alimentação sofrem considerável queda no ritmo de crescimento, apresentando, daí em diante, momentos alternados de recuperação e queda nas suas taxas de crescimento. Tanto as atividades de transportes e armazenagem quanto o PIB apresentaram uma excelente recuperação nos últimos cinco anos da década passada.

Essa impulsão no segmento de transportes e armazenagem nesse período pode ter sido dada, como colocado anteriormente, pela adição de alguns fatores, como o bom desempenho da produção de grãos, que teve influência tanto sobre as atividades de armazenagem quanto sobre as de transportes de carga. Por outro lado, os altos investimentos em infra-estrutura de transportes feitos nesse período com vistas a elevar o fluxo turístico, como ampliação, recuperação e abertura de rodovias, ampliação do aeroporto de Salvador, etc., vieram a facilitar a locomoção de um maior número de pessoas dentro das áreas do estado, aumentando a oferta de transportes.

Finalmente, são muitos os fatores que influenciaram os movimentos dos segmentos analisados e, certamente, muitos deles não foram aqui contemplados, ou por serem de menor importância ou mesmo por não estarem registrados nas bibliografias utilizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA Análise & Dados. *Retrospectiva e perspectivas*. Salvador: SEI, 1991 a 2000.

BURMAN, Grazia. Turismo na Bahia: crescimento e perspectivas. *BAHIA Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 4, n. 2/3, p. 115-120, dez. 1995.

DERBA. Disponível em: <www.derba.ba.gov.br>. Acesso em: 15/04/2002.

GAUDENZI, Paulo. Evolução da economia do turismo na Bahia. In: CONSELHO Regional de Economia, S. *Reflexões de Economistas Baianos*. Salvador: CORECON, 2001.

GOTTSCHELL, Carlota. A loucura dos preços. *BAHIA Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 5, nº 3, p. 114-118, dez.1995.

FILGUEIRAS, Jacy. Tendências da urbanização na Bahia – A formação da rede de cidades da Bahia. *BAHIA Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 4, n. 2/3, p. 156-162, dez.1995.

SIMÕES, Ana Margaret. *Desenvolvimento tecnológico e mercado de trabalho no setor de turismo da Bahia*. Projeto de pesquisa e formação técnica DIEESE/CESIT. Salvador: CNPq / DIEESE / CESIT-IE-UNICAMP, 2001.

Gráfico 1

Alojamento e Alimentação - Evolução da Participação Relativa no PIB Estadual Bahia - 1975 a 2000 (*)

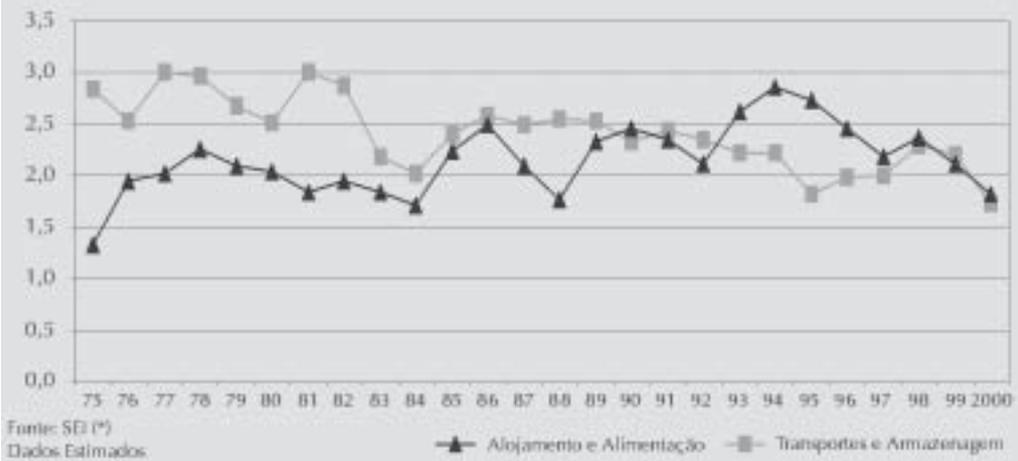


Gráfico 2

PIB Bahia, Transportes e Armazenagem, Alojamento e Alimentação Crescimento Acumulado - Bahia - 1976 a 2000 (*)

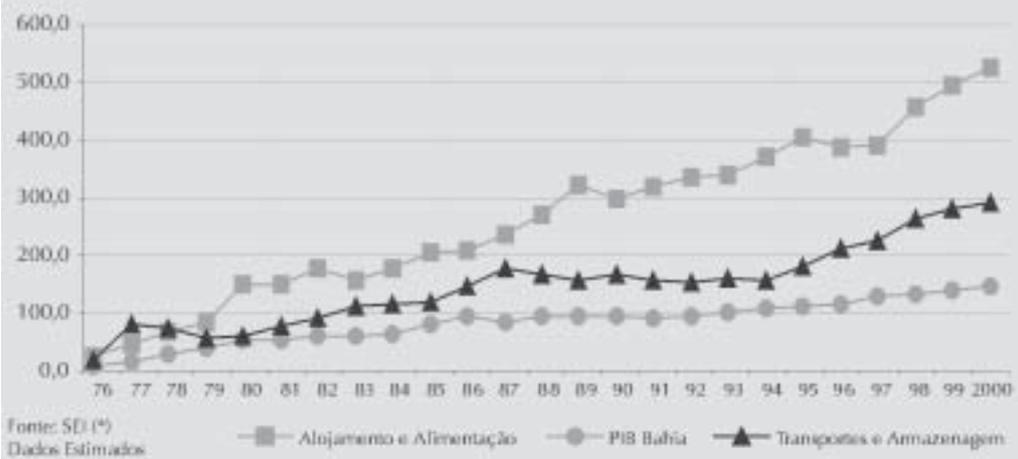


Gráfico 3

Alojamento e Alimentação - Estrutura Interna Bahia - 1985 a 2000 (*)

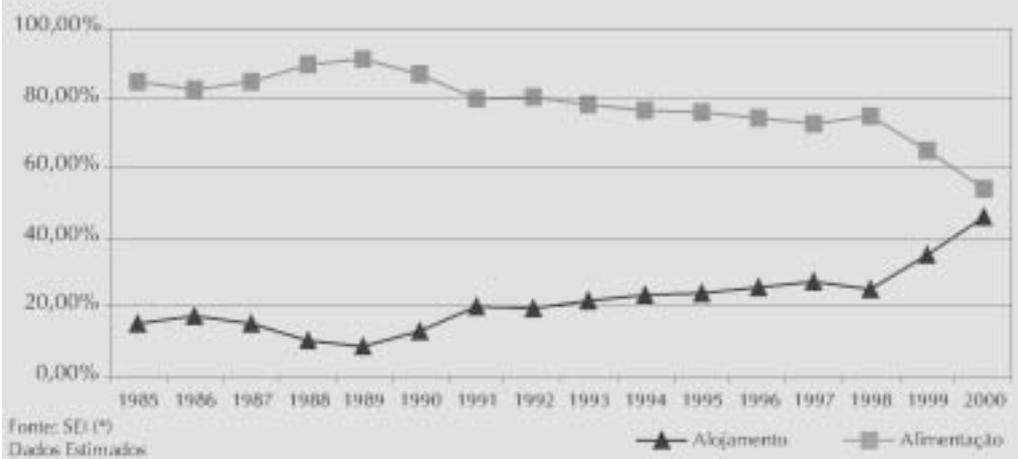


Gráfico 4

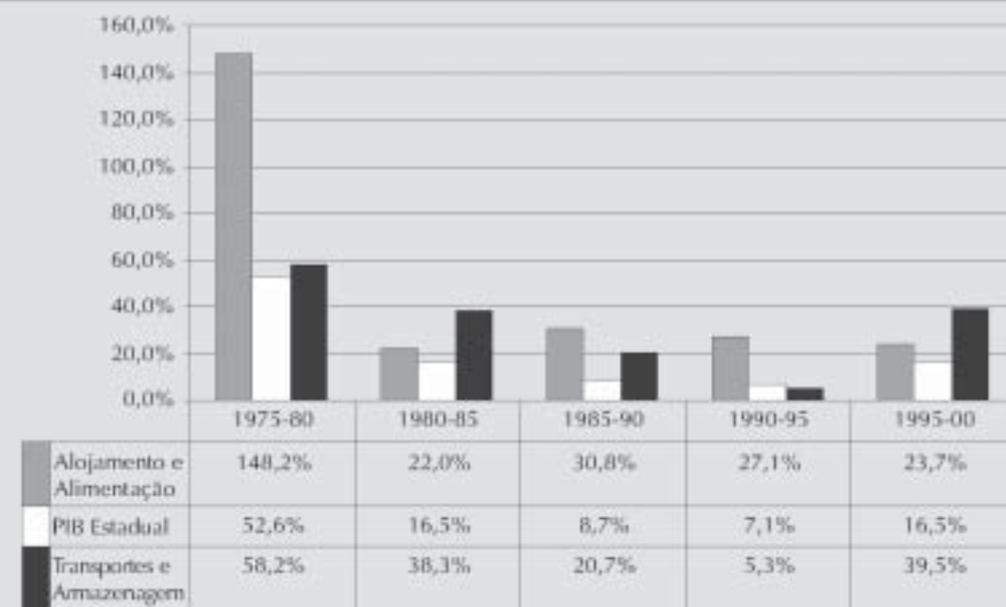
Participação dos Trabalhadores Autônomos nas Atividades de Alojamento e Alimentação Bahia 1985 - 2000(*)



Fonte: SEI (*)
Dados Estimados.

Gráfico 5

Crescimento acumulado por quinquênio Bahia 1975 - 2000(*)



Fonte: SEI (*)
Dados Estimados.

EVOLUÇÃO DO VALOR AGREGADO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA ENTRE 1976 E 2000: FATOS RELEVANTES

CARMEN LÚCIA CASTRO LIMA*

O segmento mais representativo do setor de comunicação no estado da Bahia é o serviço de telecomunicações. Este pode ser definido como atividades de transmissão, recepção ou emissão de sinais, representando símbolos, escrita, imagens, sons ou informações de qualquer natureza por fios, por sistemas ópticos, por meios radioelétricos e por outros sistemas eletromagnéticos. Dentre os serviços de telecomunicações cabe destacar o serviço telefônico, subdividido em:

■ **Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)** é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia. São modalidades do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral o serviço local, o serviço de longa distância nacional e o serviço de longa distância internacional.

■ **Serviço móvel celular** é o serviço de telecomunicações móvel terrestre, aberto à correspondência pública, que utiliza sistema de radiocomunicações com técnica celular, interconectado à rede pública de telecomunicações, e acessado por meio de terminais portáteis, transportáveis ou veiculares, de uso individual.

■ **Serviço Móvel Pessoal (SMP)** é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações. O **SMP** é caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma Área de Registro do **SMP** ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo.

O valor agregado do setor de comunicação no estado da Bahia, durante os anos 70 e 80, apresentou significativas taxas de crescimento, particularmente em 1976, com 73,4%. Entre 1975 e 1990, o crescimento acumulado do valor adicionado do setor de comunicação foi superior a 2.190%, sendo que a sua participação no PIB total, nesse período, passou de 0,5% para 1,1%.

Esse desempenho pode ser atribuído à reorganização institucional do setor de telefonia, em 1972, com a criação das Telecomunicações Brasileiras S.A.

* Carmen Lúcia Castro Lima é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia, técnica da Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) e professora universitária.

(Telebrás). A Telebrás tinha como objetivos iniciais a incorporação das concessionárias municipais e a centralização dos recursos e da administração da rede.

Com essa forma de organização, o desempenho das telecomunicações brasileiras apresentou resultados consideráveis. No período 1976 a 1996, a rede de telecomunicações cresceu a taxas bastante superiores às do crescimento da população e da economia. Enquanto a população brasileira aumentou em quase 50% e o PIB cresceu quase 80%, a planta de terminais telefônicos do Sistema Telebrás cresceu mais de 400%. O Brasil formou, assim, uma das maiores redes telefônicas do mundo, integrando o País e atendendo a mais de 20 mil localidades em todo o território nacional (SHIMA, 2001).

No estado da Bahia, até 1973, os serviços telefônicos eram prestados através da Tebasa. Como consequência da reestruturação dos serviços de telecomunicações, em 20 de julho de 1973 a antiga Tebasa foi incorporada à Telebrás e, em 1974, passou a denominar-se Telecomunicações da Bahia S/A – Telebahia.

A Telebahia marcou uma nova fase no sistema de telecomunicações da Bahia. Houve importantes mudanças tecnológicas na prestação de serviços telefônicos, sendo que, nas décadas de 80 e 90, o número de linhas instaladas cresceu cerca de 3000% (OLIVEIRA, 1995).

Uma mudança tecnológica importante, no final da década de 70, foi o início do processo de digitalização do sistema, o que proporcionou uma expansão da capacidade e melhoria na qualidade do sistema de telecomunicações.

No final de 1996, o estado da Bahia tinha 715.209 terminais convencionais de telefonia fixa, sendo 636.544 em serviço. Entretanto, sua densidade telefônica era bastante baixa quando comparada à média nacional. Em 1996, o grau de atendimento ao mercado, no que se refere aos acessos fixos, era de 5,71 telefones por 100 habitantes, sendo que, no País, era de 10,49. Já a densidade em telefones de uso público era de 2,12 telefones/mil habitantes contra a média nacional de 2,73 (BNDES, 1997).

Em 1996, a Telebahia ocupava o sexto lugar no *ranking* de faturamento do setor de telefonia nacional e era a quarta maior empresa do estado da Bahia em receita operacional bruta. Entretanto, nesse mesmo período, ocupava o 24º lugar, dentre as 31 operadoras do setor, em acessos fixos instalados por 100 habitantes (BNDES, 1997).

A partir de 1993, no estado da Bahia é ativado o serviço de telefonia móvel celular em que a Telebahia explorava a Banda A¹. A Telebahia Celular S/A

¹ Com o objetivo de regularizar a distribuição das empresas de telecomunicações no Brasil, o Ministério das Comunicações estabeleceu uma divisão no espaço aéreo ocupado pelas ondas eletromagnéticas de telefonia celular: uma para trafegar a Banda A, uma para a Banda B e outra para a Banda C. Na banda A, operam as empresas privatizadas do sistema Telebrás, as Bandas B e C são reservadas para as empresas privadas com licitações para explorar a telefonia celular no Brasil.

foi criada no dia 05 janeiro de 1998, em atendimento às disposições do artigo 5º da Lei 9.295 de 19 de julho de 1996 (Lei Geral das Telecomunicações). Era uma companhia fechada, de capital autorizado, controlada pela Telebrás. Em 30 de janeiro de 1998 ocorre o desmembramento da Telebahia e parte do seu quadro e patrimônio é destinado à Telebahia Celular.

Nos primeiros anos da década de 90 o valor agregado do setor de comunicação apresentou um desempenho regular, exceto em 1994 e 1995 em que houve uma taxa de crescimento de 18,7% e 16,9%, respectivamente. Já em 1996 o valor adicionado passa, novamente, a apresentar uma taxa de crescimento modesta, 4,6%.

A dinâmica do segmento de comunicação no estado da Bahia a partir da segunda metade dos anos 90 está relacionada à reestruturação do setor de telecomunicações brasileiro.

Em 1997, a telefonia celular da Banda B foi privatizada, o que marcou o início das concessões dos serviços de telecomunicação no Brasil. A Banda B surgiu, nesse ano, com a criação e transferência para a iniciativa privada de nove empresas de telefonia móvel, sendo concorrentes das empresas do serviço Banda A. No estado da Bahia, a empresa Maxitel passou a explorar o serviço de telefonia celular da Banda B.

Em julho de 1998, o controle do serviço de telefonia público brasileiro passou por um processo de privatização. O sistema Telebrás foi dividido em 12 novas *holdings* (três de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular).

No estado da Bahia duas empresas passaram a atuar na prestação de serviços de telefonia fixa local: a Telemar, oriunda do Sistema Telebrás, e a Vésper, a empresa-espelho. A Telemar é o maior conglomerado de telefonia do País (presente em 16 estados) em termos de faturamento e em número de telefones instalados. A Vésper, empresa de telefonia fixa e de comunicação de dados, está presente em 80 municípios, incluindo as capitais de 17 estados do Brasil, distribuídos entre as regiões Sudeste, Norte e Nordeste.

Considerando os dados da Anatel para dezembro de 2000, a Telemar tinha 15.603.367 acessos fixos instalados e 436.161 telefones de uso público, sendo que, na área 05, correspondente ao estado da Bahia, o número de telefones instalados, no mesmo período, era de 1.406.159 e 54.439 telefones públicos. Já a Vésper, concorrente da Telemar, tinha 2.345.129 de acessos fixos instalados.

A explicação para a significativa expansão das concessionárias de telefonia foi a corrida para atingir as metas de universalização. As operadoras procuraram antecipar as suas metas com a perspectiva de entrar em novos mercados como prevê a legislação para o setor. A antecipação das metas de universalização e expansão determinadas pela Anatel – cujo alcance está previsto para 2003 — garante o direito das concessionárias de telefonia fixa

atuarem fora de sua área de concessão, bem como a possibilidade da prestação de serviços de telecomunicações em geral, como telefonia móvel, longa distância internacional, DDD e comunicação de dados em todo o Brasil.

Os serviços de telefone celular no País, lançados pelas antigas empresas estatais de telefonia, foram agrupados em oito empresas regionais e concedidos em 1998. A venda das concessões da Banda A gerou US\$ 6,9 bilhões para o governo, com forte presença de grupos estrangeiros nos consórcios.

No leilão de privatização da Telebrás o grupo espanhol Iberdrola, consorciado com a Telefónica de España ganharam o controle da Tele Leste Celular (Telebahia Celular e Telergipe Celular). A partir da aglutinação da Telebahia Celular e da Telergipe Celular nasceu a Tele Leste Celular Participações S/A.

No estado da Bahia, duas empresas passaram a prestar os serviços de telefonia móvel celular: a Telebahia Celular e a Maxitel. Semelhante ao que se passou no resto do País, houve uma acirrada concorrência entre as concessionárias e um crescimento extraordinário do acesso aos serviços de telefonia móvel celular. De acordo com os dados da ANATEL, no Brasil, em 1990, havia 667 estações do serviço móvel celular passando para 23.188.171 em 2000.

Os fatores que levaram a essa performance da telefonia celular foram os seguintes: demanda reprimida por serviços telefônicos, sendo o móvel celular utilizado como alternativa ao de telefonia fixa; a generalização da modalidade pré-pago, que permitiu que parcela da população de baixa renda tivesse acesso ao serviço; barateamento do aparelho celular devido ao maior desenvolvimento tecnológico e subsídios aos novos usuários com promoções como redução dos preços dos terminais e oferta de minutos grátis.

Os fatos supracitados, decorrentes da reforma do setor de telefonia brasileiro, fizeram com que o desempenho do setor de comunicação no estado da Bahia melhorasse consideravelmente. Entre 1997 e 2000, o valor adicionado cresceu 52,5%, cabendo destaque para o ano de 1998, com um incremento de 23,6%. Em apenas quatro anos a participação da comunicação no PIB total passou de 2,5% para 3,6%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, C. L. C. *Privatização e reforma do setor de telefonia brasileiro: regulação do mercado de centrais de comutação telefônica fixa*. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

NOVAES, A. Privatização do setor de telecomunicações no Brasil. *In: Privatização no Brasil – o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

SHIMA, W. T. Modelo brasileiro de regulação do serviço de telefonia fixa comutado (stfc): os espaços da concorrência e da concentração de mercados. *In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS*. São Paulo: ABAR, *Anais...* 2001.

TELECOMUNICAÇÕES: perfil das operadoras. *Cadernos de Infra-estrutura*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

SITES CONSULTADOS

www.anatel.gov.br

www.telemar.com.br

www.vesper.com.br